



Universidade Federal de Sergipe



Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social

Mestrado em Psicologia Social

CAROLINA RODRIGUES ALVES DE SOUZA

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ANÁLISE:
HISTÓRIA, VALORES E PRÁTICAS

São Cristóvão – Sergipe

2012

CAROLINA RODRIGUES ALVES DE SOUZA

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ANÁLISE:
HISTÓRIA, VALORES E PRÁTICAS.

**Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e
Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe
como requisito parcial para obtenção do grau de mestre
em Psicologia Social.**

Orientador: DANIEL MENEZES COELHO

São Cristóvão – Sergipe

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Souza, Carolina Rodrigues Alves de

S729p Política pública de assistência social em análise: história, valores e práticas / Carolina Rodrigues Alves de Souza; orientador Daniel Menezes Coelho. – São Cristóvão, 2012.

100 f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Psicologia social. 2. Política social. 3. Psicanálise. 4. Assistência a menores. 5. Atendimento a adolescentes. Coelho, Daniel Menezes, orient. II. Título.

CDU 316.6

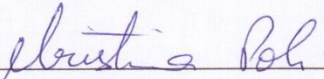
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL
“Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”
NPPS/UFS CEP. 49.100-000 - Tel. fax: (079) 2105-6784

COMISSÃO JULGADORA

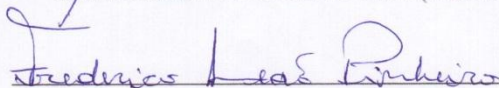
Dissertação do Discente CAROLINARODRIGUES ALVES DE SOUZA, intitulada
“POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ANÁLISE: HISTÓRIA, VALORES E
PRÁTICAS”, defendida e aprovada em 08 de Agosto de 2012, pela Banca Examinadora
constituída pelos Professores (as) Doutores (as):



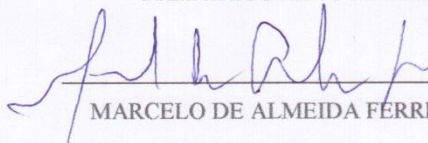
DANIEL MENEZES COELHO (orientador – NPS/UFS)



MARIA CRISTINA CANDAL POLI (examinadora - UFRJ)



FREDERICO LEÃO PINHEIRO (examinador - UFS)

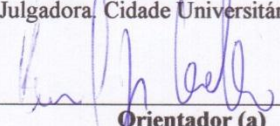
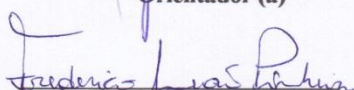


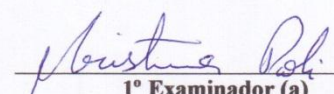
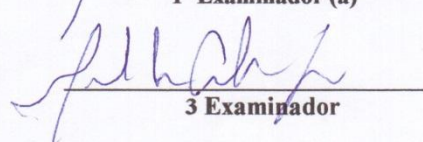
MARCELO DE ALMEIDA FERRERI (examinador - NPS/UFS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL
"Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"
NPPS/UFS CEP. 49.100-000 - Tel. fax: (079) 2105-6784

ATA DE EXAME DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata de Defesa Pública da Dissertação de Mestrado de, CAROLINARODRIGUES ALVES DE SOUZA para obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA SOCIAL. Aos 08 (oito) dias do mês de Agosto de 2012 (dois mil e doze), às 16 h. (Dezesseis horas), no Auditório do CCSA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas), situado no Prédio Departamental I - UFS reuniu-se a Comissão Julgadora da Dissertação abaixo mencionada, indicada pelo Coordenador do Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social, composta pelos Professores Doutores: DANIEL MENEZES COELHO (orientador - NPS/UFS), MARIA CRISTINA CANDAL POLI (examinadora - UFRJ), FREDERICO LEÃO PINHEIRO (examinador - UFS) e MARCELO DE ALMEIDA FERRERI (examinador - NPS/UFS) para avaliar o trabalho de CAROLINA RODRIGUES ALVES DE SOUZA, apresentado sob o título "POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ANÁLISE: HISTÓRIA, VALORES E PRÁTICAS". O Orientador, assumindo os trabalhos na qualidade de Presidente, passou a palavra a Candidata, para que ela expusesse sua Dissertação; informando que a mesma dispunha de 30 (trinta) minutos para a apresentação, que cada Examinadora iria também dispor de 20 (vinte) minutos para fazer arguições, e que a Candidata gozaria de mais outros 20 (vinte) minutos para a realização das respostas. Terminada a exposição da Mestranda, a Presidente passou a palavra aos membros da Comissão Julgadora, que iniciaram a arguição na seguinte ordem: primeiro arguiu a Mestranda a Profª. Drª. Maria Cristina Candal Poli; em seguida, foi à vez do Prof. Dr. Frederico Leão Pinheiro, o prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri e, por último, o Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho. Terminada a arguição, a Candidata retirou-se da sala para que os Membros da Comissão Julgadora atribuissem-lhe as notas. Logo em seguida, o Presidente anunciou que a Candidata foi considerada aprovada com o conceito A, obtido a partir da média dos conceitos dos membros da comissão julgadora. A Presidente proclamou a candidata **MESTRE EM PSICOLOGIA SOCIAL**, devendo este resultado ser homologado pela Comissão da Coordenação de Pós-Graduação. Em seguida, agradeceu aos membros da Comissão Julgadora e aos presentes, e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos Membros da Comissão Julgadora. Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 08 de Agosto de 2012.


Orientador (a)

2º Examinador (a)


1º Examinador (a)

3º Examinador

*A vovô Pino (In memoriam),
Meu primeiro admirador e
Molde para uma busca ética por excelência*

AGRADECIMENTOS

Diante de tamanho investimento dispensado a este trabalho e do misto de sofrimento e satisfação que me tomou ao longo do percurso, sinto que não posso deixar de nomear os que se fizeram presentes nele.

Antes devo agradecer ao meu orientador, Daniel Menezes Coelho, pela amizade, pela paciência, pelas tentativas e, especialmente, pela abertura e confiança no meu trabalho. Diante de todo cansaço, de tantas dúvidas e de tantas mudanças, ele soube dar o suporte na medida da minha demanda e a liberdade na medida do nosso tempo e assim me permitiu levar o problema de pesquisa a um campo que lhe parecia alheio, investigando minhas ideias ora como leigo, ora como o orientador que tão bem sabe ser.

Agradeço também ao professor Marcelo Ferreri que em sua doçura usual, sustentou e defendeu meu trabalho como se dele fosse – e, preciso dizer, não deixa de sê-lo um tanto. Com todas as conversas, indicações de leitura, nas bancas em que tive o privilégio de tê-lo e fora delas, deu-me as armas que eu precisava para tornar minha luta consistente, seja na escrita, seja na prática diária do trabalho que embasa esta pesquisa.

A Maria Cristina Poli, agradeço pela recepção na UFRJ durante os poucos dias em que me fiz presente em suas aulas, pelas notas sobre meu trabalho e, especialmente, pelos seus artigos que, ao atravessarem o caminho da minha escrita, permitiram que eu amarrasse as pontas que ainda estavam soltas nas articulações que eu tentava fazer.

Agradeço a Frederico Leão pela disponibilidade e pela enorme contribuição ao meu trabalho. Estou enormemente feliz com a viabilidade que me foi dada em tê-lo novamente em minha banca avaliadora, opção mais lógica diante da trajetória desta dissertação.

À SEMASC que, aos trancos e barrancos, foi a minha grande financiadora. Desempenhou tal papel menos no contra-cheque que na experiência que pude viver ali nesses anos; menos pelo salário que por representar para mim os entraves políticos e burocráticos do serviço público, me ensinando que ser psicóloga – e que o entendimento do meu papel enquanto profissional – invade necessariamente todo este campo social, político e mesmo *politiqueiro* que sustenta os serviços.

À equipe do CREAS Viver Legal agradeço por todas as lições: sobre assistência social, sobre políticas públicas, sobre convivência e profissionalismo – ainda que essas lições às vezes possam vir sob a forma de uma frágil existência. Agradeço à Vilma – coordenadora – pela abertura, pelos espaços de conversa no início inseguro e por valorizar meu trabalho tanto

no serviço quanto em meu papel de mestrandia, estando disposta a facilitá-lo sempre que lhe parecia ao seu alcance. Em especial, agradeço a Fernanda e a Ana. À primeira, pelo suporte de todos os dias e por me mostrar que há beleza no trabalho do assistente social; ainda, por me ensinar que ser um militante de verdade implica em ter uma convicção, os pés no chão e a mão na massa, tendo sido uma grande parceira na ocupação dos espaços e na construção de um trabalho que, mesmo desalentador, nunca deixou de fazer sentido. À segunda, agradeço pelo companheirismo e pela admiração que me dispensa; sou feliz por termos nos reencontrado, crescido juntas neste trabalho, exercitado uma amizade mutuamente franca e construtiva. Agradeço a ambas pelo apoio; junto a vocês aprendi que mesmo que dar murros em ponta de faca machuque, com paciência e estratégia, as mãos vão cicatrizando e bem aos poucos a faca também vai cedendo seu tanto. Ainda agradeço aos estagiários Emilly e Marcel: a ela, pelo olhar sedento e pelas perguntas desconcertantes; a ele, por me dar a oportunidade de articular em palavras no que consiste o trabalho e a ética do psicólogo.

A meus pais pelo apoio incondicional e pela “corujisse”. Embora digam por aí que opinião de pai e mãe não valham, as suas sempre conseguiram levantar minha moral. A Vinícius, pela mesma corujisse, dessa vez de irmão mais velho. Obrigada pelas conversas e pelas comemorações de cada uma das pequenas grandes vitórias.

A João Heleno, pela vida vivida junta, pelos sonhos que se constroem e se reconstroem, pelo amor compartilhado. Aqui especialmente pelas lentes de admiração através das quais me olha e pela incessante disponibilidade em acolher meus cansaços e “chorumelas”. A cada ano que passa seu amor tem dado mais e mais consistência às minhas decisões, além da força que eu preciso para conseguir seguir com elas. Todo suporte e admiração com que me homenageia diariamente – ainda que o faça com seu jeito nada convencional – têm sido poderosos alicerces para o meu crescimento.

Aos grandes amigos de sempre: a Pretinha, pela reciprocidade no sentimento crônico e intenso, pela compreensão dos meus momentos e por cada uma das “bananas-split” pagas com todo prazer; a Natalia, pela presença inarredável, pelo carinho dispensado, pelos docinhos e pela Azeitona (a cadelinha mais linda que me fez – e faz – companhia, me distraindo da forma mais leve). A Bruno, pelo crescente sentimento de amizade, por todas as conversas – pessoais e profissionais – e pelas saídas de gordinhos pra comer e tagarelar.

Aos amigos Dante, o chato mais legal do mundo; Wedmo, grande parceiro; Shyrley, companheira de diversões e projetos; Michelle da Conceição, pelo humor diante da dureza da vida; a Lili especialmente por suas demonstrações de confiança e carinho e a Helmir pela história e sentimento de irmãos guardados pra sempre.

Agradeço ao PROCAD e a Eduardo Leal Cunha, pela oportunidade de viver uma vida diferente no Rio de Janeiro. Foi absolutamente maravilhoso poder me revigorar, ainda que por um tempo tão curto, conhecendo novas rotinas, novas pessoas, novas propostas, perspectivas e discussões de temas já tão conhecidos. A Livia, agradeço pela acolhida, pela convivência de *roommates*, pela amizade, pela família provisória e pela Lapa. A toda “família Ferreira” por ter me feito sentir em casa desde o primeiro dia: a seu Toni, a dona Carmem e a Amauri, a criatura mais figura que conheci no ano que passou, muito obrigada! Ainda na cidade maravilhosa, agradeço aos meninos do PROCAD, em especial a Éder e a Leomir, pelos almoços e conversas decisivas nas terças da UERJ. Agradeço a acolhida de urgência de Michel no meu primeiro final de semana no Rio e as divertidíssimas farras com Jana e Marcela. Renata e Eduardo, obrigada pelas visitas a Copacabana, pela trilha na floresta da Tijuca e pela fuga do frio jogando *Playstation*. Finalmente, preciso declarar minha condição de cosmopolita, conforme previsão de Rogério Paes Henriques, e, assim, confesso minhas saudades da terra carioca, de seus ônibus com seus passeios longos e agradáveis cheios de inevitáveis cochilos, das barcas e da linda paisagem, das ruas que sempre pareciam convidar ao passeio despreocupado e do clima permanente de *happy hour* que emanava da cidade e das pessoas que ali vivem.

Aos colegas de mestrado, que compartilharam da experiência de mestrandos comigo, famosa em seu caráter solitário, obrigada por torná-la um pouco menos só. A Andressa, a Maicon, a Thalita e a Éder por estender nossa turma para outros espaços e sentimentos; a Érika por participar deles com tanta propriedade. A Aline, a Grazi, a Giceli e a Taísa, agradeço pelo GT (Grupo ~~terapêutico~~ de trabalho) de Políticas Públicas. Também pela colaboração no grupo e, assim, na minha escrita, agradeço a Tamyres e a Catarina, e hoje, pela sua extensão e ampliação, a Ana e a Mairla, pequena querida de velhos tempos.

Às colegas do grupo de leitura de Lacan, Esther e Marília, obrigada por me manterem perto da psicanálise mais *hardcore* (=P) e pela ajuda na orientação do meu orientador sobre o trabalho executado na política de assistência social de Aracaju.

Aos colegas do grupo de pesquisa das sextas-feiras, obrigada por terem desempenhado seu papel de analistas, conseguindo destacar de um fundo difuso (confuso) de ideias que eu trazia, quais eram os elementos que apontavam para o meu problema, apesar de minha resistência em vê-lo. A Elder, companheiro de angústias e de memoráveis discussões no estágio em docência, a Marcus Vinícius, com suas notas quase inesperadas e sempre perspicazes, a Marcel, moço aparentemente mais disperso que eu, mas que me dispensou grandiosas contribuições, meu sincero carinho e agradecimento. A Livia, pelo período no

grupo e por sua participação, junto aos outros, no momento tão decisivo de ruptura com o anteprojeto, agradeço novamente.

Finalmente, agradeço a Deus pelas forças, pela sorte, e pela fé que carrego em minha vida e por sentir-me retribuída sempre.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho pretende colocar em análise, sob o viés do método psicanalítico, o trabalho executado por uma psicóloga – esta que aqui se torna a pesquisadora – na política pública de assistência social e cujo serviço está direcionado para a execução de medidas socioeducativas em meio aberto. Partimos dessa experiência de trabalho e de questionamentos que foram sendo formulados a respeito dele e, principalmente, acerca da experiência de ser um psicólogo e/ou trabalhador social neste espaço. Lançamos, neste intuito, nosso olhar sobre ideais compartilhados e historicamente condicionados que, por seu caráter, operam ali suas práticas e impõem seus valores. Para isso, contamos com o aporte teórico e metodológico da psicanálise e assim o confirmamos enquanto ferramenta de escuta de espaços institucionais, da política, e da história. Conforme o campo que nos dá lugar e os elementos que ele nos dispôs, fazemos algumas análises sobre os lugares ocupados pela família e pela infância e sobre o valor moderno a eles atrelado, o da educação, onde atravessam também os sentidos de pobreza, trabalho e responsabilidade. Adiante, no mesmo propósito, discutimos sobre imputabilidade e culpa e desaguamos finalmente na pergunta: há, ali, alguma possibilidade de transgressão, ou seja, do rompimento de um sistema normativo dado? O que queremos, portanto, é colocar para o leitor os elementos que encontramos em nossa experiência a fim de se constituam em instrumentos de transformação e reconfiguração tanto de nossa prática quanto de outras que nela encontrem semelhança e identificação.

Palavras-chaves: Método Psicanalítico, Políticas Públicas, Ideais.

ABSTRACT

This paper intends to put under analysis, through the psychoanalytical method, the work of a psychologist – who becomes here a researcher – on social service's politics, whose job is to execute social-educational measures without liberty restraints. We initiate from this experience and from a set of questions asked about it and, especially, about being a psychologist and/or a social worker on that space. On this purpose, we look over shared and historically conditioned ideals that, due to their attributes, operate their practices and impose their values on that field. For that, we use the theoretical and methodological contribution of psychoanalysis, and therefore we confirm it as a tool of listening institutional spaces, politics and history. According with the field that set us place and with the elements it gives us, we make a few analysis about the positions occupied by the family and by the childhood and about the modern value associated to them, the one of education, where permeate also the senses of poverty, work and responsibility. Ahead on the same purpose, we discuss about imputability and guilt and then we finally get to the question: is there any possibility of transgression, in other words, of breaking a given normative system? What we want, therefore, is to dispose to our reader the elements found on our experience in order to constitute them into instruments of transformation and reconfiguration of both our practice and others which find in them resemblance and identification.

Key-words: Psychoanalytical Method, Public Politics, Ideals.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

LA – Liberdade Assistida

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social

PNAS – Plano Nacional da Assistência Social

PNCFC – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária

PSB – Proteção Social Básica

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSE – Proteção Social Especial

SAM – Serviço de Atendimento ao Menor

SEIDES – Secretaria da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social

SEMASC – Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I: O MÉTODO.....	05
O CENÁRIO DA PESQUISA	06
DOS DOCUMENTOS ÀS PRÁTICAS	12
SOBRE O USO DA PSICANÁLISE COMO MÉTODO DE PESQUISA	17
AMBIVALENCIA DE PAPEIS: A PESQUISADORA E A PSICÓLOGA.....	23
PARA ESCUTAR O CAMPO, É PRECISO DEIXÁ-LO FALAR	25
CAPÍTULO II: POBREZA E POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	30
AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA POBRE E A EMERGÊNCIA DE UMA QUESTÃO SOCIAL	34
SOBRE OS TRIBUNAIS ESPECIAIS PARA A INFÂNCIA (TRIBUNAL DE MENORES)	38
GESTÃO E CONTROLE SOBRE A VIDA [NUA] DOS INDIVÍDUOS	45
A FACE ASSUSTADORA DO DESVIO: O VAGABUNDO E O DELINQUENTE	52
CAPÍTULO III: VALORES E PRÁTICAS SOB A LENTE DA PSICANÁLISE	61
O CUIDADO À INFÂNCIA	70
DESENVOLVIMENTO E EDUCABILIDADE	74
SOBRE A IMPUTABILIDADE: RESPONSABILIDADE E CULPA	77
MECANISMO PERVERSO E NEUROSE: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA.....	82
SOBRE A POSSÍVEL INCIDÊNCIA DA TRANSGRESSÃO	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

O trabalho que segue pretende examinar algumas práticas levadas a cabo na Política Pública de Assistência Social, mais especificamente em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de execução de medidas socioeducativas em meio aberto. Seu intuito é, grosso modo, o de colocar em questão a experiência e a prática de uma psicóloga, mais especificamente, e de trabalhadores sociais, de maneira geral, que têm por papel acompanhar os adolescentes em cumprimento das medidas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) no espaço e sob o efeito da prerrogativa da Proteção Social Especial (PSE) que cabe ao trabalho do CREAS.

Foi ao final da leitura desse texto que percebemos que nele falamos o tempo todo de ideais, sejam eles forjados em militância, em luta, em resistência, mas também em imposição, em moral e até mesmo em violência. Ideais, afinal, que produzem múltiplas teorizações e diversos documentos, que operam variadas ações e, assim, constituem planos e políticas. O mundo é cercado deles, os laços constituídos por eles e a cultura está instaurada sob seu escopo. Será desta forma que sobressairá no texto nosso sentimento, o de que precisamos tomar tais ideias como nosso referencial para seguirmos em nossas articulações.

O propósito do trabalho será, enfim, o de colocar tais ideais em análise. No sentido do método psicanalítico que tomamos como suporte, a proposta é a de desconstitui-los de seu registro totalizado e totalizador e questioná-los em seu valor de verdade e de impulsionador de atos por vezes impensados. As análises propostas adiante, portanto, pretendem tão somente nos fazer desestabilizar um tanto, tirar um pouco o chão tão consistente no qual sempre queremos estar pisando. Se fizer provocar os trabalhadores sociais ou os operadores do direito, atingirá seu intuito, mas se também incitar pesquisadores e leigos no assunto, tanto melhor aos seus fins.

Não queremos destituir desses ideais os sentidos que lhe organizaram historicamente, especialmente porque não acreditamos no sucesso desta operação: a concepção histórica que tomamos de empréstimo da psicanálise indica a permanência inevitável de rastros de qualquer história, tenha ela sido recalcada, denegada e/ou encoberta. Não entendemos ser possível ou desejável esconder a sujeira para baixo do tapete nem tentar deslegitimar valores que, de tão longínquos, estão hoje arraigados nos sentidos de quem vive essa história. Assim, romper com ela, ainda que da forma mais drástica possível, traz consigo traços daquilo do qual se quis desatar e estes traços emergem, inadvertida e impositivamente no dia-a-dia do trabalho.

É neste sentido, aliás, que entenderemos algumas dificuldades da própria política a partir da qual falamos. Ao tentar romper radicalmente com um passado ao qual não se quer ver associada, por vezes renega (no sentido lato da palavra) sua história, fazendo com que alguns dos elementos apareçam inoportunamente. Negar a articulação histórica desta política e de seus profissionais – os trabalhadores sociais como um todo – com um passado de esforço de adaptação dos pobres em seus nichos, com a prática da caridade como forma de indulgência e de desconsideração da compreensão do lugar político que ocupam aqueles sujeitos, mais do que afastar esse passado, fá-lo retornar com uma face monstruosa e irreconhecível; faz-nos, agora, repetir tais práticas incessantemente, tal qual ocorre com a compulsão à repetição freudiana que urge pela captura linguageira da recordação e da sua posterior elaboração.

No fim das contas, precisamos confessar: é tal elaboração que intentamos fazer. Mais do que isso, aliás, queremos provocá-la como resposta à desestabilização que a análise poderá e mesmo deverá produzir. Não queremos construir novos ideais e valores, nem tampouco reformular ou qualificar os que aí estão colocados como bons ou ruins, certos ou errados. Eles serão tomados somente na medida em que podem funcionar como analisadores da questão posta, como um sintoma social da vida que compartilhamos e da política que executamos.

Se “o seio da família é o lugar mais seguro de se estar”¹; “a criança, por sua vez, deve estar na segurança da sua casa” e ela “deve ser tomada como ser em peculiar situação de desenvolvimento”. Assim, “a educação se torna a resposta mais viável para quaisquer problemáticas sociais relativas à infância”; “diante de sua educabilidade, um trabalho efetivo de mudança deverá ser levado adiante”. Por fim, temos que “o trabalho dignifica o homem” e “consiste na melhor forma de socializá-lo” e por isso devemos investir neste viés. Sem sermos ingênuos de rejeitar toda esta conjuntura na qual todos nós estamos mergulhados, tentaremos entender o que estes entendimentos operam em termos de práticas de dominação e de resistência, de acomodação e de transformação política e social. Colocaremos em pauta a constituição destas práticas, além da legitimação dos valores e afetos que se colam aí.

Iniciaremos o trabalho apresentando nosso campo de pesquisa e a apropriação do método psicanalítico feito neste espaço. No primeiro capítulo, denominado assim de *O método*, começaremos pela descrição do cenário onde se passarão nossos escritos, pela descrição, deste modo, do nosso campo de trabalho conforme está prevista nos documentos e planos que fundamentam sua existência. Neste momento inicial, não direcionaremos

¹ As aspas querem indicar ideais avulsos e compartilhados em forma de falas, ainda que não tenham sido necessariamente proferidas dessa forma.

quaisquer análises ou indicativos que possam fazer supor o encaminhamento que daremos às questões, embora logo adiante nos permitiremos começar a lançar algumas provocações ao leitor a respeito dos problemas que já possam ser vislumbrados, especialmente no que concerne ao papel imposto às famílias dos jovens que chegam ao serviço e às ações socioeducativas como soluções propostas pela política às problemáticas sociais que lhe chegam. Depois que o leitor já estiver minimamente familiarizado com o campo do qual falamos, apresentaremos o método psicanalítico, suas possibilidades de ação e intervenção no campo, seja em termos do entendimento e análise dele, seja como produção de novas possibilidades, sem perder de vista os complicadores presentes na situação posta, qual seja a de que a pesquisadora é ali também a psicóloga do serviço e que, assim, nele poderá e deverá se emaranhar, o que exigirá, desta forma, que lance mão das técnicas tomadas de empréstimo da clínica analítica para encontrar seu lugar.

No segundo capítulo, daremos para a discussão um caráter mais sócio-histórico, devido aos autores que serviram de base para sua escrita, mas também, e especialmente, pelo intuito de colocar em análise críticas que seguem pelo viés do que tais perspectivas políticas e sociais operam na execução daquele serviço. Pretendemos, neste capítulo, deixar um pouco de lado a análise psicanalítica dos valores envolvidos no campo – embora ela faça sua entrada em alguns momentos – a fim de tomar um viés mais expositivo dos lugares ocupados pela família, pela infância e especialmente pelos trabalhadores sociais neste espaço. Ao partirmos da exposição do campo constituído no primeiro capítulo, chegaremos à apresentação de sua constituição histórica enquanto campo de intervenção estatal, e ali começaremos a tratar a questão da pobreza enquanto acontecimento que urge pela intervenção do Estado por meio dos trabalhadores sociais. Adiante, articulado à pobreza e com o valor de dependência agravado, introduziremos o papel da infância e das políticas de assistência a ela associadas. Neste caminho, apontaremos o instituto do Tribunal de Menores e mostraremos, com a colaboração dos autores que trabalham nesta seara, como ele dá lugar a nossas medidas socioeducativas, bastando, para isso, estender os tentáculos do judiciário e articulá-los a medidas higienistas de proteção da – e contra – a criança pobre, a fim de examinar o que herdamos dali e como poderemos lidar com esse espólio. Assim, demarcaremos a questão da gestão das populações e, mais especificamente, do controle social, inevitavelmente ligado ao controle das populações pobres e finalmente arriscaremos uma análise preliminar, de cunho psicanalítico, qual seja a do porquê dessas populações serem tão visadas e, melhor ainda, de que sentimentos e justificações garantem essas práticas.

No terceiro e último capítulo, retomaremos a psicanálise a fim de tomá-la como instrumento de análise das questões levantadas nos capítulos anteriores. Ao longo de todo trabalho, misturaremos nosso desenvolvimento teórico com exemplos reais do cotidiano do serviço e as análises feitas deles, e neste capítulo não nos furtaremos a esta prática; o diferencial é que aqui tomaremos casos mais pontuais e indicaremos, a partir de falas feitas ou de situações ocorridas no serviço, sua articulação com as análises propostas. Nele apontaremos a “modernidade” dessa articulação tão natural entre família, infância e educação, associando tal vínculo à interiorização dos costumes e à privatização dos sentimentos e das relações. Tomaremos, adiante, a obra de Freud como referência para discutir o lugar da infância no contexto moderno e para pensarmos sobre as subversões que a discussão psicanalítica opera sobre este ser, a criança, embora com frequência assuma a função de legitimação dos valores que são tratados ao longo do trabalho. Ainda sob o escopo da teoria freudiana, colocaremos em análise a noção de desenvolvimento infantil e as operações a que ela pode dar lugar no sentido de identificar as possibilidades de educabilidade, conquanto o conceito básico que dá sustento à teoria, o inconsciente, faça com que se desarranje qualquer tentativa neste sentido, pois age em consonância com a imprevisibilidade. No tópico seguinte trataremos do problema da imputabilidade, tomado a partir dos vieses da responsabilidade e do sentimento de culpa; aqui o conceito de inconsciente novamente impossibilita quaisquer garantias, especialmente no sentido da imputação de culpa. Adiante, a análise finalmente incide sobre a instituição, sobre o desmentido que emerge frequentemente na fala daqueles que fazem a política e na agressividade perversa e desordenada do comportamento infracional para, enfim, colocarmos em questão a possibilidade do uso da transgressão enquanto desmonte de um sistema normativo dado e supostamente consistente.

CAPÍTULO I

O MÉTODO

O método de uma pesquisa nos diz mais que sobre a forma de empreender tal pesquisa, ainda que nos auxilie nesse sentido, e nos leva além da exposição das ferramentas que vimos selecionando e reservando para nosso trabalho de análise, embora nos cobre este cuidado. Falar de método serve, especialmente, para guiar o leitor – e oportunamente também o autor – nos meandros a que os escritos levam. O método, embora organize as ideias e os modos de fazer a pesquisa, não precisa tornar técnico o trabalho. Intenta apenas tornar inteligível o que se usa, como se pretende usar, e onde vão ser utilizados os instrumentos já separados – apesar de poder descobrir novas tecnologias no caminho que não deverão ser ignoradas.

Tomaremos o arsenal psicanalítico – advindo da clínica instaurada por Freud – para remexer os elementos que vemos surgir na execução de um serviço da Política Pública de Assistência Social: num CREAS de medidas socioeducativas. Partiremos da especificidade dessa experiência como também do que propõe a Política em âmbito mais geral e, em última instância, do que está colocado nas propostas de Políticas Públicas como um todo. Tomamos este campo compulsoriamente: antes por já ser um campo ocupado por esta que escreve, ainda que até então ocupe ali um papel outro que não este de pesquisadora, mas o de trabalhadora social (psicóloga). É compulsório ainda porque responde a um imperativo de elaboração: seja de ideias, de questionamentos, de queixas e, é preciso dizer, de afetos; ele atende à exigência de que tais questões sejam ordenadas e colocadas, tornando inevitável que encontremos na psicanálise suporte para fazê-lo. Afinal, o que impõe a ética e a técnica da psicanálise aos analistas – e, portanto, também aos pesquisadores – senão a exigência de que não nos furtemos a nos reconhecer diante de relações nas quais estamos colocados? Aí está nosso campo de pesquisa: um espaço permeado de afetos no qual transita a política, a história, as fantasias e as histórias cotidianas que clamam por nossa atenção.

Para que os elementos possam começar a surgir para o leitor, iniciaremos nosso percurso num esforço de transformar em palavras a imagem do campo e transformar em imagem as palavras e discursos que o percorrem cotidianamente. Os afetos também vão emergir – inadvertidamente ou não tanto – além das disputas políticas e epistemológicas que apostamos serem capazes de encontrar seu espaço por aqui. Vamos ao campo.

O CENÁRIO DA PESQUISA

Prontamente devemos destacar duas coisas: a primeira é que a pesquisa em questão foi vislumbrada a partir da inserção da pesquisadora enquanto trabalhadora social em um campo das políticas públicas de Assistência Social: um CREAS; a segunda, relativa a essa, nos diz de uma necessidade constante de que esta que escreve e que trabalha no campo explicita constantemente suas implicações e envolvimento nele, tornando, talvez, o terreno mais arenoso. Ainda assim, faremos um exercício de afastamento e de limpeza do campo ao tentarmos apresentá-lo – neste primeiro momento – como o lemos nos documentos e propostas que lhe dão base, sem artifícios de crítica e ênfase em pontos que nos soem importantes; sem, portanto, aprontar armadilhas de convencimento e de cooptação de cúmplices.

A inserção da pesquisadora se deu quando foi aprovada em um concurso público, tornando-se, desde então, servidora pública, e assumindo o cargo de psicóloga social pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) de Aracaju, em Sergipe. O serviço de Assistência Social de que tratamos é prestado em um CREAS em Aracaju que acolhe uma demanda específica encaminhada pela 17ª Vara Cível do Juizado da Infância e da Juventude do Estado de Sergipe, quais sejam adolescentes em conflito com a lei que, por isso, estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto: Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Os adolescentes estão delimitados, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como aqueles de idade entre os 12 anos completos e os 18 anos incompletos, e frequentam o CREAS em consequência do cometimento prévio de um ato infracional, que consiste em fato descrito como crime ou contravenção na legislação penal (BRASIL, 1990). Embora apenas adolescentes sejam encaminhados ao CREAS, podemos continuar acompanhando a execução da medida até que estes completem os 21 anos, quando ela é finalmente extinta.

O documento que prevê a tipificação do trabalho socioassistencial, a *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*, determina que os CREAS devam atender todos os cidadãos cujos direitos sejam ou tenham sido violados, o que implica em acolher desde os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas até mulheres e crianças vítimas de exploração sexual, de violência doméstica, como também idosos e deficientes que sofrem maus-tratos, negligência, pessoas em situação de rua², etc. (BRASIL, 2009). Aracaju é um dos

² As normativas indicam que o trabalho com população de rua se coloca na Proteção Social Especial (PSE), tanto de média quanto de alta complexidade, categorias que serão explicadas logo adiante. No primeiro caso, a

poucos municípios que ainda não assumiu tal diretriz e que adota a perspectiva dos CREAS temáticos, ou seja, CREAS que focam seu trabalho em apenas um tipo de violação, o que faz com que este no qual a pesquisadora está inserida trabalhe apenas com os adolescentes supracitados. Há, entretanto, a promessa de que os CREAS distritais, regionalizados e lidando com todas essas espécies de violações elencadas, começarão a ser instaurados neste município, com primeiro projeto já enviado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) cujos recursos estão previstos para 2012³.

Quanto à questão do acolhimento de demandas de violação de direitos, é mister mencionar que estes Centros Especializados estão colocados na Coordenação de Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade da Secretaria da Assistência Social do município de Aracaju, em Sergipe. A assistência social foi definida no art. 194 da Constituição Federal como uma Política de Seguridade Social cujo maior princípio seria o da universalidade, dado reiterado no primeiro artigo da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (BRASIL, 2010, p.53 & BRASIL, 1993). O texto constitucional, em seu art. 203, garante que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, sem que haja a exigência de contributividade e fixa seus objetivos na proteção à família, à infância, à adolescência, à velhice, aos portadores de deficiência, além da descentralização político-administrativa e a participação popular no controle dessa política pública. (BRASIL, 2010, p.56)

Com isso, temos que a política pública da assistência se subdivide em: Proteção Social Básica (PSB) e PSE (BRASIL, 2006). A primeira, com os serviços territorializados – inseridos em regiões nas quais está delimitado o município – atende a população em situação de vulnerabilidade e “(...) tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2005b, p. 33). A segunda lida não com a pobreza simplesmente, mas, ainda de acordo com o *Plano Nacional da Assistência Social* (PNAS), com uma dimensão mais complexa: a exclusão social. Consta em sua redação: “(...) diferentemente de pobreza, miséria, desigualdade e indigência, que são situações, a exclusão é um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza” (BRASIL, 2005b, p. 36).

A PSE, portanto, lida com situações de maior vulnerabilidade, já que os usuários que lhe chegam têm (ou já tiveram) seus direitos violados ou ameaçados – embora seja raro

população é atendida pelos CENTROS POP, cujos serviços especializados são direcionados a pessoas em situação de rua e para abordagem social delas. No segundo, se lida com o acolhimento institucional destas pessoas e dentre elas, daquelas que estão em processo de saída da rua. (BRASIL, 2011b).

³ A notícia consta neste link retirado do site da Prefeitura Municipal de Aracaju: <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=48207>

encontrar na PSB sujeitos cujos direitos não são ou foram violados nos termos que prevê nossa Carta Magna e o ECA. Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto são um público que demanda ter seus vínculos familiares e comunitários fortalecidos, muito embora estes ainda não estejam rompidos, como seria o caso do mesmo adolescente autor de ato infracional que devesse cumprir a medida socioeducativa em meio fechado, sob o encargo da Secretaria Estadual de Inclusão e Desenvolvimento Social (SEIDES), ou ainda os casos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional – em abrigos, como costumavam ser conhecidos.

O entendimento desta política pública, percorrido neste documento – o PNAS – e em outros que embasam os serviços que lhe dão corpo, como o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), as Normas Operacionais Básicas (NOB's) e mesmo a CF de 88 e o ECA, perpassa, prioritariamente, a importância dada à intervenção junto à família. O primeiro documento tem como diretrizes, além da descentralização político-administrativa, propondo uma administração mais territorializada das demandas, da participação popular para fins de controle das ações desempenhadas e da primazia de responsabilidade do Estado na condução da política, a centralidade na família para a concepção e implementação dos serviços, partindo do argumento de que ela garante a proteção e a socialização dos seus membros ao servir de referência moral e de vinculação afetiva e social, além de ser a mais importante mediadora do relacionamento de seus membros com o Estado e suas instituições (BRASIL, 2005b).

O trabalho com a PSE implica que sejam transpostas as dificuldades e vulnerabilidades econômicas de forma que possam tornar-se objetos de intervenção outras questões entendidas como mais complexas, como o problema das relações familiares, por exemplo. Com isso, propõe-se que o trabalho dessa política pública intervenha diretamente nestas relações, ao compreender o papel determinante desta para a indução ou composição da situação de violação e, conseqüentemente, também para a ativação das potencialidades da família e de seus membros, evitando, pelo contrário, tais situações violadoras. Diante do ideal de convivência familiar e comunitária como prioridade, consta no PNAS que há casos em que a convivência familiar torna-se prejudicial ao sujeito, já que são as próprias famílias, “(...) com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem a violação dos direitos de seus membros” (BRASIL, 2005b, p.36) ao descumprir com sua função de proteção básica, socialização e mediação. É desta forma que esta política pública entende que há a necessidade de um trabalho íntimo com essas famílias, e na página seguinte afirma:

(...) é preciso desencadear estratégias de atenção sociofamiliar que visem a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica ao lado de sua auto-organização e conquista de autonomia. (BRASIL, 2005b, p.37)

Esta declaração é uma dentre várias distribuídas neste documento que atestam a centralidade do papel da família na proteção básica do grupo familiar e, portanto, de suas crianças e adolescentes.

Os adolescentes encaminhados para o CREAS de Medidas Socioeducativas são aqueles que cometeram atos infracionais, ou seja, que agiram em desacordo com a lei estabelecida assim como, também nos é lícito dizer, com a moral vigente. A *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* inicia a descrição do *serviço de medidas* defendendo que ele deve “contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens”, destacando logo adiante a necessidade da “observância da responsabilidade face ao ato infracional praticado” (BRASIL, 2009, p. 24).

Para fins de maiores entendimentos do equipamento a partir do qual se fala, torna-se importante ocupar mais algumas linhas para explicar, especificamente, sobre o trabalho ali executado. O CREAS Viver Legal está situado no município de Aracaju, na amplitude geográfica delimitada como 2ª Região, mas sendo ele temático atende a todo o território da cidade e atua em todo ele também. Sua equipe é composta de assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais, além de uma coordenação, de um corpo de profissionais de serviços gerais e administrativo, estagiários e eventuais oficineiros. De acordo com a *Tipificação*, são objetivos da equipe dos serviços de medidas socioeducativas: o acompanhamento social do adolescente, garantindo sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e em outras políticas públicas; colaboração com a construção de projetos de vida que contribuam com o rompimento da prática de atos infracionais e com o estabelecimento de autoconfiança e capacidade de reflexão sobre o desenvolvimento de autonomia, além de possibilitar acesso e ampliação do universo cultural e informacional e, finalmente, garantir o fortalecimento da convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2009).

O trabalho da equipe técnica consiste em fazer visitas domiciliares, atendimentos individuais e/ou em grupos, confeccionar relatórios a fim de que possam servir de subsídio para os estudos sociais da equipe técnica da 17ª Vara Cível e das decisões judiciais, assim como participar em audiências neste mesmo juizado, fazer encaminhamentos para atendimentos em saúde, matrícula escolar, documentação, cursos profissionalizantes, etc. De acordo ainda com a *Tipificação*, a equipe técnica responsável pelo acompanhamento das

medidas socioeducativas em meio aberto deve realizar o acompanhamento dos adolescentes, garantindo sua acolhida, escuta e orientação, produzindo diagnóstico socioeconômico, promovendo a articulação das redes de garantia de direitos, disponibilizando também orientação sociofamiliar, informação, comunicação e defesa de direitos, mobilização para o exercício da cidadania, etc. (BRASIL, 2009).

Nos encaminhamentos a serem feitos para outros serviços da rede socioassistencial, estão estabelecidas as exigências tanto da política da assistência social concebida como uma política que assegura a inserção [inclusão] de seus usuários em outras políticas das quais ainda não façam parte (BRASIL, 2009), restaurando, assim, seus direitos violados, quanto do ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e lançado em 2006, o SINASE passou a embasar as práticas de execução das medidas socioeducativas no Brasil, sejam estas em meio aberto, ou em meio fechado, geralmente a cargo da execução estadual. Ele aparece como um esforço de complementação ao que já previa o ECA quanto aos objetivos esperados para julgamento e execução das medidas. Devido ao seu cunho regulador das práticas articuladas às medidas socioeducativas no país, este documento tornou-se o Projeto de Lei nº 1.627/2007, e hoje consiste na Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. No documento escrito pelo CONANDA, estão apresentadas desde as normativas legais para o julgamento do adolescente, às responsabilidades das esferas federal, estadual e municipal, indo até as garantias de parâmetros para o atendimento socioeducativo, delimitadas nos eixos de suporte institucional e pedagógico; de diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual; da educação; de esporte, cultura e lazer; da saúde; da abordagem familiar e comunitária; de profissionalização/trabalho/previdência; e da segurança (BRASIL, 2006b).

O ECA - Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - prevê, em seu Capítulo VI, nos artigos que vão do 112 ao 125, as medidas socioeducativas aplicáveis aos adolescentes que cometeram atos infracionais, sendo os artigos 117 a 119 os que preveem as medidas em meio aberto executadas pelos CREAS. No seu artigo 117 consta que a PSC consiste na realização pelo adolescente de tarefas gratuitas de interesse geral, devendo ser tais tarefas conforme as aptidões do jovem; diz ainda que o período não pode exceder 6 meses de 8 horas semanais ou comprometer a frequência escolar. Os artigos 118 e 119, referentes à LA, justificam que esta medida será adotada sempre que for necessário um maior acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente por um período de, no mínimo, 6 meses. De acordo com o artigo 119, em seus incisos de I a IV, compete ao orientador, ou seja, ao profissional responsável pelo acompanhamento: “I. promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes

orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social”, “II. supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula”, “III. diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho”, “IV. apresentar relatório do caso” (BRASIL, 1990).

Feitas as apresentações das medidas com as quais trabalhamos, é mister expor outras atribuições dos trabalhadores sociais, estas geralmente reguladas internamente, construídas de acordo com demandas que surgem no cotidiano do serviço e que estão claramente articuladas com as prerrogativas apresentadas para a política. Assim, cabe-nos também fazer visitas institucionais: dentro da exigência de uma articulação da rede socioassistencial, fazemos tais visitas seja a fim de encaminhar os adolescentes para atendimento em outros serviços socioassistenciais, seja para encaminhar aqueles que vão prestar serviços comunitários no equipamento em questão. Intenta-se com elas, também, tomar ciência do andamento da medida e a identificação de queixas, seja da equipe que acompanha o jovem ou deste último, fazendo de nós mediadores entre estas partes e diante da justiça, que determina a medida. Ainda cabe-nos, em algumas situações, visitar novos espaços para tentar viabilizar novas possibilidades de encaminhamentos, seja para a PSC quanto para algum atendimento socioassistencial. Podemos discutir casos e dificuldades, dando, deste modo, algum tipo de suporte para as famílias que estão acessando os serviços ou às equipes que se dispõem a receber os jovens. Os técnicos ainda devem se utilizar do seu saber técnico e profissional para propor algumas atividades socioeducativas, principalmente na execução da medida de LA que tem seu lugar no próprio espaço físico do CREAS, seja no intuito de buscar atingir os objetivos previstos para a medida, seja para que empreste, ali, sua *escuta qualificada*. Embora o educador social seja aquele cuja presença nas atividades é imprescindível, demanda-se a presença do técnico nas ações socioeducativas propostas ao grupo a fim de que se obtenham resultados mais efetivos e relatórios mais detalhados.

Há um elemento que atravessa todas essas questões, mas que ainda não ganhou o devido destaque: o caráter socioeducativo das medidas, que se estende para as ações propostas em toda a política de assistência social. É ponto digno de ênfase que as ações socioeducativas são tomadas como uma metodologia comum aos serviços desta política, como uma forma comum de atingimento dos objetivos colocados por ela. Na NOB/SUAS consta que essas ações são promovidas aos cidadãos e a suas famílias a fim de desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, além de visar com isso seu protagonismo e autonomia. (BRASIL, 2005a).

Embora seja um artifício central nas Políticas de Assistência, não encontramos tal denominação apenas nos documentos desta política. No ECA está presente essa exigência, apontando a passagem de uma política de criminalização e punição do antigo menor para uma nova perspectiva que aposta na socioeducação do adolescente (BRASIL, 1990).

DOS DOCUMENTOS ÀS PRÁTICAS

Neste ponto, nos furtaremos a manter nossa promessa de afastamento e começaremos a lançar alguns problemas – indicados em análises ainda preliminares – que permeiam a constituição deste trabalho enquanto pesquisa. É notável, apesar do exercício a que nos propusemos, que alguns elementos acabaram sendo mais salientados que outros, se destacando de um fundo difuso e dando alguns direcionamentos e destaques, como seria inevitável. Em primeiro lugar, apontamos a importância de colocar em questão o lugar e o valor que a família ganha nos documentos referidos e nas práticas que têm neles seu embasamento. Em segundo, destacamos a função do que é nomeado socioeducativo (ações socioeducativas) para o atingimento dos objetivos previstos para o trabalho nesta política, o que não deixa de implicar intimamente o papel esperado da família.

A proposição de questões a respeito dessa última foi, então, o primeiro passo tomado em direção à formulação de um problema de pesquisa. Dada a nossa inserção prévia no campo, elaborar uma pergunta coincidiu com a elaboração de alguns incômodos; estes suscitavam diversos sentimentos, permitiam estabelecer críticas e dúvidas a respeito do trabalho executado e exigiam que formulássemos questões. A primeira foi: o que esta política pública espera da família? Mais especificamente, perguntávamo-nos que pressuposto acerca do valor e papel da família moderna guiava aquela prática, que julgamento do cumprimento deste papel já estava colocado e, por fim, qual seria a colaboração e a importância dos saberes *psi* para as intervenções feitas com as famílias usuárias do serviço.

A hipótese prévia era a de que, grosso modo, as famílias eram tomadas como as primeiras e maiores responsáveis – passiva ou ativamente – pelas violações sofridas e cometidas pelos adolescentes que atendíamos. Tal entendimento não era privativo à Política de Assistência, já que identificávamos compartilhada em toda a rede uma opinião nesse sentido. A execução do nosso serviço, no entanto, parecia trazer consigo tal valor e trabalhar conforme esse suposto a fim de buscar seus objetivos.

As mães – geralmente são mães solteiras, separadas ou referenciadas como responsáveis pela prole – ainda corroboravam nossa hipótese: chegavam ao serviço sentindo-se responsabilizadas pelo ato infracional cometido pelos filhos, seja porque alguém havia declarado que eram responsáveis (geralmente vinham com a queixa de que o juiz lhes havia apontado como culpadas), seja porque compartilhavam desta opinião e chegavam, elas mesmas, sentindo-se responsáveis, ou, finalmente, assumiam a culpa de forma denegatória, garantindo e tentando convencer que não tinham qualquer responsabilidade, já que haviam feito todo o possível em prol da educação dos filhos.

A psicóloga se deparava com as inúmeras exigências cobradas às famílias nos documentos, planos, leis e projetos de lei, ao escutar as falas das mães e de outros familiares, dos vizinhos, parentes e amigos da família, ou ainda dos técnicos com quem dividia o trabalho. A pesquisadora, por sua vez, ao estudar e empreender uma reflexão acerca do papel da família nesta política pública da qual estava mais próxima, inevitavelmente foi impelida a retomar este material. Diante da insistência do conteúdo de responsabilização e de culpabilização da família, o problema que colocamos em questão ganhou seu destaque, e a pesquisadora passou a utilizar aquele material como a base para o desenvolvimento do seu trabalho, ou melhor, como o material empírico que vai dar consistência para as formulações e articulações do trabalho científico a ser produzido.

Inferimos desta experiência, portanto, que paira um valor de que estas famílias estão, de algum modo, impossibilitadas de dar à criança e ao adolescente o cuidado devido; melhor ainda, estão incapacitadas para cumprir seu papel de referência moral e educacional. Neste sentido, cremos ser ainda mais marcante a impressão de uma cobrança da política acerca do papel – *mal-desempenhado* – das famílias já que, no serviço de execução de medidas, elas (especialmente as mães) surgem como sendo aquelas que não garantiram que sua prole cumprisse seu papel no pacto social, já que descumpriram a legislação e a moral postas.

Além desses pontos levantados, indicamos que a ação proposta aos técnicos no trabalho com a família também indicam tal lugar de culpa travestido da responsabilidade legal e moral devida às famílias. A exigência de visitas domiciliares que verifiquem a situação de moradia e de salubridade da casa são indicativos; também o são as intervenções que, em sua maioria, consistem em cobrar à família sua participação e o cumprimento de uma obrigação e de um dever que as mães, sentindo-se impotentes e cansadas, transferem para a equipe técnica ou, sentindo-se envergonhadas, coagidas e responsabilizadas, querem depositar nos filhos, estes sim, os autores do ato infracional que levaram todos até o serviço em questão.

Adiante, na formulação do nosso problema, depois de algumas leituras e de um esforço em prol de uma delimitação da questão, vimo-nos tomados por outra problemática, esta intimamente articulada à primeira e quiçá complementar a ela: diante da proposição de perguntas, sempre recaíamos numa crítica que mais se assemelhava a uma queixa a respeito do sentido do termo “socioeducativo” que seguia a definição das medidas propostas aos adolescentes autores de atos infracionais; diante do estudo dos documentos da política, vimos que a proposta de ações ou atividades socioeducativas não se limitavam à execução das medidas dos adolescentes, mas que surgiam como modos de fazer (e solucionar) em todos os espaços da política de assistência social. Era curioso notar como havia a exigência de que as ações propostas fossem sempre socioeducativas, estivessem elas colocadas para coletivos dos quais participassem crianças, adolescentes, adultos ou idosos (cf. BRASIL, 2005a & 2005b).

Diante da imposição dessa questão no delineamento desta pesquisa, resolvemos não nos esquivar e tomá-la como nosso novo ponto de análise. O que precisamos enfatizar aqui é que da mesma forma que as perguntas acerca do papel da família fazia desaguar no problema das ações socioeducativas, tê-las como problema central nos remeterá sempre às questões que já haviam sido suscitadas a respeito da família. Partiremos, portanto, do entendimento de que a premência deste caráter educativo – socioeducativo, aliás – das medidas e das ações executadas na política estão inevitavelmente alinhadas ao papel esperado e exigido das famílias ali acompanhadas.

Torna-se, por isso, imprescindível colocarmos em jogo o condensado de sentidos que tal conceito – *socioeducativo* – pode ganhar, especialmente quando constatamos como seu uso é, neste campo, tão comum e aparentemente impensado, seja no cotidiano do trabalho, ou mesmo nas redações dos planos e documentos que dão as diretrizes para a proposição das políticas (cf. BRASIL, 2005a & 2005b).

Partimos da ideia de que tal conceito consiste em uma das palavras-valises propostas por Freud em seu *A Interpretação dos Sonhos* (FREUD, 1900). Esta palavra-valise, como já supõe a imagem que ela nos coloca, é aquela que carrega em si uma série de sentidos que estão associados a uma série de intensidades afetivas. O conceito de *socioeducativo* une dois significantes não pouco problemáticos: o social e o educativo. O social, para propor alguns sentidos encontrados e/ou deduzidos, parece implicar em significados de pobreza, de caridade e de um coletivo posto como um ente destacado e prioritário diante do subjetivo e do individual. O educativo, por sua vez, traz elementos que vão desde a criação da criança pela família à sua pertença a uma escola formal, desde os comportamentos (ou modos de se portar) à habilidade de ler, escrever e, em última instância, pensar. Diante deste condensado de

sentidos que nem sequer consegue envolver o emaranhado que esse problema traz, podemos apontar como o caráter socioeducativo das ações parece estar colocado nesta política.

Precisamos insistir na centralidade desta solução para a política pública em questão, mais ainda quando no campo a partir do qual desenvolvemos a pesquisa. Chamamos de solução porque ela surge como forma de garantir o trabalho pelo fim ou esmaecimento da vulnerabilidade social – quando praticada na PSB – ou para garantir a restauração das violações sofridas na PSE. Neste ponto, devemos nos arriscar e perguntar: será, então, que a causa da vulnerabilidade e da violação sofrida é apenas a falta de educação de nosso público-alvo? Por que educá-los, ou, se for possível assim dizer, socioeducá-los, deve ser a solução dos problemas, das demandas e das queixas levadas até os serviços da assistência social? Questionamos não apenas o que se quer com tais ações, mas o que se consegue com elas, tomadas na forma em que são hoje executadas – se é que há aí alguma unidade.

Para fins de demonstração, fizemos uma pesquisa sistemática, embora breve e até mesmo superficial, nos dois documentos que concebemos como os mais explicativos e direcionadores das práticas desta política e destacamos que tanto no *Plano Nacional de Assistência Social* quanto na *Norma Operacional Básica do Suas*, ambos de 2005, o conceito do que é socioeducativo não é explicado em qualquer momento; não bastasse a dificuldade em nos desfazermos de tantos sentidos como os que eles parecem trazer, vemos que eles são apontados em associação com outros conceitos não menos complexos e difíceis de compreender como os de socialização, fortalecimento de vínculos, autonomia, protagonismo, sociocultural, reprodução social da vida individual e familiar, desenvolvimento de capacidades e talentos para a convivência social, etc.

O que mais parece se aproximar de um conceito, já que explica a que devem servir tais ações e aquisições socioeducativas, é esta declaração presente na NOB/SUAS acerca do trabalho da proteção social que diz:

A proteção social de Assistência Social, em suas ações, produz aquisições materiais, sociais, *socioeducativas* ao cidadão e cidadã e suas famílias para suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia. (BRASIL, 2005a, p.89, grifo nosso).

Como fica evidente, não há qualquer explicação mais clara do que é esperado das atividades socioeducativas propostas aos usuários da política, o que dá uma abertura para que cada profissional em uma mesma equipe adicione à *valise* seus sentidos, valores e preconceitos ao colocar em ação o que está proposto nos documentos. O que se torna

perceptível ao olhar mais crítico é que há um pressuposto latente nas declarações e orientações em que se usa o conceito: o de que há uma incapacidade nas famílias que procuram a política – deixemos claro que são elas essencialmente famílias pobres – em dar conta de suas responsabilidades, seja em termos de educação formal, moral e de socialização relativa à formação de vínculos sociais com seus pares. Parece, assim, que a política busca sanar uma falha moral – para usar a noção que dá conta de modo mais abrangente do problema – presente, universalmente, em lares com menores condições econômicas.

Desta forma, colocar em questão a política pública de Assistência Social ao perguntar o que ela espera das famílias com as quais trabalha perpassa, necessariamente, a forma como ela pretende empreender tal trabalho, ou seja, por meio das ações e atividades socioeducativas. Imprescindível se faz, portanto, amarrar estas duas pontas para articular o nosso problema de pesquisa, que desagua na questão do que pode operar a adoção de ideais subjetivos e compartilhados para a execução da política.

Inútil falar, e ainda assim muito importante fazê-lo, sobre a implicação da pesquisadora no empreendimento da pesquisa. Retomar memórias de sua experiência enquanto psicóloga faz lidar com um material duvidoso como o são os elementos mnêmicos, (cf. FREUD, 1996c), especialmente quando conta com o envolvimento afetivo inevitável – se bem que haja o esforço de evitá-lo – da psicóloga que é constantemente chamada a se posicionar como forma a encaminhar o trabalho. Mais do que qualquer campo de pesquisa que ganha a atenção do pesquisador, este interessa a pesquisadora tanto quanto ela é a psicóloga que deseja repensar suas práticas e, quiçá, elaborá-las. Tal pesquisadora faz de sua pesquisa também um espaço de elaboração de sua experiência e de encontro com seus afetos que ali se investem e desinvestem constantemente. Assim, temos a tarefa não apenas de entender a duplicidade de tal papel psicóloga/pesquisadora, mas principalmente de entender como esta interfere nas questões colocadas e como, eventualmente, possa resolvê-las. E é para fazê-lo que chamamos o método psicanalítico e as ferramentas das quais podemos dispor nele em nosso auxílio.

SOBRE O USO DA PSICANÁLISE COMO MÉTODO DE PESQUISA

Os escritos freudianos ensinam que o ato de pesquisar está colocado, em termos do campo psicanalítico, no próprio ato de fazer clínica. É da experiência com as histéricas, em primeira instância, que Freud desenvolve todo um campo teórico que é o da ciência que ele nomeia psicanálise. É dessa experiência, tanto quanto da clínica de outros pacientes (não histéricos), que este autor produz suas técnicas, desenvolve os conceitos da disciplina e instaura uma ética própria à sua clínica que é, ao mesmo tempo, sua ciência e seu campo de pesquisa.

Não é incomum se deparar, na leitura da obra de Freud, com os termos *pesquisa* e *ciência* pensados pela via da experiência clínica. Geralmente as construções que faz de novos conceitos ou as justificativas de legitimidade de seus achados psicanalíticos ganham consistência quando seu argumento recorre à exposição dos mecanismos neuróticos de pacientes que passaram pelo seu consultório (cf. FREUD, 2010c).

No artigo *Acerca de uma visão de mundo*, de 1933, Freud formula o que concebe por ciência a partir de seu entendimento acerca da experiência da clínica analítica, fazendo aproximações nesse sentido. Ele atesta que a ciência constrói verdades provisórias e que isso ressalta a possibilidade permanente de que ela seja questionada. Em termos da aproximação com a clínica, ele defende que tanto em uma quanto na outra se estabelecem hipóteses e construções que devem ser afastadas quando não se confirmam; em ambas, o analista e o pesquisador devem estar “de prontidão para toda possibilidade” (FREUD, 2010j, p.343), tal atitude permitindo que esteja preparado para receber quaisquer elementos, quer confirmem as hipóteses iniciais ou não. Neste argumento, Freud já dispõe, para empreender sua pesquisa e propor sua concepção da psicanálise enquanto fazendo parte da visão de mundo científica, de suas técnicas clínicas, tal qual a escuta flutuante que exige esta mesma disponibilidade na atenção dada ao objeto – ou ao sujeito em análise.

Note-se que a ciência de Freud é, apesar de e com a ajuda da base clínica que lhe sustenta, prioritariamente especulativa, embora busque sempre um referencial empírico. Ao apontar o caráter psicológico de seus estudos e a falta de uma referência física ou fisiológica para seus conceitos – daí a rejeição que faz de um paralelismo psicofísico (FREUD, 2010c) – ele justifica o cunho indefinido de sua ciência em construção. Em um de seus *Ensaio de Metapsicologia*, em 1915, Freud descreve que a atividade científica tem seu início na descrição dos fenômenos que deverão ser agrupados e posteriormente tornados em conceitos fundamentais, convenções embasadas em determinado material empírico (FREUD, 2010c).

Ainda que tal visão pareça demasiado tradicional, Freud advoga a possibilidade de flexibilização das concepções encontradas, além de subverter a lógica científica moderna de um saber que se pauta apenas no pensamento consciente, passando a não ignorar o material inconsciente ativo nos fenômenos estudados e no próprio ato de fazer ciência.

A defesa de Freud, em outro desses ensaios, ao tentar compor o conceito de inconsciente em seus vieses topológico, dinâmico e econômico, ou seja, em seu caráter metapsicológico, é a de que interferem em nossas ações elementos dos três sistemas, o consciente, o pré-consciente e o inconsciente; mais do que isso, ele explica, dadas as configurações já encontradas em sua experiência, que não é só o reprimido [ou recalcado] que está alheio à consciência, mas que também o é parte dos impulsos que governam nosso Eu. O autor parte desta constatação para clamar que devemos “(...) nos emancipar da importância dada ao sintoma “ser/estar consciente.”” (FREUD, 2010c, p. 134). Crer-se ciente de nossas ações e de nós mesmos é, portanto, um sintoma do qual a investigação psicanalítica quer se ver livre, ao interpor o inconsciente em seu próprio entendimento de ciência. É digna de destaque, entretanto, a utilização que Freud faz de concepções daquela mesma ciência racionalista para seus próprios fins, ao tomar, por exemplo, situações da clínica, em suas qualidades e quantidades afetivas e inconscientes, para comprovar a *legitimidade* e a *acuidade* de suas descobertas.

A concepção de ciência formulada por Freud parece utilizar, por um lado, um modelo de racionalidade muito claramente pautado num saber científico e metodológico que se constitui na base das ciências naturais em que as hipóteses precisam de comprovação e as teses demandam uma universalização, base epistemológica óbvia do espaço/tempo ocupado pelo autor na história da produção de saber. Por outro lado não é apenas a respeito da abertura para o inconsciente que Freud extrapola tal modelo; além de conceber o que há de irracional como pressuposto para o entendimento do mundo, toma como objeto privilegiado o senso-comum, o que na vida cotidiana desponta como sintoma, ato falho, lapsos de memória, etc.

Tratemos neste ponto do paradigma da ciência moderna. Boaventura Souza SANTOS (2005) monta um desenho da configuração deste modelo de racionalidade a partir dos elementos supracitados, quais sejam a totalização do conhecimento que é ao mesmo tempo fragmentado e disciplinar, a exigência de que sirva ao controle e à previsão, rejeitando por completo qualquer forma de conhecimento que fuja a este modelo – como é o caso do senso-comum –, a ordem, a estabilidade, a busca por regularidades que se traduzam em leis úteis e funcionais ao controle dos fenômenos (SANTOS, 2005). Retomando a contraposição com a psicanálise, embora Freud a coloque dentro de uma visão de mundo científica, podemos dizer

que enquanto a ciência tradicional pauta-se na possibilidade de purificar os eventos e as variáveis, de controlar e eliminar o que possa interferir no processo, a psicanálise faz desse resto, dessa sujeira, seu objeto e/ou campo de pesquisa – toma para si o que se quer exortar, de que se quer ver livre (SOUZA & COELHO, 2012).

Ainda Boaventura, nesta sua fala que nomeou *Um discurso sobre as ciências*, supõe, a partir do que entende como crise do paradigma moderno, um novo paradigma que ele confessa não poder adivinhar, mas tão somente supor a partir dos sinais emitidos por esta crise. Grosso modo, podemos expor algumas de suas suposições: ele critica uma concepção disciplinarizada da ciência e acredita que a fragmentação deste paradigma emergente será temático, o que implica em buscar um entendimento mais completo de eventos e fenômenos locais. Entende esta nova ciência como *tradutora*, já que incentiva que teorias e conceitos desenvolvidos em um campo específico possam migrar e ser utilizados fora de seu contexto original. Além disso, entende que esta ciência emergente vai acolher uma concepção há muito debatida, a de que o que quer que se estude e pesquise tem um valor autobiográfico, já que não podemos nos furtar ao papel da implicação pessoal (e de espaço e tempo) do autor naquele campo:

Hoje sabemos ou suspeitamos que as nossas trajectórias de vida pessoais e colectivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio. (SANTOS, 2005, p. 53)

Em nosso trabalho buscamos tratar o método em uso a partir do exemplo de seu primeiro formulador, Sigmund Freud, o que nos parece estar de acordo com algumas destas formulações de Boaventura. Em primeira instância, acerca da implicação pessoal, é imprescindível entender que a pesquisadora se coloca num campo de pesquisa que consiste em seu campo de ação e de análise. Da mesma forma, as formulações de Freud emergiam de sua experiência como médico e psicanalista, consistindo o seu trabalho diário em uma pesquisa contínua que rende bons frutos até hoje. As técnicas psicanalíticas, buscadas e transpostas da clínica, vão nos aproximar ainda mais das outras formulações de Boaventura. Tomaremos um campo pontual dentro de um universo de fenômenos e o estudaremos de forma local, buscando entender a historicidade deste lugar específico neste momento também específico que está em causa no problema abarcado. Assim o faremos a partir de uma extrapolação metodológica que permite usar ferramentas forjadas no consultório psicanalítico

no campo de execução de uma política pública. Isso está colocado há muito no texto freudiano, especialmente em seus textos chamados de sociológicos, desde que iniciou suas especulações e teorizações sobre questões que alcançavam fenômenos sociais e das massas, sem que nunca tivesse que deixar para trás – muito pelo contrário – o consultório que lhe trazia alguns desses elementos desde o início de sua experiência.

O pai da psicanálise já havia, portanto, generalizado sua interpretação analítica para os fenômenos sociais; pensou o mal-estar inerente à condição humana, o investimento libidinal e erótico inibido em sua meta como o formador dos laços sociais, assim como a necessidade de que o homem abdicasse de seu narcisismo em prol da formação desses vínculos (cf. FREUD, 2010i). Foi Freud quem advogou de antemão que as ferramentas forjadas diante do divã não serviriam apenas àquele espaço, mas que seriam passíveis de utilização e de ação em outros âmbitos já que não havia para ele qualquer divisão entre os processos psíquicos individuais e sociais. Freud entendia que os caminhos buscados individualmente para a obtenção de satisfação instintual não poderiam abstrair de suas relações com outros indivíduos, tornando, portanto, e em um sentido ampliado, a psicologia individual também social. O que se contraporía a isso, entretanto, seriam os processos narcísicos nos quais a satisfação instintual renunciaria ou conseguiria escapar à influência da relação com outros objetos (FREUD, 2010g) ainda que precisemos resguardar o dado que nos diz que o eu é formado pelos outros eus da sua história (FREUD, 2010b). A transposição das análises direcionadas aos pacientes para os fenômenos sociais e de massa estaria, portanto, não apenas autorizada, como também antecipada por Freud.

MD Magno reitera esta defesa a partir do conceito de Clínica Geral, uma clínica que articulada ao campo científico pela via do *Sapere Aude* – saber ousar (lema dos iluministas) – *ousaria saber* algo que não está dito e que nem sequer foi dito. Afirma o autor: “o que quer que façamos – da política à arte, da filosofia à técnica, da ciência à religião – estaremos sempre sob a mesmíssima chance de intervenção.” (MAGNO, 2000a, p.284). Completa dizendo que o analista pode sê-lo em qualquer situação, fazendo uma crítica ao entendimento de que o analista torna-se um somente quando está no gabinete, como se dispusesse de um interruptor para ligar e desligar esse modo de funcionamento.

Assim, esse autor entende que o analista é capaz de escutar tais manifestações e intervir com seu ato clínico. Esta clínica da ciência, da arte, da política, etc., produz deslocamentos quando de sua intervenção, promovendo mudanças nestes âmbitos, assim como seriam produzidas transformações subjetivas no lido com o analisando. (MAGNO, 2000a). A fim de reiterar esta defesa de que fazemos ciência com o instrumental psicanalítico,

nos sustentamos ainda em Boaventura, que vai afirmar que “(...) a inovação científica consiste em inventar contextos persuasivos que conduzam à aplicação dos métodos fora do seu habitat natural.” (SANTOS, 2005).

A possibilidade – inevitabilidade, aliás – de entender os processos sociais com o instrumental clínico é o argumento maior, embora não deva ser o único, em prol da utilização do método psicanalítico em um campo de trabalho social. Não é preciso, no entanto, para poder fazê-lo, entender esse campo como sendo composto por um conjunto de indivíduos ou compreendê-lo a partir da escuta de um ou outro agente dele. A escuta de um campo de trabalho como o que aqui se apresenta – de uma política pública – de fato pretende escutar tanto os ditos quanto os não ditos dos que dela participam, mas intenta fazê-lo enquanto consistem num conjunto significativo que é um composto das vozes, das falas, das fantasias, dos afetos, e do que está presente em um discurso oficial compartilhado que lhes dá sustento. Está colocado não apenas nas falas, mas em legislações, planos de ações ou material teórico que embase a prática do campo. Segundo Michel de Certeau, “o enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu desenvolvimento” (CERTEAU, 1999, p.63).

É entender o campo que se apresenta como parte de um processo histórico e compreendê-lo, e à história, tal defende Magno, como a “decantação de determinados acontecimentos como válidos”, como um “lixo cultural nos oprimindo e nos endereçando para a repetição daquelas besteiras” (MAGNO, 2000a, p. 288). Propomos, aliás, que a utilização das ferramentas analíticas no campo político que iremos demarcar neste trabalho possa escutar o cotidiano e estudar como a história dos elementos que atravessam as políticas públicas em voga hoje e suas práticas produziu decantamentos e repetições por vezes até sintomáticas nos modos de pensá-las e de colocá-las em ação.

É nesse sentido que acreditamos continuar a tomar o exemplo de Freud ao tratarmos como objeto de estudo o senso-comum e todo o lixo que o compõe. Lixo, primeiro, porque o que temos como de maior importância nesta discussão é o que parece haver de mais irracional a este campo: são os valores, preconceitos, as fantasias, os sentidos subjacentes às práticas exercidas no campo de trabalho analisado e as reproduções destas mesmas práticas. Senso-comum, em segundo lugar, porque concebemos, a partir da leitura de Boaventura Santos, que as práticas em questão, por mais que estejam embasadas em livros e regulamentos, por seu caráter cotidiano, segue prenhe dos valores e sentimentos, reproduzindo-se espontaneamente ao lidar com a realidade com a qual se depara; ainda segundo Boaventura, entendemos que o senso-comum pode ser muito conservador e legitimar prepotências (SANTOS, 2005) – ou

talvez possamos falar ainda de legitimação de espaços de poder, tal nos diria Foucault. É aí onde buscamos fazer intervir nossas técnicas clínicas e metodológicas.

Há um lixo que foi varrido para debaixo do tapete, não só pela ciência a que de certa forma nos contrapomos, mas principalmente nas práticas de trabalho aqui estudadas, e é ele que queremos fazer surgir. Só nos deparando com tudo que permanece escondido – recalado – podemos começar a compreender e elaborar a frustração constante que resulta da execução das políticas públicas no Brasil. O que o método psicanalítico propõe é que se leve em consideração o que se julga inútil e desimportante às reflexões, ao mesmo tempo em que se passe a interrogar o que se quer salvaguardar e manter fora de questão a qualquer custo. “Tal postura é, devemos dizer, o oposto do recalque.” (SOUZA & COELHO, 2012, p.98).

As intervenções das quais falamos, trazidas da clínica e preservando este caráter, são feitas no âmbito metodológico, enquanto utilizamos as técnicas e elaboramos as questões que vão emergir nesse campo no processo de articulação e de escrita do trabalho. Não devem, pois, permanecer neste âmbito; cremos ser possível expandir o alcance de tais articulações e intervir no próprio campo de práticas. Jean Oury, psicanalista e psiquiatra, fundador da Clínica de *LaBorde*, famosa por sua nova proposta de abordagem à loucura, em que entendia ser preciso tratar a instituição antes mesmo de cuidar dos pacientes, é exemplo do uso das ferramentas analíticas para-além de uma relação individual com cada paciente. A partir de seu conceito de coletivo, uma multiplicidade que preza pela diferença, pela distinguibilidade, ele entende que as práticas precisam abdicar de uma concepção de loucura uniforme e que deveriam articular algo da singularidade daquelas pessoas, o que chamava de função diacrítica. Esta função dizia de uma dimensão que se formulava para distinguir algo e que se instaurava no campo da transferência e do desejo; é conforme tal função diacrítica que Oury defende a transgressão enquanto algo próximo de uma ruptura necessária que desfaz as resistências e os lastros que lançam reproduções. O autor entende que devem ser produzidos encontros e rupturas a partir da retirada dos entraves imaginários. A interpretação desempenharia aqui o papel de instauradora desta estratégia transgressiva e transformadora. (OURY, 2009)

AMBIVALENCIA DE PAPEIS: A PESQUISADORA E A PSICÓLOGA

Apesar de nos sentirmos respaldados por Freud em nossa intenção de pesquisar o campo exposto, seja porque para ele a clínica e a produção de saber eram uma única coisa, seja porque qualquer campo – da arte, da política, da religião, etc – são profícuos para tal exercício, precisamos confessar que também agimos em “desobediência” às suas recomendações técnicas quando nos propomos a estudar um campo que ainda está em ação, no qual ainda estamos envolvidos e que, por isso mesmo, proporciona maiores dificuldades para que sigamos esta ética própria à psicanálise: a de uma abstinência ou neutralidade que implica em desemaranhar nossos próprios sintomas daqueles que vão, inevitavelmente, aparecer no andamento dos estudos aqui propostos.

Ao tempo em que Freud nos autoriza o uso do seu método psicanalítico, em um de seus *Artigos sobre técnica*, ele desaconselha que um analista faça um estudo de caso acerca de um tratamento que ainda esteja em andamento (FREUD, 2010a). Tal atitude pode prejudicar, de fato, os dois momentos: a pesquisa e a análise. No caso do último porque se torna difícil ao analista fazer a escuta flutuante da fala do analisando, já que guarda consigo hipóteses que quer ver confirmadas ou não. Para o pesquisador, em consonância com a tese de que ambos são uma mesma coisa, o problema seria basicamente o mesmo: depois de deparar-se com um achado que produziu o seu problema de pesquisa, passa a buscá-lo incessantemente, deixando de lado a regra tão importante da atenção flutuante e ignorando, assim, a associação livre.

A fim de esclarecer nosso lugar nesta pesquisa, cremos ser indispensável assumir esse lugar ambíguo e passível de escorregadelas constantes. Ocupamos no campo duas posições concomitantes: esta que aqui escreve é ao mesmo tempo a pesquisadora – estudante no mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe – e a psicóloga que atende aos usuários e às demandas da política pública em questão. Seria impossível que a primeira, ao ocupar o lugar de ‘operador de direitos’, não deixasse seu caráter acadêmico de pesquisadora interpor-se às suas práticas ou que esse mesmo papel não tomasse para si todo ou parte do envolvimento da execução das atribuições técnicas. Mais do que isso, é mister que sejam destacados os afetos aí envolvidos: esta psicóloga, necessariamente imersa nos problemas cotidianos que a política pública em análise lhe impõe, arrisca em aparecer nestas linhas com certo tom de frustração e cansaço, com alguns pequenos raios de esperanças a serem lançados pela pesquisadora que deseja sanar tais dificuldades com novas propostas a serem buscadas e elaboradas em seu campo principal de estudo, a psicanálise.

Por isso mesmo precisamos confessar que aceitamos a discordância que Freud nos oporia (muito embora, conhecendo a obra de Freud, saibamos que ele mesmo poderia agir de encontro à sua própria recomendação), e resolvemos nos arriscar assim mesmo nesta seara. Inútil dizer que tal pesquisa pode tomar o caráter de elaboração da psicóloga de seus próprios sintomas, dado o esforço que precisa fazer para se desemaranhar deles. Magno pode nos apaziguar quando apresenta a neutralidade do analista sob o estatuto da maranha. O autor explica que a maranha é o que nos enreda e enrosca em nossos próprios sintomas e resistências; justifica ainda que tal analista não consegue ocupar este lugar de neutralidade o tempo todo, já que em algum momento – ou em vários deles – este vai escorregar deste lugar e se emaranhar em seus próprios sintomas, tornando assim o esforço de se desvencilhar deles, de entender onde se coloca diante das questões que lhe aparecem, um exercício inevitável a quem pretende ocupar o lugar de analista (MAGNO, 2000b). Do contrário, assumiremos o lugar do sujeito que impõe ao agora objeto, de pesquisa ou de análise, nossos próprios sintomas e resistências, prejudicando a escuta e a elaboração dos achados. Contamos com a compreensão do leitor avisado para nos acompanhar em nossos esforços.

Estudar e escrever acerca de uma política pública na qual se insere a pesquisadora ainda atravessa outras questões que pedem para ser enunciadas. Em primeiro lugar, é preciso que fique claro onde se coloca a estudante de pós-graduação em psicologia social que pretende investigar as questões que lhe tomam a frente a partir do olhar da psicanálise. Há um incômodo constante que leva a uma necessidade forçosa de legitimação de seus estudos; sentimo-nos aqui coagidos não apenas a justificar nossa articulação, mas ainda a levantar a bandeira da psicanálise e do seu método como formas de garantir a ocupação deste espaço, o que pode se tornar o maior dos nossos sintomas. Maria Cristina Poli (2008) consegue nos fazer visualizar nossa dificuldade ainda que não seja na seara da psicologia social. Ela argumenta que a necessidade permanente de legitimação seria, a bem da verdade, uma dificuldade intrínseca à própria psicanálise em sua entrada no espaço da universidade. Ao discutir sobre fazer pesquisa em psicanálise, a autora coloca em questão uma oposição histórica entre as escolas de psicanálise que funcionam sob o tripé “análise, supervisão e transmissão” e da universidade, na qual opera outro tripé: “ensino, pesquisa e extensão”. Alega, no entanto, que é este espaço mesmo, e esta disputa constante, que pode funcionar como as figuras dos opositores tão caras a Freud e Lacan. Seja o opositor fictício que questiona o próprio Freud em seus textos (cf. FREUD, 1996o) ou os autores e escolas aos quais se opunha Lacan em seus seminários. A universidade produziria, assim, uma tensão e uma resistência que, para serem superadas, permitiria a produção de ciência (POLI, 2008).

Precisamos, ainda, em segundo lugar, destacar o risco que é ser uma pesquisadora que, no esforço de fazer uma articulação de saberes que por vezes não parecem poder dialogar, tenta fazê-los se entender, como se o próprio Lacan já não lhe tivesse ensinado que [no inconsciente] não há relação sexual. Ao seguirmos o método psicanalítico, devemos partir do pressuposto do inconsciente como uma categoria que atravessa todo o nosso texto, desde à elaboração e autoanálise da pesquisadora que se esforça para se desemaranhar de suas resistências e sintomas até o uso dos elementos pontuados no trabalho sem que precise haver qualquer preocupação lógica, temporal ou entre opostos (cf. FREUD, 2010c).

O que deve ser posto em destaque é, de fato, o lugar que se acaba ocupando no processo. Ocupando ambas as funções, são produzidas formações de compromisso constantes: a pesquisadora e psicóloga precisa ocupar e desocupar lugares de observadora desemaranhada e de técnica de referência implicada. Já sendo bastante complicado lidar com toda a maranha envolvida em ser a pesquisadora de uma política pública com cuja execução colabora, ainda precisa atender as demandas que lhe são cobradas pelo órgão gestor, pelos usuários que lhe cobram atenção, pela justiça que quer a composição impossível de um posicionamento técnico sem amarras afetivas. Todas essas demandas podem produzir compromissos emaranhados.

Ao trazer as ferramentas para este trabalho, a psicanálise, como subsídio teórico, pode aparecer como a salvação dos problemas ou ainda como a fuga mais rápida para fantasias solucionadoras que tal realidade da Política Pública se nega a comportar. Pedimos, em reforço, a atenção e a crítica dos leitores para esses movimentos que acreditamos poderem ser frequentes, apesar de nosso esforço em evitá-los.

PARA ESCUTAR O CAMPO, É PRECISO DEIXÁ-LO FALAR

O entendimento de um campo que fala e de um pesquisador que pode escutá-lo veio, associado ao interesse pelos estudos psicanalíticos, de uma retomada espontânea das histórias contadas, das queixas expostas, das fantasias construídas e dos sentidos produzidos no campo ao qual se remetia a pesquisadora a fim de formular um problema de pesquisa. O delineamento das questões de pesquisa fazia emergir – dada a experiência tão viva e presente – lembranças e referências retiradas de falas escutadas, assim como de interpretações já feitas ou formuladas *só depois*.

Deste modo, e diante do entendimento de que o método psicanalítico possibilitaria um desenho de pesquisa consistente que perpassasse as técnicas supracitadas e que nos apareciam

na articulação da pesquisa, entendemos que este método não seria simplesmente adequado, mas viabilizador do levantamento de questões específicas, como a de uma necessidade de intervenção e de elaboração dos problemas suscitados, precisamente por nos propormos a colocar em pauta os elementos inconscientes que surgem a nós no campo demarcado.

Deste modo, propomos como desenvolvimento metodológico que seja possível, na investigação e no estudo da bibliografia, nos pautar em quaisquer conteúdos ou elementos retirados daquele campo e que emerjam da discussão que esteja sendo feita; damos-nos a liberdade de associarmos livremente na reflexão e na escrita, de retomarmos elementos que se associem com os sentidos que estão sendo produzidos na elaboração da investigação. Como Freud já havia previsto, em *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*, um de seus artigos técnicos, "os elementos do material que já formam um nexos ficarão à disposição consciente do médico", enquanto aqueles ainda "desordenados, parecem primeiro submersos mas emergem prontamente na consciência, tão logo o paciente traz algo novo, ao qual aqueles podem se ligar e mediante o qual podem ter continuidade" (FREUD, 2010a, p.150).

O que se quer é permitir que os conteúdos fiquem em suspenso, que os significados não preencham o campo e que se possa recorrer depois às cenas em suas multiplicidades de significações. O que importa é não privilegiar a cena de maior impacto em detrimento de uma aparentemente menor, é não querer encontrar em quaisquer das situações a resposta para as questões e hipóteses levantadas. Deste modo, associa livremente também a pesquisadora ao partir de uma associação livre prévia que cremos já ter acontecido no campo apresentado.

Diante dessa perspectiva, tomamos os elementos que nos surgem diante das questões e temas abordados ao longo da dissertação em seu valor significativo. Com isso não nos furtamos a entender que a pesquisadora desempenha um papel institucional digno de análise enquanto se faz ali psicóloga representante do Estado e quiçá "do juiz", como parecem entender os usuários do serviço e suas famílias; sabemos e já fizemos entender que este papel faz emergir conteúdos que não surgiriam fosse a pesquisadora somente pesquisadora, ou se exercesse qualquer outra função, já que cada uma dessas presenças levantaria novos conteúdos, novas histórias ou até as mesmas histórias contadas de outras maneiras.

Queremos frisar o uso de alguns termos. Quando falamos de elementos [significantes] e conteúdos, queremos demarcar uma diferença: os elementos são pontuais e não carregam em si um significado *a priori*; os conteúdos, ao contrário, se referem a toda uma contação de histórias, às argumentações em defesa de uma suposta inocência, a um apelo de confiança diante das versões colocadas dos fatos. Há um quê de sentimento de que se está sendo inquirido nas "conversas" com os técnicos do serviço, – o que não é sem razão – e assim

também há a expectativa de que, ganhando a confiança e até mesmo o carinho do profissional, seu relatório chegue ao juiz com um teor inocentador, garantindo sua desvinculação da justiça e, principalmente, da obrigação de cumprimento da medida socioeducativa.

Quando tratamos de nosso método, dizemos que tomaremos a liberdade de intercalar os elementos que surgem nessas falas e nas práticas em geral do serviço posto em destaque. Caso sintamos a necessidade, seja para clareamento dos argumentos ou mesmo para apontar o que viemos falando com a leveza que só o exemplo pode dar, não deixaremos de intercalar tais histórias como elas nos surgem. Ainda que usemos o conteúdo, é a partir dos elementos surgidos que vamos escrever e dar seguimento a nossas análises. Há, afinal, outra lição que Freud nos ensina pela via da clínica psicanalítica, qual seja a de que pouco importa se o paciente mente ou fala a verdade; o que tomamos para fins de intervenção na análise não são os fatos (os conteúdos) mas os elementos que se fazem presentes na história que se conta, seja ela uma mentira descarada, um esforço de retomada dos fatos, um “causo” absurdo permeado de fantasias, etc. O que nos importa são os elementos trazidos, os sentidos que eles podem carregar ou o que eles podem operar naquele espaço.

Partimos, então, do pressuposto de que este campo fala incessantemente, e pela via da associação livre, já que, ainda que se tente regular sua dinâmica, ele permita que sempre surjam elementos para análise. Nesse campo, como podemos tomar da fala de Lacan, a resistência – caso haja – é do analista, e neste caso, de quem pesquisa (LACAN, 1985). A pesquisadora aproveita, desta forma, o acesso que tem, enquanto psicóloga, ao que há de mais íntimo, espontâneo e mesmo odioso dos personagens do seu campo e dele mesmo enquanto uma máquina de fazer política pública em funcionamento. A profissional escuta as mães em seus momentos de maior aviltamento, de maior vulnerabilidade e necessidade de alguém que a compreenda e ajude (é essa, de fato, a expectativa que se tem acerca do trabalho do psicólogo); escuta os adolescentes em um espaço no qual revelam seus desejos e sonhos; ela os escuta quando está entre seus pares, enquanto se identificam e se revoltam contra inimigos comuns. A psicóloga se depara, neste íterim, com um amontoado de afetos, uma energia livre tentando encontrar seus alvos, formulando fantasias, sintomas, defesas, etc. Escuta, ainda, os vetores institucionais que atravessam o campo; o entorno de diversos setores com suas ressalvas, preconceitos e receios no lido com o adolescente “perigoso”, etc. Encontra-se com os entraves institucionais, com uma gestão pública que é feita de tal política e de seus financiamentos, com uma burocracia que engessa seu desenvolvimento, etc.

O ato de escuta é o ato de sustentar a associação do paciente. É por isso que a escuta da qual nos apropriamos nesse trabalho é do campo e não uma escuta de cada indivíduo que

fala à psicóloga, embora cada uma dessas falas seja aproveitada enquanto compõem o campo delineado. É por isso que nos sentimos à vontade para assumir que a escuta da técnica psicóloga não é flutuante, já que ela tem por obrigação que se posicionar e despachar encaminhamentos vários; ela, sim, deve levar os conteúdos em consideração e decidir se são críveis. O campo de trabalho fala ininterruptamente e atravessa a experiência dessa psicóloga que, enquanto pesquisadora, retoma pela via do inconsciente os conteúdos que ali passaram. Poli (2008), ao se remeter ao texto de Freud, e à conjunção necessária que se faz entre clínica e cultura, entre individual e coletivo, diz que “quando um trabalho de pesquisa em psicanálise se produz, ele incide sempre nesses dois eixos: no irreduzível do sujeito e no irreduzível do campo do Outro, em um real compartilhado.” (POLI, 2008, p.18). Finaliza seu argumento dizendo que a arte do pesquisador é a de saber como pode produzir esse enlace e esse corte.

Todas estas questões se enredam e, vez ou outra, se emaranham na escuta do técnico que agora se faz pesquisador. É daí que afirmamos, veementemente, que o campo fala, e fala livremente. Apenas uma escuta livre, contudo, permite acompanhar as associações do campo; permite perseguir os diversos caminhos enredados até encontrar, enfim, um ponto que não dá pra interpretar, representar ou desvendar, tal qual o umbigo do sonho já previsto por Freud em 1900 (FREUD, 1996d). A pesquisadora passa a também associar livremente quando discute as questões levantadas e as coloca no papel, entendendo que isso só lhe é possível se recorrer à escuta não que a psicóloga ou à técnica fez em algum momento, mas à escuta feita pelo seu inconsciente. Lembramos, agora, de Freud, quando ele diz:

Assim como este [o analisando] deve comunicar tudo o que sua auto-observação capta, suspendendo toda objeção lógica e afetiva que procure induzi-lo a fazer uma seleção, também o médico deve colocar-se na posição de utilizar tudo o que lhe é comunicado para os propósitos da interpretação, do reconhecimento do inconsciente oculto, sem substituir pela sua própria censura a seleção a que o doente renunciou. Expresso numa fórmula: ela deve voltar seu inconsciente, como órgão receptor, para o inconsciente emissor do doente, colocar-se ante o analisando como o receptor do telefone em relação ao microfone. (FREUD, 2010a, p.155-156)

Poli reforça esse ponto de vista. Sempre se referindo à ciência psicanalítica de Freud, defende o do estatuto da autoanálise para sua pesquisa, e diz que

Como um bom cientista, não é de “si” que ele fala, nem de um “si” como quem constrói um personagem – o que o colocaria no campo da literatura e da arte, - ele fala é d’“isso” que o habita. E ali ele encontra uma condição de máxima intimidade que, no entanto, o aproxima de forma irrevogável de seus pacientes e, por extensão, de todos seres falantes. (POLI, 2008, p. 9-10).

Como nos remetemos à técnica clínica para a utilização do método e, mais do que isso, como referimos em Magno que qualquer intervenção analítica adquira esse caráter clínico, aplicamos tal argumentação ao nosso campo de pesquisa e defendemos que ele associa livremente ao tempo em que fazemos uma escuta livre do que fica ali disponível. É por isso que entendemos ser inevitável colocar em análise a implicação e o envolvimento não apenas da pesquisadora cujo interesse pessoal está evidente nessa escolha de objeto e campo de análise, mas também da psicóloga, esta chamada a se posicionar cotidianamente, e ambas convocadas a se desemaranhar – no esforço do encontro com seu inconsciente – no processo desta escuta que dará as bases do trabalho aqui proposto, com fins de desmontagem de um envolvimento que possa se tornar muito sintomático. Diante do esforço constante de estar no lugar de indiferenciação – e de entender o lugar não tão indiferenciado que podemos ocupar – tomamos para a nossa pesquisa esta ética que é própria à psicanálise.

Desta forma, acompanhamos o campo em sua dinâmica. Inês Loureiro (2002) defende que na metodologia de pesquisa psicanalítica o objeto é deixado à solta, e faz seu percurso ele mesmo e que pesquisadores formados na tradição da psicanálise seguem uma escrita exploratória em que são guiados pelo objeto, seguindo sua livre associação, servindo-se de um papel ativo no processo de elaboração e formalização das ideias. Como o clínico flutua sua escuta numa fala livre até o ponto de intervir, interrompendo o fluxo que se deixava estar, o pesquisador assim também o fará, num esforço de tomar alguma distância do material (e do campo) para discriminar o que ali se configurou (LOUREIRO, 2002).

Na pesquisa psicanalítica, o que se espera é que a interpretação que é feita não se reduza à produção teórica e que ali se sedimente; a produção da interpretação clínica é a própria transformação do sujeito, de seu olhar sobre o mundo diante das elaborações que é obrigado a fazer diante das desestabilizações produzidas. Acreditamos que nossa investigação permanecerá “inseparável de uma prática de transformação do sujeito” (BIRMAN, 1994, p.19). Cabe, então, questionar as práticas neste campo a fim de que entendamos o que está sendo operado e produzamos um terreno frutífero para transformações.

CAPÍTULO II

POBREZA E POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política pública de Assistência Social vive um momento de novos e grandes investimentos pelo poder Estatal, embora isso não tire dela sua identificação com a pobreza, categoria tão presente em sua realidade. No momento histórico atual, em que o governo federal anuncia ser o carro-chefe de seu mandato a erradicação da fome e da pobreza extrema com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria⁴, projeto encabeçado pelo Ministério do desenvolvimento social e combate à fome (MDS), ficamos sabendo da injeção de grandes investimentos nesta política. Contudo, ainda é presente a herança de uma história que a constitui, seja nos termos de entender-se pobre enquanto política, seja pela mobilização que ter como público alvo esses “pobres extremos” promove nos trabalhos executados ali.

Neste capítulo queremos apresentar algumas problemáticas que fazem articular o trabalho desta e nesta política com as ideias que se tem de pobreza e com as formulações acerca do papel do Estado e daqueles que trabalham em seu nome na proposição das políticas públicas. Queremos levantar alguns elementos que apareceram diante do surgimento do problema da pobreza com o fim tanto de tentar resolvê-lo quanto de entendê-lo com intuito de regulação dele.

Assim, indicaremos questões que encontramos em funcionamento na política pública de Assistência Social, mais especificamente no serviço no qual estamos inseridos. Pretendemos apresentar – dentro de um discurso minimamente homogêneo que se ouve entre os operadores e usuários da política, assim como do que se lê nos documentos de construção da mesma e da bibliografia catalogada – alguns pontos de discussão que movimentam nossa pesquisa. Queremos perseguir algumas constatações a fim de investigar os sentidos ali subjacentes – ainda que inconscientemente – e que dão vazão a práticas pouco refletidas e pouco compreendidas que ocorrem no campo.

Preliminarmente, deparamo-nos com uma concepção do “social” que se confunde com “pobreza” e “miséria”, e uma visão dessas instâncias que parece implicar em valores como os de “ignorância” e “dependência” associados ao pressuposto aparentemente óbvio de uma “falta de estrutura familiar”. Lidamos permanentemente com uma valorização da autonomia a ser produzida pela política por meio do esclarecimento e da educação daqueles que se acredita

⁴ <http://redetb.org/noticias/143-noticias-jun2011/1418-lancado-o-plano-brasil-sem-miseria>

serem carentes dela, embora a constatação da carência e da ignorância sejam tão fortes ao ponto de produzir, por vezes, apenas dependência⁵.

Deleuze, ao prefaciar a obra de DONZELOT (1986), aponta que a gênese do “social” introduzida pelo segundo refere-se à formulação de uma figura híbrida que condensa em si os valores de público e privado, consistindo numa extensão do setor jurídico e numa invenção de uma nova economia dentro de instituições específicas sob a direção de um pessoal qualificado, os trabalhadores sociais. Esta definição não se afasta dos sentidos que apontamos no parágrafo anterior: ao introduzir esta noção do social, DONZELOT (1986) destaca uma ruptura que é instaurada entre as práticas que cabem aos ricos e aos pobres, fazendo incidir o controle desta máquina “social” justamente na população pobre, especialmente no que diz respeito às crianças, carentes não só economicamente, mas de educação e cuidados.

No capítulo que aqui se inicia tentaremos articular estes pontos. Ao introduzirmos a questão da pobreza como um problema, faz-se inevitável apontar as formulações que traz consigo e as soluções encontradas para lidar com ela. É a partir daí que implicaremos o papel dos profissionais sociais, colocando em cheque, – dado o lugar que ocupamos – também a contribuição da psicologia nas práticas e nos valores que foram ganhando forma e espaço nas proposições das políticas e, em geral, nos trabalhos propostos para lidar com essa problemática. Nesse quesito será inevitável tomar o argumento de Donzelot e colocar em jogo a política e a economia que este tipo de trabalho produz; a distinção e a mistura que opera entre o que é público e o que é privado, no que é, afinal, o social.

Gareth Stedman Jones (2004), na introdução de seu livro *An end to poverty?*, advoga que foi em meados do século XVIII, na convergência entre o momento final do iluminismo e os ideais de uma revolução republicana e democrática (ele se refere às histórias francesa e inglesa), que se deu início ao pensamento moderno sobre a pobreza. Ele aponta que embora a própria concepção de pobreza tenha nascido neste momento, ela já surgia como um problema a ser resolvido, como algo que deveria ser extinto. Apontava para uma mudança de concepção que desejava substituir a entidade “pobreza” pelo entendimento de que havia um grupo de indivíduos incapacitados – *disabled* – e que, por isso, necessitavam de ajuda para a manutenção deles e de suas famílias, dando vazão a ideias de segurança social como base para a cidadania. Foi a partir daí, de acordo com o autor, que se impôs a questão de como tratar do

⁵ Há que se destacar que, além dos valores que impregnam as práticas ao ponto de produzir mais dependência que autonomia, existe também uma questão econômica e política em que a garantia da continuação de injeção de verba (co-financiamentos) na política está condicionada aos dados numéricos a respeito dos usuários atendidos, tornando-se desvantajoso, afinal, promover a autonomia e consequentemente provocar a saída destas pessoas dos serviços.

bem-estar do pobre: deveria ele ser deixado nas mãos de entidades de caridade e, mais tarde, da filantropia ou, ao contrário, sob o poder do Estado, em forma de leis que pudessem garantir-lhes este bem-estar? (JONES, 2004).

Salta aos olhos que, dentre as opções colocadas, ambas pressupõem um sujeito que precisa de ajuda. Ao contrário de uma expurgação às políticas sociais, queremos destacar dois pontos: em primeiro lugar, é preciso notar que a resposta imediata para esta concepção de dependência é a instauração de uma espécie de controle, seja ao produzir diversos cálculos da população para fins de intervenção e “ajuda” (cf. dispositivo de segurança foucaultiano - FOUCAULT, 2008b), seja pela imposição de um modo de agir e viver que supostamente possibilitaria sua autonomia (cf. prática de dar conselhos - DONZELOT, 1986).

Thomas SZASZ (1994) indica quatro categorias de pessoas que historicamente passaram a carregar consigo o valor da dependência, quais sejam a criança, o idoso, o pobre e o doente. Nosso público, alvo da política de assistência social, consiste em duas destas opções: as crianças (já que os adolescentes, enquanto pessoas em desenvolvimento têm, nesse sentido, o mesmo valor social de dependência que as crianças) e os pobres. Ambos dependentes e incapazes de se autogerir cobrariam do Estado sua responsabilidade e, deste modo, sua ajuda a ser disponibilizada na figura dos trabalhadores sociais.

Ao lidarmos com adolescentes que supostamente já provaram sua inconsistência moral quando cometeram atos infracionais, e por estarmos inseridos na PSE, o trabalho proposto em nosso campo parece estar de acordo com estes itens abordados. O pressuposto é o de que, ao contrário da PSB, que trabalha com as vulnerabilidades inerentes ao “ser pobre”, a PSE intervenha em situações de violência e violação de direitos, supondo, desde a sua proposição, que geralmente pode a própria família se configurar como violadora dos direitos de seus filhos (BRASIL, 2005b), numa [re]produção de violências que parece desenhar um ciclo viciado e interminável – este que só pode ser interrompido por uma intervenção especializada: pelos serviços e profissionais da Política Pública.

Neste íterim, precisamos destacar a articulação necessária entre a filantropia e as políticas de Estado. Embora Jones (2004) coloque as duas opções como distintas, entendemos que na história do Brasil elas não são alternativas, mas estão intimamente conjugadas na proposição da Política. Entendemos que a Política Pública de Assistência Social se declara uma Política Social que surgiu para expurgar práticas assistencialistas baseadas em ações caritativas e filantrópicas que tinham espaço no Brasil antes de seu surgimento (BRASIL, 2005a & 2005b). Prontamente apostamos na indicação de que inevitavelmente há rastros

daquelas primeiras práticas que ainda não puderam ser abandonadas e que estão associadas às práticas em ação hoje.

Passeti (2009) aponta a passagem da filantropia para as Políticas Sociais dando ênfase a uma desestruturação familiar que demandava a atenção e a intervenção do Estado. Ele articula um suposto fracasso da família na educação de seus filhos a uma intensificação, nos anos de 1920, da criação de legislações e Políticas Sociais que assumissem o problema da delinquência infantil. Tomando como foco de seu artigo as práticas de internação no Brasil, o autor aponta que “(...) desde 1934, o Estado gradativamente aperfeiçoou o controle sobre a educação (na escola e na família) e criou controles suplementares para superar os fracassos da família por meio de escolas e internatos especiais.” (PASSETI, 2009, p.361). É devido a este tipo de prática que DONZELOT (1986) indica que a própria instauração de uma suposta crise da família é apenas o outro lado da moeda do surgimento de uma noção como a de social, já que faz embotarem as diferenças entre o que é da ordem do público e do privado, impelindo o surgimento de nova demanda de intervenção estatal nas vidas familiares.

Ao problema da família, portanto, juntamos o da educação enquanto dispositivo de segurança e de controle (FOUCAULT, 2008, DELEUZE, 1992), já que toma como foco a investigação e o controle da população para que sejam formuladas as intervenções sobre a mesma. Embora saibamos que o estudo da população não se restringe aos pobres a quem viemos nos reportando, arriscamo-nos a inferir que nesta Política é o cálculo destes que importa e que embasa suas ações, o que fica claro na desconcertante tarefa que tem se mostrado a execução de medidas socioeducativas entre jovens autores de ato infracional de classes médias e altas. A solução continua a ser buscada pela via da educação; pela via, aliás, da socioeducação que, ao implicar numa carência educativa e moral dos jovens, parece não encaixar estes últimos, sempre matriculados nas melhores escolas [particulares] e cuja boa educação parece ser um dado inegável.

DONZELOT (1986) mostra como as Políticas Sociais encarnam o papel de polícia das famílias ao assinalar que a noção de polícia aponta um caminho duplo tanto de consolidação e aumento do poder do Estado quanto de uma proposta de aumento da felicidade pública. O autor mostra que há um entrelaçamento entre concepções de público e privado que provocam o ocultamento da família sob o véu do social. Indica como em meio à disputa entre conservadores, liberais e socialistas, na qual se colocava em questão a importância da instituição familiar e dos valores liberais e burgueses que esta carregava, foi ocorrendo uma transformação nessa peleja e a instituição “família” foi deixando de ser colocada em cheque e passou a ser o foco de reivindicações para a defesa e melhoria de seus modos de vida; de um

lado havia os anseios dos que queriam que o Estado tomasse para si a responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos, o que implicava na destruição simbólica daquele papel da família e incorria, ao mesmo tempo, no risco do nascimento de um Estado totalitário. Por outro lado, havia os defensores de um liberalismo, que desejavam proteger a propriedade privada e a família e eram acusados de conservadorismo, colocando a questão numa oposição entre revolucionários e conservadores – e no máximo, reformistas. Neste ínterim, se formula um compromisso: Donzelot interpela o seu leitor ao questionar de que forma a família serve para afastar os perigos e temores que a definição de um Estado liberal despertava, quais fossem o problema da necessidade de intervenção estatal devida ao pauperismo e a ameaça advinda da grande discrepância das classes sociais. Assim a família precisou ser transformada e tomada como centro das críticas à ordem estabelecida e se tornou simultaneamente o ponto de apoio das reivindicações por mais igualdade social (DONZELOT, 1986).

Ele ainda chama a atenção para um processo de desautorização do poder familiar. Em verdade, a mãe enquanto função social foi progressivamente ganhando espaço e representação enquanto o poder simbólico da autoridade do pai foi cedendo lugar ao juiz, nova entidade a exercê-lo, e ao educador, aquele que lhe toma sua função prática (DONZELOT, 1986). Irene Bulcão reforça essa mudança de perspectiva quando aponta que diante da priorização do cuidado à infância com fins de investimento no Brasil enquanto nação, “ganhou força, no período da primeira república, um discurso de valorização do papel da mulher como mantenedora e sustentáculo da mais importante célula da sociedade: a família” (BULCÃO 2006, p.37).

Donzelot ainda defende que os primeiros educadores e assistentes sociais, longe de se oporem ao poder jurídico sobre a infância e suas famílias, foram lançados pelo próprio poder judiciário que, ao constatar e apontar a existência de crianças mal cuidadas e que escapavam à autoridade, mandava-os investigarem tais crianças *in loco* a fim de garantir que os pais cumprissem seus deveres. (DONZELOT, 1986).

AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA POBRE E A EMERGÊNCIA DE UMA QUESTÃO SOCIAL

Se a pobreza surge como um problema a ser eliminado, problema ainda maior é o da infância pobre ou da infância abandonada. No Brasil é bastante disseminado o conhecimento de um período de sua história em que as mães, pobres e impossibilitadas de suprir as

necessidades básicas de sua prole, eram incentivadas a deixá-los a uma assistência caritativa e religiosa a fim de que seus filhos pudessem receber a alimentação e, ainda mais importante, a educação devida. São as famosas rodas dos expostos, marca irremovível de nossa história – embora não sejam privativas à história brasileira –, os primeiros dispositivos de ajuda e de proteção aos pobres com o intuito, aliás, de proteger uma minoria da sociedade que começava a se afligir e a sentir-se assombrada com uma dura realidade: o abandono e a delinquência de jovens e crianças (BULCÃO, 2006).

Irene Bulcão inicia sua tese reconstituindo parte desta história brasileira. Conta-nos a autora que no último quarto do século XIX estava fortalecido um ideário nacional afeito ao progresso do país, valorizando, para tal, nossa memória e identidade enquanto nação coesa e civilizada. Foi neste ínterim que o analfabetismo se apresentou como grande problema e surgiu uma ampla concepção de educação que incluísse a aquisição de princípios morais e religiosos, ferramenta inevitável para que fossem atingidos tais objetivos (BULCÃO, 2006).

Novamente, se a necessidade de educação do povo era uma meta imprescindível, mais ainda era a educação das crianças em um Brasil que começava a se apresentar como a “nação do futuro” (BULCÃO, 2006, p.21) e que as tomava – as crianças – como o símbolo deste futuro. Ela aponta que com o advento da República, a conservação e a criação das crianças tornaram-se menos uma tarefa para o presente do que um investimento para o futuro da nação. A estratégia de combate à pobreza e à ignorância não era em relação à pobreza enquanto situação, mas o saneamento moral estava direcionado aos pobres, degradados e cheios de vício. O que os intelectuais e higienistas queriam era impedir o contágio dos costumes amoraes já impregnados nas famílias pobres a suas crianças, daí a solução buscada em uma educação garantida por instituições religiosas de caridade, estas que logo se tornaram parceiras do Estado, recebendo investimentos e sendo reguladas por ele (BULCÃO, 2006).

Assim vai sendo estabelecida uma história da assistência ao pobre, prenhe de sentimentos morais e de preconceitos que garantissem o controle deles pelos que dominavam o saber e deixando de herança às políticas públicas este percurso que atravessa a caridade, a filantropia e vem desaguar em uma política de Estado que traz consigo tais resquícios, ainda que por vezes bastante velados.

A emergência no Brasil e no mundo de um conceito como o de uma “questão social” que deve ser abordada e resolvida por especialistas, profissionais cujo campo de estudo e intervenção seria o próprio social, não poderia ser desvinculada de todo esse percurso. Esta questão social, referida sempre no singular, implica na concepção de que ela é única e se refere ao acirramento das relações dentro de uma sociedade, só podendo ser entendida sob o

viés das lutas de classes e intimamente associada, assim, a questões relativas ao trabalho (BEHRING & BOSCHETTI, 2011). Diante de apenas uma questão social, deparamo-nos com uma multiplicidade de situações que são entendidas como diferentes expressões dela e que exigem, por sua vez, intervenções variadas da parte do Estado cujos braços são os profissionais sociais inseridos nas políticas públicas e investidos em sua função de especialistas.

Torna-se impossível, deste modo, o entendimento da questão social sem articulá-la a um período de industrialização do mundo, às demandas e disputas trabalhistas e, assim, ao surgimento desta nova categoria, a pobreza. Do mesmo modo, ela deve ser levantada associada – já que concomitante – ao aparecimento do profissional assistente social e, ulteriormente, de todos os chamados trabalhadores sociais, incluindo-se aqui o psicólogo que ganha o nome operacional de psicólogo social a fim de garantir-lhe este lugar. BULCÃO (2006, p.83) declara que “é a objetivação do social enquanto um novo domínio de saber que possibilita a emergência dos chamados profissionais do social”.

É neste sentido que DONZELOT (1986) afirma categoricamente que todo trabalho social possui como domínio de intervenção comum as classes menos favorecidas e aqui corrobora o nosso argumento prévio de que o conceito de “social” tomado nas práticas das políticas públicas em questão confunde-se, no cotidiano do trabalho, com a própria concepção de pobreza extrema ou miséria, ambos associados ainda ao sentimento de ignorância e dependência daqueles, estabelecendo um significante cuja colagem com estes significados apriorísticos parece difícil de desfazer. Junto a isso, temos ainda a associação da emergência deste social com o surgimento de uma nova ideia amplamente disseminada acerca da crise da família.

Ambas as concepções (do social e da crise da família), conforme já apontamos, são o duplo efeito político de uma mesma problemática (DONZELOT, 1986), que, ao reforçar a convicção de que haveria uma estrutura ideal e perda de família e ao fazer aparecer esta noção de família desestruturada, cria novas demandas e a exigência de que haja, em consequência, intervenção e ajuda por parte dos profissionais que lhe fazem corpo. É sob este apelo que se produz o “profissional de ajuda” (cf. SZASZ, 1994) que confirma, com sua atuação, uma indistinguibilidade entre o que é da ordem do público e do privado, investindo na intimização dos problemas, na exposição e invasão do espaço individual e familiar em detrimento dos fatores de ordem social e política e confundindo-se, neste viés, com a herança que recebemos das obras de caridade que queriam garantir o ensinamento moral e religioso às crianças degradadas, prevenindo, assim, o contágio que elas lançavam.

O beneficiário ideal, diz ainda BULCÃO (2006), consistiria no máximo de incapacidade (para o trabalho) com o máximo de inserção comunitária; os primeiros “beneficiados” pelas ações socioassistenciais, portanto, deveriam ser aqueles cuja incapacidade para o trabalho os impossibilitaria de suprir suas necessidades pessoais e familiares, o que criaria o problema, muito bem desenvolvido em DONZELOT (1986), de um desígnio posterior dado aos profissionais sociais: descobrir se seus usuários falam a verdade, se são realmente necessitados ou se assim fazem crer para usufruir dos serviços prestados.

Diante disso, não nos espanta testemunhar um profissional social que faz de sua prática uma obra de caridade, recolhendo doações e distribuindo aos que precisam – tomando referências estereotipadas para comprovar a carência (o uso de roupas maltrapilhas ou o contrário disso). Em outra situação, acontece que diante de todas as suas ações (doações) e diante da ausência dos resultados esperados como retorno, assume que o usuário/pobre é desinteressado ou irresponsável, pois não assumiu sua parte no “acordo firmado”. Neste ínterim, perde-se a referência da questão social enquanto perspectiva politicamente condicionada de vislumbrar o lugar relegado ao pobre diante da formatação de nossa sociedade e ela é tomada como um conjunto de problemáticas sociais às quais se passam a atribuir responsáveis cuja obrigação é reverter a situação, sendo eles a família desorganizada e violadora, a comunidade apática e sem vínculos ou mesmo os técnicos sociais, estes profissionais geralmente desqualificados. Atesta-nos SHEINVAR (2000) a respeito deste último tópico, que ao tomar o problema da desqualificação do corpo técnico, o argumento fica amarrado na necessidade de capacitação destes como solução para corrigir, mais uma vez, a tal questão social, funcionando como fuga de uma problemática muito mais ampla que logo perde o foco e deixa de ser posta.

Scheinvar destaca, neste sentido, que há uma tradição secular brasileira de individualização dos problemas sociais via filantropia e que isto precede e se identifica com as ações de assistência social no país. Ela argumenta que o Estado brasileiro tem definido a organização do espaço público sob concepções de favor e não de direito, o que encontraria reminiscências nas relações senhoriais e escravistas ao definir o valor da caridade aos que têm posses e a gratidão dos que recebem a doação e que se sentem, por isso, cada vez mais despossuídos (SHEINVAR, 2009). Donzelot aponta que a filantropia passa a ser investida, depois da queda da bastilha, como uma forma de remeter para uma esfera privada as demandas formuladas em termos de direito ao trabalho e à assistência justificando que assim “(...) pode-se tornar aceitável o necessário aumento dos equipamentos coletivos, sem que atentem contra a definição liberal do Estado” (DONZELOT, 1986, p.57).

A filantropia, de acordo com o autor, assume formas variadas deste momento até meados do século XX. Ele aponta três polos filantrópicos que possibilitaram a representação que se tem de família hoje (e que, ainda que nem sempre explícito, embasam as iniciativas que se direcionam ao trabalho com elas): o primeiro polo, o da moralização, é explicado especialmente pela transmutação de uma caridade material para a prática de dar conselhos que acaba por provocar a penetração no interior da vida do pobre sob a justificativa moral da existência de uma suposta irresponsabilidade e devassidão em toda miséria; o segundo polo, da normalização da relação adulto-criança, está implicado seja na difusão das normas sociais via escola, seja na responsabilidade relegada à família enquanto “guardiã dos efeitos sociais de seus membros” (DONZELOT, 1986, p.71); o terceiro e último polo apontado pelo autor é o do contrato e da tutela, que finalmente articula e centraliza no mesmo alvo a infância em perigo, que demanda proteção, e a infância perigosa que exige prevenção (DONZELOT, 1986).

Apesar de tomarmos esta sistematização de Donzelot como especialmente direcionadora das discussões que propomos neste trabalho, não a seguiremos à risca. Entendemos que as problemáticas por nós levantadas indicam a extrema atualidade de tais análises e por isso bastam para a retomada delas; o pressuposto da moralização e da desqualificação da família pobre, as estratégias de entrada e até mesmo invasão do espaço privado para fins de intervenções acerca de problemas sociais e políticos, a legitimação da escola como instituição formadora por excelência articulada com um aumento nada gradativo da importância da educação enquanto ferramenta de controle e moralização e os papéis assumidos pelo Estado e pela família diante das crianças são apenas alguns dos pontos dos quais não podemos nos furtar – e pelos quais não conseguiríamos deixar de, ao menos, atravessar.

SOBRE OS TRIBUNAIS ESPECIAIS PARA A INFÂNCIA (TRIBUNAL DE MENORES)

O Tribunal de menores é “o social por excelência”, afirma Gilles DELEUZE na primeira página do prefácio de DONZELOT (1986), pois que é a instância que guarda consigo todas as extensões, tentáculos, se assim podemos expressar, que o liga ao que é da ordem do judiciário, da medicina, do policial, do educativo, do assistencial, e quiçá de outras instâncias. É ele ainda que guarda suas relações entre a infância, a família, a educação e o trabalho. Foi este tribunal que primeiro condensou os dois campos tradicionais de saber, a

medicina e o direito, num fazer que não é de um nem tampouco de outro, numa prática que delineou o caminho para a emergência dos profissionais sociais, estes especialistas de funções dispersas cujas práticas e objetivos discutimos.

Ao descrever o cenário de um tribunal de menores, Donzelot lança uma declaração que, ao desviar das formas já conhecidas de compreensão de um espaço como o de um tribunal, faz entender a presença deste social cujo lugar ele tenta desenhar ao longo de toda sua obra. Diz ele:

Em vez de lugar de deliberações e julgamentos públicos, o tribunal de menores faz pensar na reunião de um conselho de administração de uma empresa de produção e de gestão da infância desadaptada (DONZELOT, 1986, p. 95).

Com isso, o autor prontamente desfaz nossa expectativa acerca de um tribunal que, como os demais, possa julgar os delitos. Se não julga o ato cometido, o que faz? A resposta já está ali, mas se esclarece melhor na descrição adiante. O advogado, descreve, presente para defender o “menor”, sai dessa posição desconfortável, identifica-se ao tribunal e rouba o papel do promotor: “em torno da criança culpada forma-se, então, a ronda dos adultos responsáveis” (DONZELOT, 1986, p.101), extinguindo a existência de qualquer debate ou de discursos contraditórios. A família, ao lado de sua prole, é imediatamente também acusada – implícita ou explicitamente – já que “pelo menos em parte, é por sua causa que a criança está nessa situação” (DONZELOT, 1986, p.102). Aqui já se impõe o valor que ganha a infância, tutelada, junto ao controle que se acredita necessário conferir a ela, e o valor da família, culpada pela sua inaptidão em cumprir a função social de ensinar seus filhos a respeitar sua parte no pacto da vida em civilização.

Joel Birman nos aproxima daquela descrição quando indica qual é o papel da transgressão que vem a transpor o campo normalizado do eu. Diz ele que o ultrapassamento das fronteiras que demarcam aquele campo promovem angústia e assim inspiram uma produção normativa que vai se tornando legitimada. Tomando suas palavras:

O social se ordena pela conjugação de dispositivos disciplinares que formam uma complexa rede de produção normativa. Em contrapartida, ilegalismos, anomalias e anormalidades se constituem pelo infinito processo de normalização das individualidades, passando a ser positivados e legitimados pelos saberes que autorizam sua correção ortopédica por meio de políticas sociais e práticas pedagógicas e terapêuticas. (BIRMAN, 2002, p.47)

FOUCAULT (2001), ao indicar uma categoria que ele chama de “anormais”, aponta que está em jogo, na formulação dela, um poder de normalização. Para explicá-lo aponta a

posição ambígua ocupada pelos exames médico-legais que faziam circular um saber sobre os sujeitos estudados que ia da medicina ao direito, sem fazerem parte, de fato, nem de um nem de outro (FOUCAULT, 2001). Ele ainda explora os polos dentre os quais são investidos tais saberes, apontando que as discussões se colocavam entre a justificativa da doença que precisava ser tratada – ou prevenida – o que implicava na inimizabilidade do sujeito vítima da doença e a responsabilidade daquele que, com poderes de discernimento, agia de encontro ao que era certo. Mais do que isso, Foucault nos faz entender que tais polos revestiam as soluções encontradas, sendo estas terapêuticas - aos doentes que, por isso, precisavam de tratamentos e cuidados – ou expiatórias, implicando na punição dos que, cientes do erro, insistiam em incorrer no mesmo (FOUCAULT, 2001). Com isso, só haveria transgressão se não pudesse ser diagnosticada qualquer patologia que a justificasse.

É curioso notar o que tais polaridades operam, já que, embora pareçam opostas às situações e às soluções encontradas para dar conta destas problemáticas, há aí certo embotamento, causando confusão especialmente quando as soluções são direcionadas à infância. É assim que, diante dos “menores”⁶, das crianças abandonadas que exigiam proteção ou dos delinquentes que clamavam por punição, as soluções pouco ou nada se diferenciavam entre elas em fins do século XX no Brasil, pois o Código de Menores então estabelecia as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM’s) como abrigos para um ou outro (cf. BRASIL, 1927 & BRASIL, 1979)⁷. Escrevemos no pretérito, mas não pretendemos negar a atualidade deste procedimento, pois embora sob outra perspectiva, continuamos garantindo que aqueles tentáculos alcancem crianças e adolescentes – pobres, vulneráveis e delinquentes – a partir das ações socioeducativas que deverão garantir a ruptura deles com as situações de vulnerabilidade e violência.

Isso se nota com clareza nessas legislações especiais do Brasil: ao “menor” era oferecida apenas uma medida – a de internação – tanto aos jovens delinquentes quanto àqueles que não o eram mas que, por sua condição, ameaçavam tornar-se infratores também. O argumento consistia, assim, numa flutuação entre proteção e punição, embora a solução fosse sempre comum a ambos os casos.

⁶ O termo “menor” surge como categoria jurídica que representa tanto a infância abandonada quanto a infância delinquente, ambas filhas da pobreza e tomadas como potencialmente perigosas. (BULCÃO, 2006).

⁷ No primeiro código de menores, de 1927, apelidado Código de Mello Mattos – nome do primeiro juiz de menores do Brasil – a instituição elaborada para lidar com os menores infratores ou com os potencialmente infratores, e que primeiro associou este procedimento à assistência social, foi o SAM (Serviço de atendimento ao menor). Em 1979, com a elaboração do novo código é que foram instauradas as famosas FEBEM’s que, ressaltadas suas nuances, assumiram esta mesma demanda. (BULCÃO, 2006)

A leitura de Thomas SZASZ (1994) indica que este não é um problema privativo da justiça brasileira, pois que no século XIX surgem instituições de assistência infantil que, embora proponham um cuidado à infância, sob o caráter da tutela, não discriminavam claramente onde se colocavam as problemáticas da dependência ou da delinquência. Crianças abandonadas e órfãs eram internadas no mesmo espaço, lugares onde estavam adultos, inclusive: em asilos para pobres ou para loucos. O autor aponta que foi neste contexto que ganhou força a psiquiatria infantil, solicitada a lidar com “crianças-problema”. Szasz denuncia que tal função foi demandada por juízes das varas de famílias, desorientados em relação aos casos que lhe apareciam, e apropriada por médicos inadequados que ao tornarem-se psiquiatras infantis não eram solicitados a exercer esta função, mas atuavam, sim, como “gloriosos educadores-sentinelas” (SZASZ, 1994, p.116), mascarando qualquer suspeita de que seu trabalho não era senão o de confinar e controlar crianças enjeitadas. A respeito deste lugar da psiquiatria infantil, Donzelot indica que ela ganha força diante do pressuposto de que há condições na infância que precisam ser controladas e mesmo extirpadas no seu desenvolvimento. Indica que “o lugar do psiquiatra infantil toma forma no vazio produzido pela procura de uma convergência entre os apetites profiláticos dos psiquiatras e as exigências disciplinares dos aparelhos sociais.”⁸ (DONZELOT, 1986, p.121)

É justamente deste pacto civilizatório que Freud fala em seu “Mal-Estar”, quando indica que há algo do nosso narcisismo infantil que precisa ser recalçado diante das exigências do mundo, em prol da formação e manutenção de laços sociais (FREUD, 2010i). Neste texto, a ênfase de Freud é posta sobre os impulsos hostis e violentos que precisam ser rechaçados a qualquer custo dentro de um grupo de pertença, comunidade ou sociedade. Impulsos tais que eram tão facilmente encontrados nos menores delinquentes que precisavam ser consertados ou escondidos. Há mais, no entanto: o ímpeto pulsional não refreado continuará sendo um problema a ser sanado e neuroticamente combatido.

Neste sentido, indicamos a fala de Foucault sobre um domínio da perversidade, já que a instituição judiciária passa a ser formada por um júri de peritos à medida que o crime vai se patologizando e que o pedido passa a ser por uma justiça mais terapêutica, ou seja, que puna menos e cure mais. É assim que a sociedade vai responder ao problema da criminalidade homogeneamente, embora estabeleça esses polos aparentemente contraditórios, efeitos de um percurso em que os campos de saber da medicina e do direito se embaralham, perdendo suas

⁸ No texto original, este trecho está em destaque.

especificidades e produzindo uma demarcação dicotômica entre a doença e a responsabilidade (FOUCAULT, 2001).

A esse respeito, lemos em “A História da Loucura”, Foucault desenvolver este argumento, mostrando como as origens de uma assistência social foram postas, no período que ele denomina como a *era das internações*, em nome de uma mesma solução com justificativas diversas para casos também diversos. Diz o autor que havia a região do bem – aquela dos pobres submissos e que, por isso, necessitavam de proteção, e uma região do mal – a dos pobres insubmissos que mereciam ser punidos:

A primeira aceita o internamento e aí encontra seu descanso. A segunda se recusa a tanto, e por isso o merece. (...) O internamento se justifica assim duas vezes, num indissociável equívoco, a título de benefício e a título de punição. É ao mesmo tempo recompensa e castigo, conforme o valor moral daqueles sobre quem é imposto. (FOUCAULT, 2008a, p. 61)

É assim que comumente encontramos esta divisão entre a infância em perigo, que demanda proteção e ajuda, e a infância perigosa, que demanda punição (quem demanda proteção neste caso é a sociedade), e muito embora ambas encontrem nessas políticas a mesma solução, essa se encontra subjugada a concepções morais que promovem a distinção das ações. Assim, embora tais ações estejam geralmente revestidas de um discurso que garanta à infância seu valor de prioridade, já que há ainda possibilidades de mudança, pois que se entende a adolescência como uma fase de desenvolvimento, é inegável o distanciamento entre os sentimentos que são direcionados aos “bons meninos” e aos “menores perigosos”.

Aqui podemos apontar, para fins de ilustração, a eterna contenda com que se depara o serviço de execução de medidas socioeducativas diante dos serviços de proteção básica, inseridos na mesma política pública e na mesma secretaria municipal, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Diante da exigência constante no ECA de que a medida de PSC deva ser cumprida no território em que vive o adolescente, recebemos inúmeras rejeições do corpo técnico daqueles serviços sob o pretexto de que o adolescente é perigoso e pode desvirtuar os “meninos bons” (argumento do contágio), até que conseguimos fazer notar que aquele, cuja entrada no serviço está sendo bloqueada, já tem o nome inscrito no programa em que toma parte o grupo dos meninos bons aos quais ele não pode ser misturado.

BULCÃO (1994) inscreve o papel dos profissionais sociais no Brasil dentro do contexto da higiene, de um esforço de um saneamento também moral do povo brasileiro

diante das novas exigências modernas e republicanas. Estes discursos se articulam com a “campanha” pela educação do povo. A medicina, cujo papel era o de diagnosticar as possibilidades de recuperação e de apontar novas formas de tratamento, implicava nesta função indicar quais as possibilidades de educabilidade dos jovens examinados por ela, fazendo nomear os educáveis e, desta forma, apontar quem eram os tratáveis e os intratáveis, os últimos dignos tão somente de punição e exclusão. O direito e a justiça, por sua vez, deveria regulamentar a proteção destes que ainda podem se regenerar pela via da educação ou daqueles que ainda não encontraram seu caminho na delinquência, agindo pelo caminho da prevenção – trabalho perfeitamente executado pelos CRAS quando querem garantir o não contágio dos seus “meninos bons” pelos “meninos maus”.

Estamos aqui sob o domínio da noção de educabilidade e, assim, de uma análise que passa ao largo de qualquer ato propriamente cometido. FOUCAULT (2001) advoga que o exame médico-legal não implica num saber médico, não trata de doenças, mas também não diz respeito ao crime; trata-se desse poder de normatização, de análises que são feitas de comportamentos, que dizem respeito antes à imposição disciplinar que à punição devida ao ato, esse que nem precisa ter sido cometido. O poder médico-judiciário articularia justamente o que DONZELOT (1986) nomeia como o social sob duas grandes regras: a de que todo indivíduo deve ser julgado por um perito e a de que, pela necessidade mesma do posicionamento dos especialistas, deveria haver tribunais especiais (o tribunal de menores) em que o julgamento se daria menos pelo ato em si que pelos comportamentos avaliados, implicando a redução do perigo e da perversidade na evolução do indivíduo (FOUCAULT, 2001).

A premência de uma questão social, tomada por sua complexidade e em sua forma de problema associado à pobreza e aos possíveis destinos a que esta pode levar, traz consigo a exigência de que se formule todo um aparato técnico para intervir e expor as problemáticas com que tais profissionais poderão se deparar. É sob este escopo que vemos surgir o inquérito social, destinado a reconstituir o histórico e os problemas da família, a fim de responder acerca da possibilidade de medidas de educação que possam sanar os problemas vividos dentro dela. É neste ponto que “(...) o trabalhador social, progressivamente, substituiu o professor primário na missão civilizadora do corpo social” (DONZELOT, 1986, p.91) e que o problema da infância é tomado pelos trabalhadores como ponto de partida de sua intervenção, tendo como prerrogativa a proteção destes e a prevenção do descaminho da delinquência, “(...) substituindo o braço secular da lei pela mão estendida do educador” (DONZELOT, 1986, p.92).

Conquanto aponte o estabelecimento da escola como instituição padrão para a identificação dos problemas e a família como origem dos futuros distúrbios, o autor defende, conforme já começamos a mostrar, que esta nova estratégia não se vincula a uma única instituição, mas que se formulam enquanto apêndices de aparelhos pré-existentes como o judiciário, o assistencial e o educativo (DONZELOT, 1986). Diluindo as antigas penas em medidas de proteção às crianças e adolescentes, estes ainda se situariam sob a intervenção do judiciário, embora o último abdique de seu papel de julgador em prol de nova função que implica em examinar não mais o ato cometido, mas o indivíduo que o cometeu – ou que poderá cometê-lo (DONZELOT, 1986 & FOUCAULT, 2001).

Coerentes com esta nova lógica que se instaurava, são as ferramentas utilizadas para este trabalho. Irene Bulcão faz um histórico breve acerca das funções dos instrumentos advindos do direito, o inquérito e o exame, para este novo fim; diz a autora que enquanto o inquérito visava identificar elementos comuns em prol de uma classificação, reatualizando, desta forma, fatos ocorridos, o exame fazia passar do delito à investigação detalhada do próprio indivíduo, permitindo uma investigação a fundo que fizesse revelar o mundo interno de cada um (BULCÃO, 2006). O propósito subjacente a estes aparatos está em que, ao despenalizar as medidas impostas às crianças, possa cada vez mais amarrá-los, e as suas famílias, “a uma rede de tutores sociais e especialistas: o juiz, o médico e o educador” (BULCÃO, 2006, p. 49).

É diante dessas descobertas em sua investigação que Bulcão indica o surgimento, no Brasil, do Serviço de Atendimento ao Menor (SAM). O atendimento à infância desvalida, até então sob a responsabilidade privativa do juizado de menores, com a colaboração de profissionais médicos, em 1941 transfere sua gerência, em seu estatuto de política pública para a infância, do âmbito jurídico-policial ao âmbito da assistência social (BULCÃO, 2006). A investigação que costumava ser realizada pelo Comissário de Vigilância passa a ser executada pelo Assistente Social e pelos psicologistas⁹.

Por sua vez, Donzelot direciona a constituição do inquérito social como tendo sua origem, o que não é difícil de deduzir, no inquérito policial que lhe precedeu. Os técnicos sociais passam a se assemelhar a peritos que, ao reconstituir a história (e, assim, os problemas) de uma família, faz interrogar sobre as possibilidades das medidas da execução –

⁹ A autora chama de “psicologistas” os profissionais que, sem terem a formação de psicólogos (esta ainda não estava regulamentada no Brasil), utilizavam os saberes psicológicos em seus estudos e práticas (BULCÃO, 1994). Para entendimento, indicamos a utilização do pressuposto da infância como fase de desenvolvimento ou da importância da família na formulação da personalidade futura da criança como indicativos das análises que podem ser feitas acerca da família ou mesmo em relação à resposta sobre a possível educabilidade do jovem.

e de seu sucesso – e faz identificar, em meio à encenação tão comum à pobreza que pede auxílio, se diz a verdade ou se monta armadilhas nas quais cairia um observador menos atento e especializado. É por isso e pela destituição do valor deste tribunal, que o autor questiona:

Pois, como protestar contra decisões que retêm a aplicação de uma pena, estritamente falando? E quem poderia fazê-lo, já que a questão litigiosa (o delito, o problema de direito) é desativada em proveito do comportamento, da norma, do problema da adaptação, e passa a ser questão de especialistas? Quem? Pois bem, os especialistas! (DONZELOT, 1986, p. 104)

É desta forma que o tribunal de menores, com apoio do trabalho social, vai progressivamente substituindo as soluções em meio fechado pelas que se dão em meio aberto, passando a se desincumbir da educação das crianças mas, em contrapartida, medindo os níveis de educabilidade e controlando a educação que estas recebem em seu meio familiar. Assim vai sendo criado um vasto arsenal técnico que se utiliza de seu lugar de benfeitor e de sua vinculação para extrair das famílias o máximo de elementos, com o mínimo de coerção, fazendo os tentáculos do social alcançarem finalmente e profundamente a vida de indivíduos e de suas famílias (DONZELOT, 1986).

GESTÃO E CONTROLE SOBRE A VIDA [NUA] DOS INDIVÍDUOS

Fazer uma análise desta política pública e dos mecanismos de poder que estão colocados em ação consiste em, conforme Foucault profere em *Segurança, território e população*, mostrar os efeitos produzidos em nossa sociedade pelas lutas e pelos combates que nela se desenrolam e pelas táticas de poder que são, também, elementos dessa luta (FOUCAULT, 2008b). Torna-se premente pôr em pauta, como propõe DIÓGENES (2009), quais são as estratégias impostas pelo Estado ao implantar tal política e, em contraponto, que táticas podem ser e são formuladas cotidianamente por quem ocupa os espaços da política, sejam os trabalhadores ou usuários dos serviços.

Naquelas aulas, Foucault vai desenvolver a análise de um novo mecanismo de poder que se sustenta na gestão das probabilidades, no cálculo da regularidade que se faz num grupo de pessoas que emerge naquele momento: a população. Objetivo do governo, pertinente à ação econômica e política dele, a concepção de população se diferencia da noção de povo, que consiste numa multiplicidade de indivíduos; o povo só lhe serve enquanto instrumento para administrar os resultados que são esperados no nível da população. É neste sentido que

Foucault aponta o exemplo do flagelo e indica, analogicamente, que ele segue o raciocínio presente na lógica da vacina que, ao inocular o vírus na pessoa, tem o intuito de que a produção da doença possa, ela mesma e em contrapartida, neutralizá-la, estabilizá-la. A fome e o flagelo, por sua vez, acometem só uma parte das pessoas, dissociando o acontecimento-escassez em dois grupos: o grupo pertinente da população e o que não é pertinente, produzindo a regulação da população em detrimento deste grupo sem pertinência. Enquanto agrupamento disperso que não faz parte do coletivo em que consiste a população, o povo resiste à regulação e desajusta o sistema, e só é levado em conta quando precisa ser instrumento para a gestão da população (FOUCAULT, 2008b).

Em sua aula sobre a Governamentalidade, proferida em fevereiro de 1978, Foucault mostra como a emergência do fenômeno da população fez eliminar definitivamente o modelo de economia familiar já que era incompatível à amplitude abrangida pelo problema da população. Ela passava a ser tomada naquele momento, em contraposição a seu lugar de modelo, à função de segmento e, mais ainda, de instrumento privilegiado de abordagem da população, de caminho pelo qual vai ser preciso passar para atingir a este fenômeno maior (FOUCAULT, 1979). Foi deste ponto, aliás, que partimos em nossa pesquisa, ao entendermos o lugar central que ocupam as famílias na abordagem que o trabalho social da política pública faz, dando a este segmento a responsabilidade de transmitir aos seus os projetos e campanhas levados adiante pela política.

SHEINVAR (2009) escreve em sua tese sobre as políticas públicas dirigidas à infância ao lado da identificação dos problemas relativos ao papel da família e da escola enquanto espaço de educação. Quando a intitula como *O feitiço da política pública*, explica que adota o conceito de feitiço como um recurso teórico para referir relações que emergem como naturais, e fazendo ocultar, desta forma, as bases de alguns processos políticos. O feitiço produz formas de pensar, agir e mesmo de desejar, e as torna naturais e eternas. Junto à emergência da ideia de sociedade civil, constitui-se, de acordo com a autora, a concepção de um sujeito predeterminado e a-histórico que participa da estrutura do governo por meio desta sociedade civil organizada, responsável pelas ações do Estado tal qual ele mesmo.

O dispositivo de segurança, como Foucault chama este novo dispositivo de poder, compõe-se diante e a partir dos elementos da realidade identificados naquela população que é alvo dele. Este mecanismo permite que a população seja tomada enquanto um “conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural” e é esta naturalização dos elementos que a constituem que permitem que a população seja assumida como objeto técnico-político de uma gestão e de um governo e deixando de ter seus

sujeitos concebidos conforme uma noção jurídico-política (FOUCAULT, 2008b). Agambem faz uma construção acerca disso que está conforme tal naturalização do âmbito político, já que implica na politização desta vida natural – vida nua – que, ao cessar em sua relevância política, torna-se somente “vida sacra”, disseminada e fragmentada em cada corpo individual agora passível de ser impunemente eliminado (AGAMBEM, 2010).

O dispositivo de segurança tende ainda a ampliar cada vez mais sua circunscrição, integrando sempre mais elementos, regulando mais e mais relações pela via do que é permitido, evitando assim as proibições tão características do dispositivo disciplinar, ainda que este dispositivo não seja de todo abandonado em detrimento do domínio do biopoder (como é chamada a forma política que constitui o novo dispositivo). Nesta gestão das probabilidades surge uma nova forma de dominação que acompanha as flutuações supostamente imprevisíveis porém mensuráveis por meio de dados estatísticos extraídos dos acontecimentos, o que faz surgir noções como a de risco, permitindo indicar a regularidade de um fenômeno a fim de controlá-lo ou como a noção de caso que, assim como na gestão do risco, faz relacionar grupos e pessoas num espaço-tempo, colocando neles o foco que antes era da doença (FOUCAULT, 2008b).

Em outro de seus textos, Foucault esclarece como a integração de indivíduos resulta de uma correlação permanente entre uma individualização e a consolidação dessa totalidade, tornando a população objeto principal da polícia (FOUCAULT, 2006). Conforme pudemos vislumbrar na tese de Donzelot, um tribunal especial para menores administrado sob a indicação de haver ali um social que demanda intervenção (cf. DONZELOT, 1986) opera justamente este tipo de mecanismo; é assim que o grupo “infância desvalida” passa a compor casos cujas situações de risco indicam a exigência de que o Estado constitua políticas públicas para sua regulação. Sem perder de vista as outras noções que Foucault aponta, vemos claramente como dentre a conjunção destes “menores” se destacam aqueles que estão em situação de risco e aqueles que se tornam delinquentes, jovens perigosos, desencadeando, enfim, uma concepção de crise que só será sanada mediante intervenção especializada (FOUCAULT, 2008b).

As medidas de educação, pressupondo a prevenção do perigo ou a correção e/ou reintegração do “menor” já perigoso, ao assumirem a prioridade de serem operacionalizadas em liberdade e instaurando as medidas de internação como medidas excepcionais (cf. BRASIL, 1990), também não estão distantes desta lógica. Michel Foucault faz entender que a liberdade inerente a este mecanismo, que circunscreve os objetos sem impedir seus movimentos e acontecimentos, é tão somente uma técnica de governo em que os dispositivos

de segurança planejam sempre em como e até que ponto poderão permitir a circulação e a ação dos seus membros. O valor e a prioridade dados ao conceito de liberdade não são, senão, a forma que esse novo dispositivo adota para exercer seu poder, constante na ideia de *laissez-faire*. (FOUCAULT, 2008b).

AGAMBEM (2010) toma o conceito de biopolítica para indicar uma transferência de soberania – se assim podemos descrever – ao indivíduo comum, ou melhor, a politização da vida nua, da vida individual comum a todos os seres. Para apontá-lo, o autor lança mão de vocábulos gregos que indicam sentidos distintos de vida: *zoé*, a vida comum e que é envolvida pela politização da vida biológica nestes tempos modernos e *bíos*, a maneira de viver de um povo que, nesta nova configuração, faz colocar em primeiro plano o Estado, tornando-se o fundamento da legitimidade dele. Sobre o percurso desta biopolítica, diz:

É como se, a partir de um certo ponto, todo evento político decisivo tivesse sempre uma dupla face: os espaços, as liberdades e os direitos que os indivíduos adquirem no seu conflito com os poderes centrais simultaneamente preparam, a cada vez, uma tácita porém crescente inscrição de suas vidas na ordem estatal, oferecendo assim uma nova instância ao poder do soberano do qual desejariam liberar-se. (AGAMBEM, 2010, p. 118).

No caminho do que já foi exaustivamente apontado em nosso trabalho, Agambem indica que o soberano passa a entrar em simbiose com instâncias políticas colocadas ao nível dos sujeitos, seja com o jurista, o médico, o cientista, o perito, o sacerdote (AGAMBEM, 2010). Ele argumenta, sobre a expansão desta soberania, que as declarações dos direitos dos homens representam a inscrição da vida natural na ordem jurídico-política, enquanto “no sistema do Estado-Nação os ditos direitos sagrados e inalienáveis do homem mostram-se desprovidos de qualquer tutela e de qualquer realidade no mesmo instante em que não seja possível configurá-los como direitos dos cidadãos do Estado” (AGAMBEM, 2010, p.123).

Foucault indica que, ao contrário do que a nova governamentalidade possa parecer implicar, ela não trata de abdicar ou de erradicar a soberania de todo, nem mesmo abre mão do modelo disciplinar. Ele adverte que o problema da soberania nunca foi colocado com tamanha acuidade, procurando encontrar as formas que, jurídica e institucionalmente, se poderia dar à soberania do Estado naquele novo momento. Do mesmo modo, a disciplina ganhou sua maior importância, já que gerir toda uma população implicava em tomá-la em profundidade e minuciosamente: “trata-se de um triângulo: soberania – disciplina – gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (FOUCAULT, 1979, p.291).

Ao discutir as sociedades de controle que dão seguimento às sociedades disciplinares propostas por Foucault, Deleuze aponta como as primeiras – embora possam coexistir com as últimas – vão implantando, progressivamente, e de forma dispersa, um novo regime de dominação. Este se coaduna com uma nova lógica que vemos funcionar: a passagem de um sistema de confinamento e de institucionalização para outro que, tornando-se a prioritário, trabalha pela via da modulação e da flutuação, produzindo dominação ao acompanhá-las (DELEUZE, 1992).

FOUCAULT (2001) costuma se remeter aos modelos de controle políticos (estratégias supostamente terapêuticas) da peste e da lepra pra figurar a passagem e o aperfeiçoamento dos mecanismos de poder de um a outro. O modelo da lepra, comumente adotado em fins da Idade Média, era exclusivo e negativo; se baseava numa divisão rigorosa, num isolamento que garantisse o não-contato e, assim, o não-contágio. Implicava na rejeição daquela população com um tom de desqualificação daquelas vidas levadas à morte – desqualificação jurídica e política e quiçá também moral. Diante disso, remetemo-nos a Agambem quando ele indica o conceito da “vida indigna de ser vivida” aplicada a sujeitos “incuravelmente perdidos” e que desejariam, por isso, a *Erlösung*, cuja tradução, *libertação*, está associada ao sentido de redenção. Diz o autor que a exigência de soberania sobre a própria vida faz com que qualquer vida não soberana seja deslegitimada juridicamente, cabendo-lhe a morte, o que ele chama de tanatopolítica – em oposição ao conceito de biopolítica (AGAMBEM, 2010, p.135).

O modelo de quarentena da peste, por sua vez, trata não mais da exclusão e da desqualificação da vida. Inversamente, trata da inclusão do pestífero conjugada ao policiamento da cidade empestuada e ao controle dos indivíduos num território meticulosa e continuamente vigiado. Diz FOUCAULT (2001, p.57): “Não se trata de expulsar, trata-se, ao contrário de estabelecer, de fixar, de atribuir um lugar, de definir presenças, e presenças controladas”. É um mecanismo de controle positivado, individualizado, incisivo. Ao invés de purificar ou levar à morte o ser desqualificado, tratava de produzir uma população sadia. O modelo da peste, finalmente, implica num poder normativo ligado a uma nova tecnologia positiva de intervenção e de transformação (FOUCAULT, 2001).

Entendemos que o modelo da peste, dada sua positividade e eficiência, não só perdurou como englobou em sua lógica os modelos que ainda persistem afins àqueles dos lazaretos – os espaços de internação e de exclusão que hoje precisam, mais do que nunca, prometer a recuperação, a cura e até mesmo a redenção dos que são ali depositados. Com efeito, as medidas de internação se pretendem, tal qual as medidas em meio aberto,

socioeducativas e assim percebemos no conceito também o intento permanente de recuperação dos adolescentes pela via educativa.

CANDIOTTO (2010) aponta como esta nova lógica biopolítica está intimamente associada ao liberalismo, na medida em que está preocupada com o sujeito de direitos e suas liberdades individuais, exigindo do governo uma gestão da população que implique, ao mesmo tempo, na isenção do Estado. Donzelot já indicava que havia uma preocupação, desde o final do antigo regime até meados do século XX, de que pudessem ser aumentados os aparatos coletivos sem que isso atentasse contra a definição liberal do Estado, papel que a filantropia assumiu para si em forma de práticas que lançavam para a população a responsabilidade pelos seus resultados (DONZELOT, 1986). O *laissez-faire* enquanto lógica liberal não oculta o sentido produtivo que toma o dispositivo de segurança quando, tal qual os agentes da peste, garantem vidas saudáveis e produtivas. Vidas estas, Agambem talvez dissesse, dignas de serem vividas.

O novo sujeito de direitos, protagonista dessa forma de governo, deve, portanto, ser soberano e autônomo diante do Estado. Destarte, ao contrário daqueles sujeitos que, diante de um inimigo forte e duro representado nas instituições totais – e totalitárias – de outros tempos, sentiam-se impelidos a lutar contra ele, não mais precisam e não devem, aliás, sequer impor resistências à nova forma de regulação de seus corpos e comportamentos. Diante do controle exercido por esse dispositivo: sutil, modulado, contínuo e ilimitado (cf. DELEUZE, 1992), o sujeito não é mais sua vítima, mas o seu favorecido.

A população é gerida por meio dos cálculos estatísticos, por meio da regularidade encontrada nas flutuações e nas irregularidades, produzindo um controle para estes corpos soberanos que possuem agora seu espaço de fala e de controle e que por isso mesmo passam a ser responsabilizados pelos problemas identificados. É assim que, diante da frustração e dos fracassos sucessivos das intervenções técnicas, é sempre possível adotar o caminho mais fácil da culpabilização do usuário que, tendo sido apresentado a todas as oportunidades (nesta hora são esquecidas as situações de violação que perduram em suas vidas), não quis aproveitá-las; ele torna-se, em prol do apaziguamento da angústia de profissionais, irresponsavelmente responsáveis por todas as tragédias que operam em suas vidas.

Além de responsáveis pela sua vida, já que livres para tomar quaisquer decisões, o público para quem é ofertada a política pública é também responsável pela construção delas; bem ao gosto da lógica democrático-liberal, o direito torna-se dever e, ulteriormente, responsabilidade e culpa. O controle social, mecanismo adotado pelas políticas públicas no Brasil, tenta garantir a participação popular nas decisões e construções das políticas e não

apenas nelas (cf. VALLA, V.V. & STOTZ, E.N., 1989). Diante das lutas sociais empreendidas em prol da e durante a redemocratização brasileira, a exigência de participação do povo se concretizou na estratégia de controle social presente em todas as políticas, fazendo ocupar, em nosso caso, os espaços dos Conselhos de Assistência Social e fazendo voz nas conferências municipal, estadual e nacional da Assistência Social, que, a cada dois anos, escreve novas metas a serem perseguidas pelas políticas públicas (BRASIL, 2005a).

É uma questão premente que apesar da potência destes espaços, eles foram se tornando muito burocratizados, respeitando uma lógica de participação imposta pelo Estado que cobra a participação popular sem, no entanto, estimulá-la. (cf. SHEINVAR, 2009). Em seu texto sobre a governamentalidade, ao contrapor-la ao modelo soberano, Foucault aponta que enquanto neste a finalidade de suas ações era a própria manutenção da soberania, a finalidade do governo está nas coisas e nos processos que ele dirige, e seus instrumentos, “em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas” (FOUCAULT, 1979, p.284), garantindo uma maleabilidade no lido com os objetos do seu governo.

Além disso, há que se destacar a via de mão dupla na questão e que já veio sendo subrepticamente indicada: da proposta de um controle social que contasse com a participação popular e o consequente controle das ações do Estado pelos conselhos formados pelo povo, o que parece sobressair é a coexistência de outra proposta ainda mais poderosa em que o trabalho das políticas públicas garantiria o controle da população por meio de seus aparatos institucionais (TORRES & COSTA, 2009). Este procedimento encontra vazão tanto no pressuposto de (ir)responsabilidade do popular que, devendo ocupar uma cadeira no conselho, nem sempre o faz, quanto na extensão dos aparelhos institucionais insistentemente a alcançar a população e, principalmente, nas ações pautadas em ideias de responsabilização da comunidade e principalmente da família no sucesso das intervenções da política.

Calligaris, ao defender a existência de um laço social perverso nos dias atuais, o que faz articulando com a perspectiva de uma montagem perversa que se vê estabelecer em regimes totalitários, indica que “(...) o princípio básico de um regime totalitário é efetivamente uma gestão total da vida cotidiana; (...) A esfera da vida privada desaparece progressivamente” (CALLIGARIS, 1991, p. 116). A partir de nossa leitura do texto de AGAMBEM (2010), diríamos que a vida nua agora politizada pode, então, ser circunscrita dentro de um aparato biopolítico. Melhor dizendo, os indivíduos politizados são capturados por um maquinário institucional que ao dar-lhe a voz soberana, cobra deles sua responsabilidade no uso desse direito e dessa liberdade. Sheinvar diz, neste sentido, que:

A sociedade civil, em nome de um ideal participativo, tem sido um valioso recurso não para a mobilização social em favor de uma política mais justa, mas para depositar na população a responsabilidade dos estragos dos sucessivos governos, sem que ela tenha manifestado uma intervenção incisiva transformadora da cena política (SHEINVAR, 2009, p.24).

Deste modo, sem que ações politicamente relevantes tenham sido desenvolvidas, sem ainda que o maior violador, conforme se configura o Estado, tenha assumido isso de fato, o trabalho social continua exercendo mais o trabalho de conformar a população em seu papel instrumental que em produzir transformações reais, garantindo, assim, a colocação de um novo véu – muito antigo, na verdade – sobre os problemas sociais que continuam causando incômodo aos que se deparam com eles.

A FACE ASSUSTADORA DO DESVIO: O VAGABUNDO E O DELINQUENTE

Foi diante da expansão demográfica do século XVIII que se urgiu construir uma nova ciência de governo, já que a população tinha fenômenos específicos que ultrapassavam a economia estritamente familiar dominante até então. Foi o fenômeno de aumento populacional e de reconfiguração dos problemas políticos do Estado iniciado já em meados do século XVI que passou a provocar novos e maiores acirramentos entre as relações sociais e trabalhistas, fazendo surgir, então, a categoria do vagabundo que, conforme definição de Bulcão, é aquele que não tem vínculo de trabalho ou vínculo comunitário. Tal figura surgiu como alguém que, ao romper o pacto social, muito se assemelhava aos assassinos e criminosos e passava a figurar, assim como esses, como um grande inimigo público (BULCÃO, 1994). Da mesma forma, portanto, configuravam-se os delinquentes que, ao agir em desacordo com a norma, causavam grande temor e desagrado social. Ao assumir muito frequentemente esse papel, é que o adolescente – o menor (potencial infrator) – passou a ganhar grande ênfase nas políticas de Estado; conforme nos indica PASSETI (2009, p.348): “(...) a integração dos indivíduos na sociedade, desde a infância, passou a ser tarefa do Estado por meio de políticas sociais especiais destinadas às crianças e adolescentes provenientes de famílias desestruturadas, com o intuito de reduzir a delinquência e a criminalidade”.

Marco Antônio Cabral dos Santos, no mesmo compêndio organizado por Mary Del Priori, onde se encontra o trabalho citado no parágrafo anterior, aponta que estava instaurada, nas primeiras décadas do regime republicano brasileiro, uma dicotomia entre o mundo do trabalho e o da vadiagem, o primeiro associado historicamente e respectivamente à figura do

imigrante (trabalhador) e o segundo ao escravo (supostamente ocioso). O autor aponta, no entanto, que havia uma prática comum, dentre os jovens, de serem iniciados indiscriminadamente no trabalho e nas atividades ilegais e interpreta esta contradição como uma tentativa de sobrevivência numa cidade que os hostilizava (SANTOS, 2009). Décadas depois persiste a mesma situação: o adolescente em cumprimento de medidas, mais comumente do que se imagina, distribui suas atividades entre “bicos” irregulares e em pequenas infrações que garantem, senão sua renda instável, sua resistência à vida numa civilização que os expulsa categórica e intermitentemente.

O personagem do vagabundo, reconfigurado diante dos valores capitalísticos relativos ao trabalho e à produção, toma para si o lugar histórico do preguiçoso que, diante das possibilidades de uma terra tão rica e preta como a brasileira, insiste em *não querer* trabalhar e em pedir contribuições dos que trabalham; formula-se, assim, um ressentimento a este personagem que precisa provar sua incapacidade para o trabalho a fim de receber suas doações. BULCÃO (2006) indica com muita tenacidade a criação dessa figura e, junto dela, a constituição de uma urgência em tornar o mendicante em um produtor de sua própria existência – produção de autonomia –, o que só aconteceria pela via do trabalho que tinha como seu percurso inevitável a via da educação.

Thomas Szasz nos permite delinear uma configuração ainda mais ampla do valor de uma figura tal qual a do vagabundo. Ao escrever um capítulo intitulado *O devedor* reconstitui os valores associados aos atos de emprestar dinheiro, de vender, e finalmente pagar a dívida, apresentando formas desenvolvidas para lidar com tais questões. Ele identifica um ressentimento necessário do devedor ao credor e a partir de Jeremy Bentham, localiza-o na intemperança e na incompetência da criança. Na citação que toma deste autor, consta:

Aqueles que têm a determinação de sacrificar o presente pelo futuro são objetos naturais de inveja por parte dos que sacrificam o futuro pelo presente. As crianças que já comeram o seu bolo são inimigas naturais das crianças que ainda estão com o seu. Enquanto o dinheiro é esperado – e por um curto espaço de tempo após ter sido recebido – aquele que empresta é benfeitor. Quando o dinheiro é gasto e é chegada a hora infeliz do acerto de contas, o benfeitor tem sua natureza modificada e veste a capa do tirano e do opressor. (BENTHAM, p.101-102¹⁰ apud SZASZ, 1994, p.55)

Para examinar esse sentimento, Szasz volta à bíblia e às histórias do judaísmo e do cristianismo; assinala a passagem de um exclusivismo tribal à fraternidade universal, identificando o valor da caridade e a satisfação dela não no retorno do dinheiro cedido, mas no amor e na bondade divinas a serem-lhe retribuídas. Nesse tema da caridade estão,

¹⁰ Na referência do autor (SZASZ, 1994), não consta o ano desta citação atribuída a Jeremy Bentham.

conforme já assinalamos, as origens de nossa assistência social. BULCÃO (2006) aponta, nesse sentido, que houve uma ruptura no modelo de ajuda aos pobres, desde a caridade que partia dos homens bons que se sentiram amados por Deus e das casas de caridade às contribuições feitas por meio dos impostos ao Estado e que passaram a ser utilizadas em políticas sociais, havendo, desta forma, uma distorção dos sentimentos a respeito daqueles que, de necessitados, passaram a preguiçosos e usureiros profissionais da mendicância.

O vagabundo tomou o lugar dessa figura que é recompensada socialmente por não assumir, como o fazem os outros cidadãos, suas obrigações para com a cidade; afetivamente falando, desconsideram-se todas as desvantagens e assume-se que tomam este lugar por gosto, já que, inconscientemente, há algo da ordem da liberdade e do descumprimento do que nos é imposto que esses personagens parecem usufruir. Há uma imposição de proibições ainda na infância que nos impede de obedecer aos nossos desejos em prol da vida em civilização. Neste propósito, Freud afirma:

Já falamos em hostilidade para com a civilização, produzida pela pressão que esta exerce, pelas renúncias do instinto que exige. Se se imaginarem suspensas as suas proibições – se, então, se pudesse tomar a mulher que se quisesse como objeto sexual; se fosse possível matar sem hesitação o rival ao amor dela ou qualquer pessoa que se colocasse no caminho, e se, também, se pudesse levar consigo qualquer dos pertences de outro homem sem pedir licença –, quão esplêndida, que sucessão de satisfações seria a vida! É verdade que logo nos deparamos com a primeira dificuldade: todos os outros têm exatamente os mesmos desejos que eu, e não me tratarão com mais consideração do que eu os trato. Assim, na realidade, só uma única pessoa se poderia tornar irrestritamente feliz através de uma tal remoção das restrições da civilização, e essa pessoa seria um tirano, um ditador, que se tivesse apoderado de todos os meios de poder. E mesmo ele teria todos os motivos para desejar que os outros observassem pelo menos um mandamento cultural: “não matarás” (FREUD, 1996o, p. 24).

Desta forma é que Freud vai indicar a renúncia a que somos submetidos em nossa entrada à vida em civilização; renúncia aos nossos impulsos e desejos, renúncias ao princípio de prazer em prol de um prazer longínquo e substitutivo prometido pelo princípio de realidade. Vincular-se a outros homens implica, portanto, em abdicar de seus desejos, reprimir instintos (*Trieb*) e suprimir sentimentos – especialmente os hostis.

É assim que, apesar do atendimento a adolescentes autores de ato infracional estar colocado, nos termos desta Política, na Proteção Social Especial ao entender que estes têm ou tiveram seus direitos violados, este serviço geralmente é sentido como um corpo estranho para a Assistência Social, pela ambivalência de uma dúvida comum: será este adolescente, de fato, alguém cujos direitos são ou foram violados ou será ele o próprio violador? E neste ínterim deparamo-nos com uma condenação do trabalho de proteção social a este jovem, tomado

como essencialmente delinquente e com a reincidência do raciocínio atrelado ao vagabundo que tira vantagens de sua “escolha pessoal”: questiona-se o ECA enquanto legislação supostamente permissiva, propõe-se a redução da maioridade penal, sugerem-se penas expiatórias em lugar das medidas socioeducativas; tudo isso para evitar maiores compensações àqueles que simbolizam a preguiça, a usura e, finalmente, o mal.

Categorias como estas são constituídas a partir da moralização dessas figuras que apresentam aos cidadãos um modo outro – supostamente não civilizado e não renunciante – de estar no espaço público. E se conseguimos sair desse registro da indicação de sujeitos amorais dignos tão somente de punição, conseguimos passar ao que está previsto pela legislação que nos dá base e adentramos na solução socioeducativa. Diante dessa perspectiva posta em questão nesse trabalho, podemos perguntar: o que muda? Política e socialmente, a proposta costuma se apresentar como um avanço inegável – ainda que já tenhamos apresentado uma análise acerca do que faz operar politicamente esta mudança de perspectiva. Ainda assim, podemos continuar a dar-lhe este *status* se permanecemos no registro afetivo?

Em Freud, podemos buscar algum indicativo para essa questão. Ele dedica toda sua obra à investigação dos processos anímicos, processos inconscientes que direcionam nossas vidas psíquicas e, assim, nossos atos e sentimentos, processos esses raramente identificados ou compreendidos pelo sujeito no qual se mobilizam. Diante da compreensão de que, em face à supressão de afetos que devem permanecer desta forma e a representações que, associadas àqueles, precisaram ser recalçadas, às vezes antes mesmo de tornarem-se conscientes, partimos do pressuposto de que há ações que seguem despercebidas e motivações que são e provavelmente seguirão desconhecidas. Partimos também da generalização de que estes mecanismos não acometem apenas indivíduos, mas tomam parte da história do povo e de histórias mais específicas como esta referente às políticas públicas de assistência social que sustenta nossos escritos.

Nesse sentido, começamos por indicar a alegoria feita por Freud quando constrói um mito para delimitar uma suposta instauração da civilização em *Totem e Tabu*, trabalho datado de 1913. Diz ali que os grupos familiares eram organizados em hordas e que os irmãos unem-se para matar o pai, autoritário detentor do poder sobre todas as mulheres que lhes eram, por isso mesmo, interditas. Ao cometerem o ato homicida, deparam-se com a impossibilidade de que todos os que se uniram com o fim de aniquilar o antigo pai pudessem ter o seu poder sem recair no mesmo risco de ser vítima da hostilidade e quiçá de assassinato pelos agora irmãos. Seria assim, de acordo com o raciocínio de Freud, que se constituiria uma irmandade na qual nenhum dos homens teria acesso àquelas mulheres, instaurando ali um tabu, e passando a

venerar um totem que representa o pai morto (FREUD, 1996m). Aqui encontramos analogicamente o momento de derrubada da figura do soberano que tem seu poder, ou provavelmente apenas a sua responsabilidade, conquanto representados pelo Estado, distribuídos aos sujeitos que devem agora responder pelas decisões e consequências operadas em suas vidas. Diante de um tal entendimento, podemos apontar como a instauração de um modelo político como esse possa transformar os investimentos afetivos direcionados às demandas de punição daqueles que não assumem tal irmandade (cf. CALLIGARIS, 2004).

Ainda a respeito de Freud, é em *Psicologia das Massas*, de 1921, que ao descrever as formações de vínculos entre os homens, ele diz que o que torna indivíduos unidos por um vínculo grupal de irmãos é o amor que o líder – ou o pai – dispense a eles igualmente; assim, eles também devem amar-se uns aos outros. Ele delinea, desta forma, a questão do amor terno entre irmãos, assim como a dos laços sociais a partir da base familiar do complexo de Édipo: haveria uma ambivalência de sentimentos em relação aos pais, amor e ódio coexistindo, em que o último deve ser rechaçado pela criança sob pena de castração. É a partir do recalque – supressão, aliás, – dos sentimentos hostis, que tais sentimentos perdem seu lugar no seio familiar e que devem ser direcionados para outros objetos. Um grupo (familiar ou de identidade), para sê-lo, precisa definir não apenas quem lhe toma parte, mas, principalmente, há que definir quem não pertence a ele; há sempre um movimento de exclusão e de projeção da hostilidade que não pode recair sobre os irmãos àqueles com quem não há vínculos de pertença (FREUD, 2010g).

No *Mal-estar*, a ênfase do problema são estes sentimentos hostis, já apresentados em 1913 e em 1921. Ao longo de todo o seu percurso teórico, Freud se dedicou a entender do que se tratariam os instintos e qual seria seu caráter no funcionamento psíquico. Nesta obra de 1930, com a insistência do problema das relações hostis entre os que convivem em sociedade, ao dar continuidade à discussão dos dualismos pulsionais¹¹, Freud chega ao ponto final de suas formulações neste quesito: ele opõe as pulsões de vida, também chamadas de *Eros*, às pulsões de morte. Entendemos, ali, que são as pulsões de vida aquelas que se constituem de vínculos – estes que visam proteger contra um mal comum (seja ele a tão poderosa natureza, seja ele outros povos, outras nações, outros grupos). As pulsões de morte, por sua vez, são desintegradoras, buscam eliminar toda e qualquer tensão à custa da (auto)destruição.

¹¹ Embora adotemos a tradução de *Trieb* por instintos, seguindo o modelo da Edição da Cia das Letras, nos referimos aos dualismos como pulsionais por ser a forma mais comum de chamá-los, devido à tradição francesa que costuma embasar as discussões acerca da psicanálise no Brasil.

Os laços sociais, portanto, seriam constituídos via *Eros*; pela via de investimentos libidinais que seriam inibidos em sua meta sexual. Freud desenvolve esse raciocínio detalhadamente em *Psicologia das Massas*, montando um percurso a partir do qual formamos grupos de pertença e, assim, investimos de amor terno os nossos semelhantes (FREUD, 2010g). Investir libido em objetos exteriores a si mesmo significa desinvestir a si mesmo e aos objetos parciais que são tomados inicialmente em nossos próprios corpos, implica em abdicar ao narcisismo, em empobrecer o Eu em detrimento da expectativa de uma possível compensação que a vida em civilização pode lhe dispor pela via do “ser amado”.

Nos trabalhos sobre as massas e no *Mal-Estar*, Freud apresenta um conceito muito oportuno aos nossos intuitos: o “narcisismo das pequenas diferenças”. Ali se identifica um fenômeno em que certos povos, ainda que sejam normalmente muito próximos cultural ou territorialmente, se hostilizam e estabelecem um sentimento social de rivalidade uns em relação aos outros (FREUD, 2010i). É interessante marcar que estes povos geralmente possuem em comum algo que já foi compartilhado; é a familiaridade e a semelhança que não se quer ver que produzem e permitem os sentimentos e ações hostis.

Talvez haja nestas diferenças algo do que chamamos de uma familiaridade estranha. Há algo da ordem da identificação de um grupo que exclui o que lhe é ininteligível, e que lhe é, no entanto, bastante familiar (FREUD, 2010f). O diferente é, dentro desta lógica, o que não pudemos ser, ou o que fomos e recalamos. Assim pode-se compreender a fonte de angústia que a alteridade costuma representar, demandando uma reação que se configura como uma defesa aos monstros que se projetam fora de nós. Jurandir Freire Costa corrobora nossa tese quando, ao desenvolver uma análise acerca da articulação entre higienismo e eugenia no Brasil nas primeiras décadas do século XX, além de fazer a história da relação destas práticas com a pobreza, entende que a manifestação delas não está afastada do uso de um mecanismo projetivo como defesa contra um desconhecido que, funcionando como receptáculo de conteúdos inconscientes, torna-se repulsivo e ameaçador (COSTA, 2007).

Em Freud, é no ensaio *O inquietante* que, ao apresentar o fenômeno do duplo, Freud nos dá o mote que permite amarrar as pontas do que viemos apontando. Ao justificar o sentimento de incômodo e estranhamento com que nos interpela o duplo: familiar e ao mesmo tempo alheio ao nosso entendimento e consciência, é possível descrever, a partir da compreensão de que ele representa algo que recalamos do nosso narcisismo e que retorna, causando inquietação e incômodo:

o “ideal do eu” enquanto instância ideal que, ligada ao valor do “eu ideal” que fora reprimido, retorna e impõe ao indivíduo o desconforto de vislumbrar seu ideal surgir no outro, naquele duplo que parece ter-se tornado aquilo que as fantasias infantis representavam. A imagem que se faz da suposta completude de um tempo remoto de sonhos e fantasias que foi sendo afastada da realidade e se desvanecendo diante dos augúrios da vida torna-se, hoje, o incômodo que lembra aquilo que não mais pode ser (MANGUEIRA NETO & SOUZA, 2011).

É desta forma que, por não identificarmos que tais figuras fizeram parte de nossa constituição em algum tempo remoto e esquecido, reagimos à imposição deste retorno de algo familiar recalcado que representa a figura do vagabundo, este que, num registro inconsciente, nos remeteria ao tempo da infância, tempo ideal associado à ausência de responsabilidade e de renúncias da qual tivemos que, finalmente, abdicar; a ela, à sua liberdade e mesmo à sua suposta amoralidade que, diante dos processos repressivos, passamos a associar com o que é sujo e indigno, estabelecendo os critérios da vida em sociedade sobre os valores como da ética, da estética, e do asseamento (cf. FREUD, 2010i). Não é à toa que BULCÃO (2006) assinala que a figura mesma do vagabundo é sempre identificada à infância mal-educada, por assim dizer, mal tolhida, tornando sua prevenção imediatamente amarrada à necessidade de educação formal e moral daquela.

Freud explica, neste mesmo trabalho, que há outro destino possível para o recalque de uma tendência pulsional: os elementos libidinais assim impedidos de se realizar transformam-se em sintomas neuróticos e seus componentes agressivos em sentimentos de culpa (FREUD, 2010i, p.113). Daí o alento que a prática da caridade, associada ao divino, proporciona ao fazer sanar o sentimento de culpa inconsciente. Este novo destino não desqualifica a explicação pela via da projeção; ao contrário do que se pode pensar, o sintoma formado e este mecanismo neurótico passam a ser a base afetiva para pensar as soluções ineficazes que são formuladas em nome de um Bem e em nome da ajuda aos seres incapazes e necessitados – ainda que sua necessidade seja de recuperação e de expiação de seus males.

Dentro do mesmo raciocínio instauram-se valores e legitimam-se práticas e teorias moralmente embasadas. A errância do vagabundo e sua apropriação do espaço da rua constituem um novo sentimento que a ela se associa, tomando-a como potencializadora da delinquência, um espaço de perigos inimagináveis e inelutáveis, lugar de encontro com um mal que ganha diversos nomes e rostos: a vadiagem, o abandono, a fome, a prática infracional, o uso de drogas, etc. Em contrapartida são investidos no espaço privado da casa e, em última instância, na família, valores de segurança e de proteção, valores que se querem amorosos, educativos e morais.

Nesse sentido, Donzelot indica que há, em meados do século XIX, uma estratégia de familiarização das camadas populares que, ao tomar a mulher como seu suporte principal, associou-lhe vários instrumentos e aliados: a escola, a higiene doméstica e especialmente a habitação popular que, “cedida” a ela, exigiria, em retorno, que ela garantisse a permanência da família em seu interior, seguindo os preceitos equacionados na formulação: um espaço “(...) que seja suficientemente amplo para ser higiênico, pequeno o bastante para que só a família possa nele viver, e distribuído de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos.” (DONZELOT, 1986, p.46)

Nas falas ouvidas em nosso campo, é comum escutarmos, associados ao discurso da responsabilidade moral da família, a fala que aponta “a rua”, o espaço público e, em geral, o espaço fora da casa familiar, como lugares hostis, moralmente negativos e prejudiciais. Associando-lhes perigos como a vadiagem e o uso de drogas, contrapõem a eles prontamente o espaço educativo da escola (ainda que esta venha tomando o valor de “rua” pela entrada constante nela de drogas e pela ausência de controle sobre cada um de seus alunos) e, mais ainda, ao espaço da casa. Várias mães que frequentam o serviço de execução de medidas socioeducativas repetem falas do tipo: “se ele tivesse me escutado e ficado em casa, nada disso teria acontecido”. É aqui que a medida de internação ainda surge como solução para muitas famílias, surgindo também uma demanda insistente, a de que possamos ocupar todo o tempo livre de que dispõe o adolescente com atividades educativas, inserção em cursos profissionalizantes e em oficinas esportivas, artísticas ou afins. Vemos coladas nessas falas, além deste temor ao espaço público, certo ideal intimista que garante o valor de segurança. Há aí ainda uma concepção da educação que deve se dar em tenra infância no seio da família, o que afasta a possibilidade desta existir do lado de fora da casa ou da escola. Alguns adolescentes, no entanto, insistem acerca de uma potência que “a rua” tem de ensinar sobre o mundo – ainda que o faça “da pior forma possível”.

Assim, esses sentimentos passam a justificar os movimentos de internação, como fuga de um mundo perigoso e potencializador de delinquências e como – esta perspectiva não aparece assim, às claras – proteção àqueles que, ensinados a renunciar aos espaços da rua, precisam apaziguar sua angústia neurótica que dispara cada vez que precisa se deparar com estas figuras, imagens distorcidas em seu caráter de retorno do recalcado e que remetem a um tempo irresgatável de sua “i-renúncia”. Da mesma forma, torna-se um imperativo curar, recuperar, sanar todos os males. Todos os atos dissonantes perdem seu caráter de

originalidade ou de resistência e tornam-se efeito de uma patologia¹². Já que falta educação, que outra solução há senão a de indolgentemente dar-lhes? Assim se faz sob o caráter da educação moral, prerrogativa da vida em sociedade e da qual a família é suposta incapaz de dispor.

A solução socioeducativa, no entanto, não precisa ser o novo demônio em contraposição ao demônio da vagabundagem ou das drogas. Ela precisa apenas ser posta em análise, suas práticas devem ser postas em questão e, finalmente, os afetos subjacentes àquela solução e às formas de instaurá-las, precisam ser analisadas no sentido mesmo que a psicanálise lançou a este termo. No mesmo sentido que viemos colocando, Calligaris termina seu texto com a questão que também lançaremos aqui: “Será que a imposição do tratamento nos ajuda a evitar a sedução que a “noite suja” exerce sobre nós?”¹³

¹² Ideia retirada de um texto que vem circulando na internet intitulado “Notas sobre a crackolândia”, cuja autoria é dispensada a Contardo Calligaris. Psicanalista, justifica a redação do ensaio dizendo que foi chamado a se posicionar sobre a problemática atual das políticas a respeito do *crack*.

¹³ Verificar nota anterior

CAPÍTULO III

VALORES E PRÁTICAS SOB A LENTE DA PSICANÁLISE

A fim de continuar colocando nosso campo de práticas em análise, lançaremos nosso olhar de volta a ele. Em um serviço de execução de medidas socioeducativas, acolhemos vários adolescentes e suas diversas histórias cotidianamente. Eles frequentemente nos chegam acompanhados por algum familiar: geralmente é a mãe, figura a quem, conforme destacamos no capítulo anterior, foi dada a responsabilidade de cuidar de sua família, numa aliança firmada com os preceitos higienistas, com a saúde pública e, finalmente, com o Estado, em prol das políticas de governo. Raramente o rapaz ou a moça vêm acompanhados de um pai, este inexistente ou incompetente. Ele é substituído pela mãe e quando ela tem outras ocupações, por tios, tias, ou um irmão mais velho que faça suas vezes, quando não vem junto a avó, esta comumente cumprindo o papel de mãe.

Esta simples chegada já demarca uma série de valores com os quais viemos nos deparando nos capítulos anteriores, tenha sido tal encontro provocado pelo esforço de quem escreve em expô-los ou apenas pela emergência inadvertida dos elementos que direcionam esta série de sentidos ao trabalho. Tais valores, por sua vez, implicam em vários entendimentos das noções de família, de infância – e depois de adolescência, – de educação e mesmo de trabalho. Implicam, especialmente, em pressupostos que encaminham a formulação e formatação das políticas públicas nos termos da ênfase que precisa ser dada ao papel da família e da solução que se quer dar pela via da (sócio)educação. A participação compulsória da família existe menos por meio de qualquer argumento legalista que garanta que o trabalho feito com menores de idade precise referenciar sua família, seu responsável legal – ainda que esta perspectiva legalista já indique como tais valores tomaram corpo e ganharam espaço nas políticas e legislações propostas no Brasil – do que pelos significados que tais noções vieram ganhando na vivência das políticas propostas.

Foi a problemática do lugar relegado à família nas políticas de assistência social a impulsionadora das nossas reflexões e do estabelecimento do problema de pesquisa. Foi este momento de chegada de adolescentes com suas mães queixosas dos filhos ou da responsabilidade que lhes sentiam imputadas pelo poder público que nos chamou a atenção primariamente. Os sentidos aparentemente inevitáveis indicados no trabalho da política pública acerca dessas noções, quais sejam os que apontam o seio familiar como o lugar mais seguro de se viver, o valor da infância e da adolescência em sua dependência necessária em

relação à família ou em sua falta ou possibilidade de autonomia e responsabilidade, a noção de um desenvolvimento supostamente linear, a educação (moral) como uma solução – talvez a única vislumbrada – para os problemas sociais, e posteriormente o valor do trabalho e da profissionalização, foram nos levando a novas articulações, conquanto elas demandassem novas perspectivas de interpretação.

Neste capítulo, portanto, seguiremos tais sentidos e valores como diretrizes para o desenvolvimento de nossos argumentos, na medida em que permaneceremos colocando-os em análise, agora mais marcadamente sob o olhar da psicanálise. Ainda precisamos destacar o percurso iniciado no capítulo anterior e que vem culminar aqui: pondo em questão a política pública de assistência social, atravessamos um dos vários vieses possíveis de sua história e mostramos como o Estado ganha o papel de instância abstrata que cobra de seus agentes a responsabilidade pelos destinos que passam a ser impressos em sua vida política e social, como se fosse ele mesmo o totem erigido pela irmandade que agora cobra dela as obrigações sociais introjetadas a partir dos mandamentos que antes eram determinados pelo pai assassinado (o soberano). É diante dessa passagem que a atuação dos agentes do campo precisa ganhar o devido destaque, muito embora isso não precise desmontar nosso argumento prévio de que impomos a técnica analítica à política pública que guarda em si todos esses personagens, afetos e valores.

No intuito de seguirmos esta via, propomos uma mudança também na apresentação do texto e, mais especificamente, na interpolação dos exemplos que o campo nos dá: ao invés de irmos costurando os atravessamentos que as experiências nos trazem ao longo da argumentação teórica, como vínhamos fazendo, imporemos cortes e mesmo interrupções mais bruscas a fim de expor situações e casos específicos que marcaram esta vivência e que vêm servindo de subsídio para pensar o trabalho que tem sido apresentado até então. Isto dito, iniciamos com um desses rompimentos e apresentamos alguns relances de casos que servem como baluarte aos problemas que viemos e continuaremos perseguindo:

*

Uma garota de 16 anos cumpre medida socioeducativa. Sua mãe não gosta de ser convocada ao serviço ou de receber as visitas técnicas, e deixa isso muito claro. Ela sempre expõe seu incômodo, reclamando que todos (conselho tutelar, juizado, CREAS, etc.) cobram dela sem se interessar a respeito do que ela passa com a filha difícil que quer tudo do seu jeito. Sua queixa é a de que, diante de tantos direitos que ganharam as crianças e os adolescentes, só restaram para os pais os deveres e ainda questiona como pode educar sua filha se nem pode bater nela como sua mãe fizera consigo.

*

Um jovem acompanhado pelo CREAS, hoje com 19 anos, veio de uma experiência bastante prolongada de violações e de rompimento dos seus vínculos familiares: ainda criança perdeu o pai que abandonou a casa, conviveu com um padrasto alcólatra que batia em sua mãe e nele próprio, fugiu de casa e teve anos de vivência de rua, de abuso de drogas, de acolhimentos institucionais (abrigamentos) até chegar ao cometimento de atos infracionais diversos. Já esteve na internação, já cumpriu em meio aberto e depois de 18 anos completos, esteve na penitenciária. Ele – assim como sua mãe – não acredita mais que é capaz de mudar; ele tem a convicção de que, depois de tudo o que passou, a revolta que sente não vai mais embora, conquanto acabe sempre retornando ao serviço com uma demanda inominada.

*

Outro adolescente, este de 17 anos, está bastante envolvido com uso e tráfico de drogas. Recebemos constantes visitas e ligações de sua avó solicitando auxílio em relação ao comportamento do rapaz. Sua mãe é, por seu depoimento, apenas a genitora (aquela que lhe deu à luz) – e ela mesma se comporta como tal, vindo acompanhar a avó dele, por insistência e exigência desta. A avó, essa sim, é chamada por ele de mãe, e tem adotado desde sua chegada uma postura muito derrotista quanto às suas possibilidades pessoais de ajudá-lo, e sempre indica depositar muita “fé” nas soluções a serem encontradas pelo serviço, especialmente pelo técnico, e solicita ajuda.

*

Destes pequenos exemplos, vemos as diversas posturas e formas de investimento na mudança do jovem e no serviço executado; há mães que se perguntam o tempo todo onde teriam errado na criação dos filhos, ou ainda aquelas que se apropriam de saberes psicológicos disseminados e indicam que as práticas ilegais do filho decorrem de um trauma sofrido na infância (essa conclusão não é privativa das mães – corre também entre operadores da política), trauma este geralmente associado a situações de violência física ou abuso sexual, comumente apontados contra o genitor que fora posto para fora de casa ou que a abandonou eventualmente. Há ainda as que garantem e tentam provar terem feito o melhor, alegando que não permitiram que seus filhos sofressem o que haviam sofrido em sua própria infância, que lhes ofereceram o impossível, e costumam finalizar projetando sua culpa (seu sentimento de culpa), esta denegada, aos filhos que quiseram se envolver com pessoas ruins apesar de seus conselhos.

Dadas as nossas prévias exposições, quais seriam as implicações em ter como nosso objeto de intervenção – na execução das medidas socioeducativas – os supostos delinquentes, também supostamente mal desenvolvidos, mal criados e mal educados? Qual é o efeito disso nas políticas públicas de assistência social, ou, melhor ainda, como é sentido esse efeito no trabalho diário que é colocado em ação? O que promovem, afetiva e, assim, efetivamente, os investimentos que deitamos sobre as figuras do vagabundo e do delinquente, os sentimentos que eles fazem emergir em nós? A fim de propor uma análise, uma investigação que vá mais a fundo e leve em conta elementos e investimentos afetivos inconscientes que vão além dos dados visíveis e identificáveis numa observação mais atenta, intentamos, conforme os propósitos da psicanálise, que os resultados dela façam mexer o que está posto, desordenando o que parece consistente e produzindo novos rearranjos.

Assim justificamos a retomada de problemas que fizeram seu caminho neste trabalho, às vezes independentemente da vontade de quem escreve, e a discussão delas a partir do campo que nos sustenta, a psicanálise. Continuamos a questionar o valor da infância e os sentidos que ela ganhou e vem ganhando; a importância da família em cuja companhia entende-se ser o melhor lugar e mais seguro de se estar, o seu papel e, em última instância, aquele da mãe, como responsável pelos desígnios dos membros de sua família, pela educação especialmente moral da prole; também cabe aí a concepção de desenvolvimento como um acesso óbvio e natural da infância à vida adulta, sendo a adolescência um de seus pontos de acesso inevitável – e dos mais complicados, diga-se de passagem. Não é possível enfatizar o bastante quão grande é o interesse da psicanálise nestas problemáticas, tornando-se descabido argumentar demasiadamente acerca de nossa necessidade em levantá-las por este viés: o alicerce mesmo da teoria e da técnica analíticas estão calcados no estudo da infância enquanto consistem em nossa pré-história inconsciente, sobre a concepção da sexualidade e do entendimento de como o desenvolvimento psicosssexual é um grande definidor dos destinos das pulsões e das formações sintomáticas, entendidos pela via da formulação do complexo de Édipo, conceito aqui entendido especialmente como um esforço em prol da compreensão das várias possibilidades de desenvolvimento dos papéis sexuais e sociais.

Além destas questões, há outras que cabem também à psicanálise fazer uma ou duas perguntas. Já que falamos a partir de um serviço de caráter inevitavelmente judicial (no sentido apresentado em nosso segundo capítulo), o de execução de medidas socioeducativas, julgamos ser interessante abordar mais profundamente o que aquela tem a dizer sobre as questões da responsabilidade e, ulteriormente, da culpa – e do sentimento de culpa – associados à prática infracional. Como estas discussões podem lançar uma luz sobre os

problemas da imputabilidade e da inimputabilidade? Vejamos como, afinal, a psicanálise consegue vislumbrar esta oposição, quando sua compreensão dinâmica é a de que não há contradição no inconsciente, onde também não há negação ou temporalidade (cf. FREUD, 2010c).

Os complicadores que a concepção de uma instância indomável que, no entanto, domina nossas ações e pensamentos precisam ser colocados em jogo, assim como os fatores envolvidos nos instintos agressivos e ambivalentes, já que nossas articulações partem de um trabalho que escorrega entre as figuras do agressor e da vítima, do vagabundo e do cidadão de direitos. E assim precisamos finalmente nos perguntar como tais problemas podem ser recolocados em termos dos valores que carregam, do julgamento que fazem e dos atos a que impelem.

A concepção a partir da qual se toma a psicanálise como uma teoria que só fez corroborar teses engessadoras sobre a formação da personalidade e sobre a infância como ponto ótimo do desenvolvimento para a obtenção de novas aprendizagens cai por terra diante de tamanha complexidade imposta pelos seus conceitos, especialmente o de inconsciente. As predisposições são impossíveis de serem previamente estabelecidas e sanadas, as vicissitudes das pulsões são incontáveis, os investimentos libidinais alcançam objetos inimagináveis e dos mais variados. A distinção acerca do que é ou não normal é logo desfeita pela conclusão de que, diante de conflitos inevitáveis a cada um de nós, somos todos passíveis de produzir sintomas patológicos, ou, melhor dizendo, formações do inconsciente como o são o sonho, o ato falho ou as piadas, colando o normal ao patológico e dificultando sua distinção (FREUD, 1996r) – (cf. também FREUD, 1996d, 1996e & 1996h). Neste sentido, a orientação mesma do tratamento analítico indica a flexibilidade permanente das formações sintomáticas e das identificações, impondo-se, aqui, especialmente os mecanismos básicos de deslocamento e condensação dos investimentos libidinais (FREUD, 1996d), muito embora o contrário também esteja passível de acontecer, como é o caso da viscosidade da libido¹⁴ e dos movimentos de fixação dela (FREUD, 1996r). Todo o ofício da clínica analítica teria sua base desmontada caso fosse possível provar a rigidez e a imutabilidade como as únicas respostas dos processos psíquicos formulados no desenvolvimento.

Ainda assim, precisamos assumir a dificuldade em empreender a defesa da psicanálise neste aspecto. Apesar da subversão que promove entre as concepções do que é ou do que

¹⁴ Junto ao entendimento da mobilidade dos investimentos libidinais que fazem tomar objetos sexuais e que fazem compromissos entre as instâncias consciente e inconsciente diante de seus conflitos, a viscosidade da libido implica em uma característica própria a essa de aderência àqueles objetos ou a seus modos de obtenção de prazer (FREUD, 1996r; SOUZA & COELHO, 2012).

deixa de ser normal, da complexidade que agencia nos processos mentais colocando em pauta a noção de inconsciente e de toda uma série de mecanismos irreconhecíveis pelos sujeitos nos quais atuam, ela, bem ao gosto do seu tempo, [super]produz, junto a outras teorias, suas contemporâneas, uma nova concepção a respeito da infância, da família e do desenvolvimento. É mister destacar que embora não tenha inventado sozinha tais institutos ou mesmo estas novas maneiras de concebê-las, ela contribuiu em sua produção enquanto um valor moderno e premente.

É preciso assumir não apenas o que a psicanálise – e, nesta mesma esteira, a psicologia – produz nestes conceitos, mas também entender como a emergência deles, para existir e para que pudessem ser legitimados, precisaram contar com certa receptividade a novas ideias de caráter intimista que foram ganhando espaço e que só puderam ocorrer diante de uma conjuntura político-científica que acolhesse o saber produzido (FEYERABEND, 2007)¹⁵. Neste sentido é que Donzelot faz sua crítica à impressionante adequação da psicanálise à concepção que ele constitui do social apresentada no capítulo anterior, justamente porque ela colocaria sua teoria e seus problemas nos termos de uma flutuação que vai do público ao privado, embotando suas fronteiras. Diz o autor que a teoria analítica, articulando a análise e o entendimento dos sintomas subjetivos às situações sociais e especialmente familiares, promoveria este entrelaçamento, o que lhe proporcionaria uma conquista ainda maior de seu domínio num tempo em que a solução para um problema social urgia ser encontrada (DONZELOT, 1986). Diante do fracasso das respostas da psiquiatria, que impunha definições e resultados muito rígidos e que iam do diagnóstico do sujeito doente, e assim tratável, ao sujeito não doente que, responsável, agia por escolha própria e era tomado como irremediável, foi a psicanálise, com suas concepções de desenvolvimento, de formação edipiana e, ulteriormente, de cura analítica, que permitiu encontrar outras soluções para uma avaliação da possível mutabilidade e, se quisermos, educabilidade, especialmente em relação aos jovens.

Em relação aos valores de família e de infância, Ariès indica que há entre estas instâncias a formação de um novo entrelaçamento que não é natural, nem está presente desde suas primeiras formatações. Partindo do entendimento de que nem sempre houve tamanha afinidade entre as funções e valores da família e da infância, sabemos, no entanto, que a tomada da primeira como a maior e, quiçá, a única responsável pela criação e educação das crianças tem sua base num argumento muito recente (ARIÈS, 1981). Dessa forma,

¹⁵ Na obra “Contra o Método”, Feyerabend discute sobre a impossibilidade de que uma teoria por si só ganhe visibilidade a despeito do campo político que lhe dá lugar. Com isso, ele advoga que precisa haver um campo que legitime o aparecimento de qualquer teoria para que ela emerja, ainda que seja metodológica e cientificamente inatacável.

empreender uma investigação sobre a família moderna faz com que nos deparemos também com o nascimento do conceito de infância, ou do sentimento da infância, como coloca ARIÈS (1981), e, posteriormente, da adolescência – sustentada num lugar entendido como um limbo que separa a infância e a idade adulta (cf. CALLIGARIS, 2010). Do mesmo modo, este delineamento faz compreender como ambas as noções estão intimamente associadas com a exacerbação da educação como uma finalidade de grande prioridade, tal como hoje se nos apresenta, e como está relacionada ao valor do trabalho e do ser produtivo.

ARIÈS (1981) põe os conceitos de família, de infância e mesmo de educação em termos de um sentimento moderno que foi ganhando sentido em uma conjuntura histórica que lhe dava lugar. Ainda que a família já pudesse existir enquanto realidade anteriormente, ela ainda não trazia em si os valores que passaram a associá-la ao sentimento da infância. Foi preciso que se desenvolvesse uma sensibilidade moderna (cf. SENNETT, 2001) que articulasse a vida da criança, enquanto digna de atenção e cuidados, à família e à educação que esta deveria lhe dar; antes não havia qualquer entrelaçamento necessário entre a vida da criança e a vida da família, entre o sentimento amoroso e a preocupação moral quanto à educação da criança. Ao tempo em que as crianças iam se distinguindo dos adultos, elas eram cobertas por um sentimento que lhes tomava como puras e inocentes. Desde então, às crianças eram dirigidos esforços pedagógicos, assim como às suas famílias, o que contribuiu com a associação que se formulou entre infância e família, assim como de ambos com uma educação necessária que tratasse de desenvolver o caráter e a razão das crianças, numa clara preocupação moral que passou a ser dirigida a elas (ARIÈS, 1981).

Ariès ainda indica que embora faltasse um lugar reservado à criança no século XII, ela iria ganhar diversas representações ao longo dos próximos séculos, e ganha alguma importância apenas no século XVII, quando, nas pinturas, as famílias eram representadas à sua volta, de acordo com o autor, devido à cristianização dos costumes. Até então, a criança tinha o aspecto fugaz e desimportante, especialmente pelo alto índice de mortalidade infantil, fazendo com que raramente fossem tomadas como parte da família. Essa reforma cristã das famílias foi também a que produziu a moralização das crianças, ainda em meados do século XV, quando elas ainda não tinham o valor que iriam ganhar dois séculos adiante. Já foi aí que o entendimento de uma “inocência infantil” ganhou força, produzindo uma série de procedimentos a serem tomados diante dos infantes e um grande arsenal literário sobre o cuidado pedagógico a ser direcionado a eles. A concepção moral diante da infância passou a tomá-la como fraca, adjetivo que indicava sua falta de razão, e como pura; tudo isso colocava a educação em primeiro plano. Nas palavras de Ariès: “O sentido da inocência infantil

resultou, portanto, numa dupla atitude moral com relação à infância: preservá-la da sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada – quando não aprovada – entre os adultos; e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão” (ARIÈS, 1981, p.146).

Cabe demarcar aqui outra subversão freudiana: diante da interposição da noção de sexualidade infantil, em contraposição às concepções que impunham à criança esta ingenuidade que não lhe era natural, Freud fazia colocar em questão um suposto aparecimento do interesse e do prazer sexual não apenas na puberdade, dotando assim o infante, e mesmo o bebê, de um interesse sexual que lhe era negado até então (FREUD, 1996f).

Richard Sennett advoga que passa a existir, no mundo moderno, uma nova *sensibilidade*. Esta implica não apenas na produção de novos sentimentos e valores em relação ao mundo que estava colocado, mas na transformação do próprio mundo que se via e que se tinha. Chama a atenção no texto de Sennett certa interiorização; o desenvolvimento de uma sensibilidade ao que é íntimo e subjetivo, do registro privado (SENNETT, 2001). Tal desenvolvimento é capaz de engendrar uma nova sensibilidade que se desligue do âmbito público, das relações com o lado exterior do domicílio privado da família, esta comumente atribuída à psicanálise. Ao tomarmos novamente a indicação de Donzelot, no entanto, vemos que ela não segue no sentido da interiorização dos saberes e sentimentos, mas naquele da fragilização de sua distinção, numa turvação da separação entre eles (DONZELOT, 1986).

É este novo foco de atenção para o espaço privado, para os relacionamentos dentro de um domicílio particular e, em última instância, para os sentimentos pertinentes a cada indivíduo que sobressai, junto à concepção do trabalho social, dentre os valores que vemos surgir na retomada das falas da política pública aqui estudada. Este destaque se impõe especialmente pelo papel empreendido por quem faz a pesquisa: uma psicóloga a quem é demandada a compreensão destes fenômenos subjetivos, a interpretação dos elementos idiossincráticos de cada um e, por fim, a solução social destes problemas de ordem mais íntima e quiçá neste âmbito mais íntimo¹⁶.

BULCÃO (2006) mostra como no Brasil esta sensibilidade interiorizada e subjetiva se associou com a emergência de uma questão social que se fez notar na Era Vargas. Conhecido por suas conquistas em prol dos direitos do povo, especialmente na concessão de novos direitos à classe trabalhadora, esse período precisa ser destacado por ter propiciado, ou por ter sido invadido pelos novos valores de produtividade, de educação como solução para o futuro e do papel da moral familiar como garantidora e mantenedora da ordem. A autora desenvolve

¹⁶ Tal atribuição do psicólogo não estaria nada distante das prerrogativas teóricas do controle social (sociedade de controle de Deleuze e mecanismo de segurança de Foucault) discutidas no capítulo anterior.

em seus escritos como a infância, a educação e o trabalho foram se articulando até o ponto em que passaram a ser tomadas como exigências inevitáveis e antigas, então naturalizadas. É assim que seus capítulos indicam sempre o ideal forjado de que se tomem as crianças como o futuro da nação e de que se cuide das famílias e da educação para que o futuro das crianças e, deste modo, o da pátria, seja preservado. Sobre a família, indica que

(...) passou a ser considerada instância privilegiada para a interiorização de um modo de vida afinado com o conjunto de valores e atitudes requeridos pela nova ordem social, tendo em vista que através dela se reproduzem papéis e funções sociais. (BULCÃO, 2006, p. 100)

A educação, cujo poder era o de moldar a sociedade e garantir um futuro mais promissor à nação ufanista de então, também ganhou grande ênfase e importância. Surgia, assim, a Liga contra o Analfabetismo, o engrandecimento de lemas tais quais o que pregava Escola para Todos, a nova preocupação com a otimização do ensino e o desenvolvimento de novas técnicas pedagógicas, estas assumindo cada vez mais um caráter psicológico, tomando características subjetivas dos alunos e tendo como referência categorias mentais, para referir e melhorar os resultados:

O escolanovismo coloca a criança como centro do processo ensino-aprendizagem ao propor uma aprendizagem ativa, onde a criança, com seus interesses, necessidades e capacidades individuais, deve ser respeitada, por ser o principal fim da educação. Um de seus efeitos foi abrir caminho para a psicologização dos temas pedagógicos, pois de uma maneira geral, atribui grande importância ao estudo e ao conhecimento das características “intrínsecas” ao processo de aprendizagem: percepção, inteligência, capacidade, interesse e destreza. (BULCÃO, 2006, p. 110).

Junto a essas questões aparece o problema do trabalho e da empregabilidade, associando-o cada vez mais ao problema da educação. O sistema de ensino profissionalizante, e a ênfase dada à sua importância dentre as classes sociais mais pobres, têm seu início neste momento, diante da industrialização crescente e da demanda por mão-de-obra barata e qualificada. Bulcão aponta, contudo, que esta oferta não cabia aos filhos da classe média que continuavam nas escolas secundárias, mantendo “o sonho da ascensão social de modo individual” (BULCÃO, 2006, p.113).

O CUIDADO À INFÂNCIA

Em 1905, num trabalho sobre a sexualidade infantil, Freud se contrapunha à ênfase em uma explicação puramente biológica dos processos de desenvolvimento humano e tomava o problema por um viés psicológico. Ele indicava, assim, uma nova discussão entre o que seria de fato constitutivo ao aparelho psíquico em relação às experiências prévias de um indivíduo. Em seu esforço pela mudança de algumas perspectivas teóricas que dominavam o campo científico até então, como os conceitos de degenerescência de *Kraft Ebbing* e o princípio biológico da hereditariedade para explicar diversos fenômenos, foi que o autor passou a advogar em prol de uma pré-história do ser humano que passava despercebida até então: a sua infância (FREUD, 1996f). Dizia ele que, em detrimento de uma moral civilizada – ele escreveu nestes termos em 1908 – os adultos esqueciam (recalcavam) lembranças sobre seu passado infantil e as encobriam com novas lembranças das quais estavam extraídas todo seu caráter sexual e que nem sequer eram vistas como válidas na formação do adulto (FREUD, 1996f).

A dificuldade de se remeter ao material de sua infância e mesmo de estudar sobre ela atravessaria, dessa forma, a problemática do mecanismo inconsciente do recalque. No segundo dos seus três ensaios, FREUD (1996f) aponta que só há duas formas de estudar a infância: a partir da perspectiva da lembrança do adulto sobre sua infância, o que emperra em todas essas resistências e esquecimentos, ou a partir da observação das crianças que, devido às mesmas resistências, produz diversos mal-entendidos, já que haveria no desenvolvimento da criança forças anímicas que se interpõem em forma de diques, quais sejam o asco, o sentimento de vergonha, a existência de ideais estéticos e morais, o que atrapalharia a compreensão da dinâmica dos investimentos pulsionais da criança em relação a seus objetos e de como se daria o estabelecimento dos papéis a serem assumidos posteriormente.

Freud defende que o inconsciente é infantil. Sugere esta conclusão a partir da observação dos neuróticos em sua clínica, em quem os traços e estados infantis são preservados na neurose sob o mecanismo do recalque (FREUD, 1996f). Com isso, preserva-se também certa contemporaneidade que faz com que as situações trazidas em análise, ao remeterem a algum elemento inconsciente que pertença à infância, provoquem a atualização do mesmo sentimento, dando à neurose um caráter infantil e regressivo (FREUD, 1996d). Em *Totem e Tabu*, de 1912, ao transpor o saber clínico da psicanálise para a análise que empreende acerca da história das civilizações e das religiões, Freud indica que da mesma forma acontece com a história do povo: nela, todas as formas anteriores de organização são

mantidas intactas na história inconsciente daquele povo (FREUD, 1996m). Um indivíduo que passou por uma série de investimentos erógenos, tendo constituído diversas identificações com os objetos externos e submetido seu narcisismo, seus pensamentos e sentimentos ao recalque, permanece, no entanto, com estes traços intactos, como se fossem monumentos erigidos em seu inconsciente, bastando para seu aparecimento e descoberta, a presença de um elemento posterior que faça emergi-los, seja sintomaticamente ou pela via da análise e de sua elaboração (FREUD, 1996d). É assim que tudo o que remete àquilo que foi afastado da consciência costuma gerar os sentimentos mais desagradáveis, fazendo transparecer em sua emergência o caráter infantil que cada um preserva em si.

Faz-se necessário demarcar, neste ponto, que Freud aponta para uma qualidade do infante enquanto perverso polimorfo. Isso consiste em dizer que nele ainda não foram levantados aqueles diques, tornando-os muito propensos às transgressões, já que ainda não lhes impõem qualquer resistência (FREUD, 1996f). Assim, a criança exibiria em si os germes de todas as perversões, ainda que as pulsões só emergjam nela com intensidade moderada. Este é o mote a partir do qual Freud afirma que “os neuróticos preservaram o estado infantil de sua sexualidade ou foram retransportados para ele” (FREUD, 1996f, p.180), muito embora o façam de forma reativa. Não nos causa espanto, deste modo, que seja tão comum o imperativo de controle da criança – esta que não apenas carrega o tal germe da perversão a ser evitada a qualquer custo pela civilização, mas que principalmente carrega em si o elemento que foi posteriormente recalado na neurose como um todo, produzindo desconforto e incômodo aos que já realizaram o recalque inevitável (cf. FREUD, 2010f).

Junte-se a isso o caráter de desamparo que possui a figura da criança. Freud defende, desde o *Projeto de 1895*, que faz parte da qualidade primeira do bebê seu desamparo. Ele explica que é pela via dessa dependência inevitável dos cuidadores que ele, o bebê, desenvolve seus primeiros vínculos e faz seus investimentos em objetos exteriores a si. Além dessa consequência, o caráter de desamparo é que dispara a necessidade da criança de colocar em palavras suas demandas, passando a dispor de outros, seus primeiros objetos, na conquista de suas vontades (FREUD, 1996b).

SOARES et al. (2010), indicam, apoiados em Lacan, como o desamparo constitutivo de qualquer sujeito vai além de sua dependência motora. A condição humana de desamparo estaria mais em sua condição de ser desejante cujos desejos não poderão jamais ser completamente satisfeitos. Nos *três ensaios*, ao indicar a fragmentação da sexualidade infantil, baseada em pulsões parciais que serão unidas posteriormente no primado da zona genital, Freud indica que a busca pelo prazer sexual se apoia em ações ligadas, inicialmente, a

funções somáticas vitais, como a fome, por exemplo, que leva o bebê ao seio, ativando a zona erógena oral. Assim, a pulsão por apoio buscaria um prazer que foi originado em uma necessidade biológica, e que a liga inevitavelmente a um objeto externo, digno de investimento – antes visto como parte de si mesmo e posteriormente se destacando de si pelo jogo inevitável de presenças e ausências desse objeto. É esse jogo que, finalmente, o obriga a se conformar com a realidade de que a mãe não é parte de si, assim como a de que ele não é o único objeto de amor da mãe, a quem pertence o seio que ele busca. O sucesso de sua distinção é que o define como um “eu” e o faz investir libidinalmente em outros objetos, ou melhor, na representação que passa a ter deles (FREUD, 1996f).

É em *Instintos e seus destinos*, um de seus ensaios metapsicológicos, que Freud indica que houve no desenvolvimento do sujeito um tempo em que ele não se diferenciava do resto do mundo; o momento seguinte foi aquele em que se identificava com tudo o que sentia como prazeroso – daí o Eu-de-prazer – e tomava o mundo externo com tudo o que lhe era indiferente ou desprazeroso; desta forma, inclusive, uma parte de seu Eu é segregada, percebida como inimiga. Sobre isso, ele diz: “o exterior, o objeto, o odiado seriam sempre idênticos no início. Se depois o objeto se revela fonte de prazer, ele será amado, mas também incorporado ao Eu, de modo que para o Eu-prazer purificado o objeto coincide novamente com o alheio e odiado.” Mais adiante continua: “inversamente, quando o objeto é fonte de sensações desprazerosas, há uma tendência que se esforça por aumentar a distância entre ele e o Eu, repetir a original tentativa de fuga face ao mundo externo emissor de estímulos.” (FREUD, 2010c, p. 76).

É a partir desse raciocínio, e nesse mesmo ensaio, que Freud afirma que os modelos da relação de ódio provêm da luta do Eu pela sua autoconservação e afirmação, e não da vida sexual. Assim é que estas disputas acabam por incidir numa ameaça ao narcisismo que, ao se proteger, faz direcionar sentimentos hostis e violentos sobre o mundo externo que, similarmente à época do Eu-de-prazer, não lhe pertence. Em *Psicologia das massas e análise do Eu*, Freud entra em detalhes nessa elaboração. Ali, ao apontar as formações de grupos ou a constituição, ainda que por vezes desordenada, das massas, mostra como estão implicadas no conceito de ambivalência afetiva, em cujas consequências temos o investimento afetivo e a formação de laços pela via da identificação e das pulsões de vida e o escoamento da hostilidade pela via do estabelecimento daqueles que não fazem parte do grupo de identificação – da irmandade – e das pulsões de morte, fragmentadoras (FREUD, 2010g).

Interessante é notar como a criança vai ser tomada como uma extensão dos bebês e preservam, ao menos em nosso mundo, a qualidade de desamparadas, de carentes de cuidado

e atenção. Independentemente da assunção de suas fases de desenvolvimento, sejam as psicosssexuais freudianas, as psicossociais piagetianas ou qualquer outra que o valha, o objetivo final da realização do ser produtivo moderno parece dominar o novo estabelecimento do desenvolvimento: só se torna completo (adulto) aquele que produz e se sustenta financeiramente, daí o objetivo tão premente da autonomia, colado à educação e ao trabalho.

Assim é que os adolescentes acolhidos no serviço da política pública em questão assumem o valor do desamparo por diversos lados: a condição infantil, a improdutividade e a impossibilidade de prover seu auto sustento; a isso é forçosamente aditado um novo valor que compõe a figura adolescente, qual seja o da sua incapacidade de saber hoje o que é melhor para si no futuro (este valor está subjacente às práticas e associado a uma noção moral e generalizada acerca da adolescência).

É a partir do entendimento desta noção de desamparo que SOARES ET AL., (2010) indicam, para além do desamparo constitutivo presente em cada sujeito, que num equipamento de assistência social se enfrentam situações de privação nas quais àquelas pessoas são atribuídos lugares marginais, constituindo assim um desamparo também social. Thomas Szasz adverte sobre o perigo que o cuidado a esses grupos e sujeitos oferece, no sentido de incorreremos sempre no risco de nos compadecermos deste seu desamparo e, não sem indulgência e até mesmo violência, adotarmos uma postura paternalista e impormos uma ajuda que não é solicitada (SZASZ, 1994). Os primeiros autores mostram um desses riscos, diante da perspectiva analítica: eles atestam que é comum que esses sujeitos que procuram os espaços de assistência social, pela história de violência e de marginalização, cheguem a eles sem conseguir fazer uma demanda explícita acerca do seu sofrimento; diante disso, a sugestão dada é a de que o psicólogo assuma uma postura ativa, emprestando seu desejo ao usuário para que sua força desejante, até então aplacada e amortecida pelas condições sociais e marginais de sua vida, ganhe força novamente (SOARES ET AL., 2010). O perigo que apontamos aqui é apenas um: o de que, no auge do nosso narcisismo e no emaranhado dos nossos sentimentos, percamos de vista o que é da ordem do empréstimo e o que é demanda do sujeito; esta que, diante de nossa suposição de sua impossibilidade em fazê-la, pode acabar sendo impedida de emergir.

A pessoa carente de cuidados é, deste modo, a mesma pessoa a quem falta autonomia para tomar (boas) decisões e para agir (corretamente) em prol delas. É curioso notar que a leitura da psicanálise aponta um caminho contrário. Se tomarmos, como Lacan, o desamparo como o disparador de uma falta que produzirá, no futuro, infindáveis e inalcançáveis desejos,

temos que a possibilidade mesma do desejar só se dá na medida do desamparo – que, aliás, é generalizado e pela constituição mesma do sujeito, faz parte de todos nós.

O que está colocado neste tópico é menos a noção de infância, de família e de desenvolvimento em si mesmas do que a apropriação que se pode fazer delas. Considerando que já aceitamos a premissa de que esse sentimento moderno está presente em nossas vidas, perguntamos agora sobre a possibilidade de positivação do desamparo humano, seja na forma daquelas noções ou não. Partindo de uma leitura que veja tão somente vulnerabilidade, que cobra proteção e garanta o controle, seria possível então atravessarmos para a outra margem onde há desejo e ímpeto, onde se possa dar lugar a uma força motor que busca incessantemente algo? Desta forma, poderíamos até mesmo apostar na positivação do trauma fragmentador em seu caráter contrariamente propulsor.

DESENVOLVIMENTO E EDUCABILIDADE

No início de seu primeiro ensaio acerca da sexualidade infantil, bem de acordo com a história traçada por Ariès, Freud concebe o entendimento popular acerca da questão da sexualidade infantil como uma imagem infiel do que ela realmente consiste. Diz ele que as pessoas geralmente acreditam que “ela está ausente na infância, far-se-ia sentir na época e em conexão com o processo de maturação da puberdade, seria exteriorizada nas manifestações de atração irresistível que um sexo exerce sobre o outro, e seu objetivo seria a união sexual, ou pelo menos os atos que levassem nessa direção.” (FREUD, 1996f, p. 128). A defesa de Freud – que lhe fez angariar muita resistência perante sua psicanálise – era a de que os processos anímicos eram mobilizados pelas qualidades e intensidades dos investimentos sexuais. Assim, as crianças também seriam dotadas de sexualidade, e esta estabeleceria em parte os destinos de seu desenvolvimento, sempre levando em conta os papéis desempenhados pelos objetos de sua vida, com prioridade à compreensão do papel da família nuclear.

É fato que, ao estabelecer o percurso previsto para o desenvolvimento, Freud não se distanciava da crítica sobre a formulação de uma série de momentos pelos quais cada criança deveria passar (aliás, pelos quais cada criança necessariamente passaria) e em cujos desvios se identificaria a formação de uma patologia ou, se quisermos, de uma perversão. O marcante, a respeito destes estágios, é que eles não delimitam um caminho linear para o desenvolvimento saudável, mas explicitam as diversas possibilidades de desvio, turvando novamente a

distinção entre o que seria normal ou não¹⁷. É tanto que, num dado momento, Freud precisa assumir que há em todas as formações do inconsciente que se constituem a partir de conflitos entre representações e afetos recalçados que se esforçam em emergir na consciência e uma força contrária, as resistências, que impede tal emergência (FREUD, 1996e).

Mais do que isso, os estágios elaborados por Freud servem a um estudo sobre os processos anímicos que darão andamento ao funcionamento psíquico dos sujeitos desde o nascimento à morte, estabelecendo uma concepção de história – que é a que tomamos como referência neste trabalho – em que todas as fases pelas quais passamos vão deixando um rastro e produzindo valores, identificações e investimentos que são retomados, constantemente, na vida anímica de cada pessoa.

Assim, há de fato uma proposição da infância enquanto um período em que as mudanças vão se processar, desde as identificações, às escolhas de objeto até a formação de uma personalidade. Por este caminho é que o autor parece corroborar – e de fato acaba colaborando – com o valor disseminado sobre a existência de uma fase propícia ao aprendizado moral na infância – a latência – a qual traz em si a constituição que possibilita o aparecimento dos diques morais, tendo na educação e nas possibilidades de sublimação das atividades intelectuais e artísticas seu grande suporte para a civilização de uma criança (FREUD, 1996f).

Na legislação, nos planos e nas práticas dos que trabalham com a infância, é a noção de desenvolvimento que garante a possibilidade de mudança e, assim, a fundação do trabalho que ali se constitui. O sucesso dessa empreitada está condicionado à educabilidade daqueles que, tomados em seu caráter de formação, ainda podem ser modelados pelos adultos que se esforçam em ensinar-lhes o caminho da autonomia, embora às vezes isso seja feito de forma contraditoriamente tutelada. Esse entendimento, que atravessa os valores modernos e contemporâneos, conquanto creditem as maiores possibilidades à criança, são reticentes quando se tratam de adolescentes, pois que estes devem estar no limiar de sua flexibilidade e, conforme se ouve dizer, em uma transição que já o coloca quase na idade adulta, reduzindo suas possibilidades de mudança. Fato consumado torna-se a ideia de que uma criança passa necessariamente por um desenvolvimento retilíneo até alcançar a vida adulta e que no caminho deste desenvolvimento está, inevitavelmente, a adolescência. Num esforço de compreensão deste período, instauram-se dados e explicações para os comportamentos

¹⁷ O caminho desse desenvolvimento pode ser descrito como uma série de pequenas perversões figuradas em pulsões parciais que, ao fim, se reúnem na genitalidade (FREUD, 1996f). Assim, jamais a sexualidade sai do campo perverso.

encontrados e são buscadas soluções para lidar com as problemáticas específicas de cada uma das etapas preestabelecidas.

Assim é que um adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas sempre repete, como se cantasse um mantra, que a vida que leva hoje é só uma fase, que tudo mudará quando, ao fazer 18 anos, puder finalmente trabalhar.

*

Um adolescente acabou de completar 18 anos e se depara com a dificuldade em fazer cumprir seu mantra. Quando ainda contava seus 17 anos, garantia a quem fosse que bastava completar a maioridade para que sua vida mudasse. Tomava como modelo de identificação, naquele momento, o irmão com quem costumava “aprontar” junto e que hoje tem um emprego formal e recebe seu salário honesto ao final do mês. Ao se aproximar da sua maioridade, mais clara ficava sua angústia – e por vezes até deleite – de não se imaginar distante daquela vida: havia muitos fantasmas do passado que não o permitiriam se livrar da tal “vida lôka”, como os adolescentes costumam chamar sua vida infracional; há dívidas, há culpa, há luto, há sede de vingança, há impedimentos reais de circulação em territórios específicos da cidade. Na passagem do seu aniversário estava detido e já não estava tão certo da mudança instantânea: nem se conseguiria, nem se gostaria que esta mudança se processasse em sua vida.

*

Diante da ideia da adolescência como uma “fase”, da prerrogativa do impedimento do trabalho infantil, do entendimento um tanto difundido de que quando um adolescente “apronta” não “dá em nada”, estabelece-se uma perspectiva e uma expectativa de que a mudança está se processando, bastando apenas esperar o tempo certo (a maioridade penal) para finalmente deixar a “vida do crime” e adentrar e assumir a vida de adulto honesto e trabalhador, fantasia esta dificilmente realizável.

É essa noção de desenvolvimento que em nossa legislação garante o descolamento dos valores de delinquência e de vagabundagem das figuras das crianças e adolescentes. Embora eles possam agir como delinquentes, assumir como característica mais importante a “condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”, tal qual é feito no 6º artigo do ECA (BRASIL, 1990) lhes garante o investimento de trabalho – educativo e moral – para, por sua vez, tentar garantir suas mudanças de perspectivas e de comportamento.

SOBRE A IMPUTABILIDADE: RESPONSABILIDADE E CULPA

A primeira premissa associada à passagem da infância à adolescência posta no ECA e, assim, à passagem da imposição exclusiva de medidas protetivas¹⁸ para medidas socioeducativas, respectivamente, é a imputação de sua responsabilidade em relação ao ato cometido; antes, a proposta é que se faça entender sobre as consequências dos seus atos. O curioso aqui é que, apesar da distinção, a imputação da medida serve também ao intuito de protegê-lo, já que o pressuposto que seguimos – conforme indicamos no primeiro capítulo – é o da Proteção Social Especial. Aquilo que poderia figurar como uma zona de análise muito mais ampla – nas palavras de M.D. Magno, uma zona franjal (cf. MAGNO, 2003) – acaba ganhando o teor de uma contradição insolúvel, já que limitamo-nos a lidar com dois focos¹⁹ que acabam parecendo não ser de forma alguma interseccionáveis: o cometimento do ato infracional (e a responsabilidade a ele imputada) e a proteção devida àquele cujos direitos vêm sendo violados e precisam, por isso, ser garantidos.

Magno, em seu texto denominado *O putativo*, declara em letras garrafais que toda imputação é putativa e com isso quer dizer que toda atribuição de responsabilidade parece verdadeira, mas não é. Para garantir seu argumento, o autor indica na mesma página que “precisaríamos com-putar todas as formações em jogo, e não só as focais, para poder im-putar alguma coisa a alguém, o que é impossível.” (MAGNO, 2003, p.422). Deste ponto, advoga que, sendo impossível demarcar toda a zona franjal do indivíduo – tal tentativa, alega, nos levaria ao mesmo abismo ao qual leva o umbigo do sonho na interpretação desse (cf. FREUD, 1996d) – torna-se impossível, do mesmo modo, atribuir responsabilidade a quem quer que seja. Desta forma é que a questão da responsabilidade faz supor a possibilidade de liberdade e não o contrário: não seria, afinal, a liberdade a impor o valor da imputabilidade, mas a possibilidade de imputabilidade é que daria suporte à existência de liberdade; assim, estar

¹⁸ As medidas de proteção estão estipuladas, na lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (ECA), no capítulo II do título II, e vão do artigo 99 ao 102, às crianças, de idade até os 12 anos incompletos, são impostas tais medidas, ainda que cometam algum ato que se configuraria, a partir dos 12 anos, como atos infracionais. É a partir do artigo 103 ao 128 que estão previstos os institutos do ato infracional e das medidas socioeducativas, direcionadas apenas aos adolescentes (embora as medidas de proteção também sejam aplicadas a eles), sob o pressuposto de que a partir da idade dos 12 anos completos eles devem ser responsabilizados pelos seus atos, embora sob o requisito de serem tomados ainda como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

¹⁹ O conceito de foco também é de M.D. Magno e está articulado ao conceito de franja. Eles dizem sobre a inevitabilidade de que sejam tomados os problemas de maneira a perder de vista uma totalidade de determinações implicadas em uma dada situação. Quando tomamos a zona focal, ou seja, um foco, apenas alguns elementos permanecem em nossa lente e perde-se de vista, deste modo, toda uma zona franjal, um entorno e um contexto que envolvem a situação (MAGNO, 2003).

livre implicaria em grande responsabilidade, tornando-nos imputáveis pelas más decisões (MAGNO, 2003).

É aqui que a suposição de responsabilização do adolescente encontra seu lugar: a medida socioeducativa em meio aberto – entendida como prioritária pelo ECA²⁰ em contraposição aos códigos que lhe antecederam – exige do jovem, antes, sua responsabilidade, seja para assumir as consequências dos seus atos, seja para que tome uma decisão mais acertada numa próxima vez. É certo que suas mães não concordariam plenamente com essa afirmação, afinal, a imputação da culpa (que vai além da responsabilidade) também é sua, pelo seu papel pressuposto.

O que a psicanálise nos diz sobre a suposição da culpa de alguém vai muito além do problema que imediatamente nos encontra, o de que tendemos a ignorar um contexto maior a fim de imputar qualquer responsabilidade. A concepção de uma instância como o inconsciente, que, com sua lógica própria, domina nossos comportamentos, fantasias e pensamentos, embaralha toda essa questão. Não é incomum que nos deparemos com sentimentos ambivalentes: de orgulho e culpa a respeito do *status* de criminoso, de amor (ou admiração) e ódio por figuras de poder legítimas ou ilegítimas (aqui no sentido de legalidade), de arrependimento pelo ato feito e de uma compulsão em cometê-lo mais vezes, por exemplo.

*

Um jovem que deve contar hoje com seus 20 anos – e pela última notícia que tivemos, estava detido em uma penitenciária do estado – cumpriu medida socioeducativa em nosso equipamento. Com uma demanda de escuta incessante, falava sofrivelmente sobre o mal que causava aos seus avós (seu pai e sua mãe, em suas palavras) ao fazê-los conviver com seu vício de crack e com seus atos infracionais. Assim, pedia ajuda – isso acontecia em um dia; em outro dia, às vezes na mesma semana, chegava bradando aos sete ventos que sonhava em ser traficante e que se fosse preso por isso logo daria seu jeito de ser solto. Admirava a vida e as figuras do crime, mas lhe doía profundamente não ter uma vida comum e responsabilizava um sistema abstrato e maior por impedi-lo o acesso a essa vida; dizia desejar matar quantos policiais fosse possível, mas amava inconscientemente seu pai – policial militar – que o abandonou ainda pequeno, chegando a questionar, por algumas vezes, se poderia tornar-se um dia policial após o cometimento do ato pelo qual estava “pagando” e que ficaria

²⁰ No art. 21 do ECA que versa sobre a medida de internação consta: “A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.”(BRASIL, 1990)

marcado em sua vida, e garantia, antes que alguém pudesse se confundir, que aquela era apenas uma pergunta hipotética.

*

Como lidamos, portanto, com a imputação de responsabilidade diante de um emaranhado de sentimentos aparentemente destoantes? Há quem acredite dever investir no viés da culpa, fazê-la transbordar, fazê-la, enfim, crescer ao ponto de superpor o “eu” mau, que odeia, que quer matar, mas já chegamos longe o suficiente para sabermos que tal medida não tem eficiência diante da lógica inconsciente e dos investimentos sexuais e agressivos que lhe tomam parte. Não nos deixa mentir, desta forma, a tese freudiana bastante controversa e, por isso mesmo, muito interessante, acerca da figura do criminoso por um sentimento de culpa. Em ensaio denominado *Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica*, FREUD (2010d) tenta dar conta de alguns complicadores com que se depara na sua clínica: os pacientes cuja “neurose ligava-se a uma vivência ou um sofrimento que haviam tido nos primeiros anos da infância, do qual sabiam ser inocentes e que podiam considerar uma injusta desvantagem para a sua pessoa” (FREUD, 2010d, p. 256). Diz o autor que é em busca de uma compensação para aquela situação que seus conflitos neuróticos ganham força, tornando o sujeito em uma exceção, permitindo-o, portanto, ser inescrupuloso e injusto com os outros. A confusão aumenta quando o autor indica, ao contrário das expectativas da sua clínica, que esses pacientes não adoecem diante de uma frustração a eles imposta, mas diante da realização de um desejo profundamente arraigado a partir da qual surgem sintomas que lhe fazem pôr fim à sua fruição; afirma ainda que um desejo constituído na fantasia, quando se aproxima de sua realização, recebe logo a oposição do Eu, temeroso de que aquela se torne realidade (FREUD, 2010d).

A terceira parte desta série, no entanto, é que mais nos interessa. A sessão denominada *Os criminosos por sentimento de culpa* indica em seu argumento principal que ao reconhecer o cometimento de crimes por pacientes em análise, o autor entendia que este se ligava a um “alívio psíquico para o malfeitor” e alega: “Ele sofria de uma opressiva consciência de culpa, de origem desconhecida, e após cometer um delito essa pressão diminuía.” (FREUD, 2010d, p. 284). O argumento de Freud é o de que havia anteriormente um sentimento de culpa maior que ele aponta como sendo relativo ao desejo edipiano inconsciente de matar o pai e ter relações com a mãe – diante, portanto, de crimes de tamanha gravidade, conclui o autor, os crimes cometidos posteriormente para fixar o sentimento de culpa que até então desconhecia seu objeto, constituiriam em alívio para os atormentados.

Independentemente da concordância que possamos indicar a respeito dessa tese, tal raciocínio nos impõe dificuldades ainda maiores e o encontro com tamanhas ambivalências nos obrigam a considerá-las. O que nos interessa aqui, no entanto, é tão somente o reconhecimento de uma lógica própria ao inconsciente que nos escapa a todo instante; a assunção de que as pulsões encontram destinos inimagináveis e de que estamos constantemente impedidos de achar soluções generalizadas – simples ou complexas – para os problemas com os quais nos deparamos. Com aquela possibilidade em jogo, cai por terra a separação entre responsáveis e culpados, entre imputáveis e inimputáveis, e finalmente, entre os educáveis, responsabilizáveis e os irrecuperáveis. Partir destas dualidades – a prática já mostra – lança-nos num erro irremediável e é objeto das maiores frustrações ao fazer investir grandes expectativas em alguns jovens e acabar determinando aos outros um destino moralmente odioso. A tentativa de separação dos responsáveis que o assumem e, que apresentam, portanto, um potencial para mudança e crescimento daqueles que não têm mais jeito, encontra aqui seu fracasso. Primeiro porque não há como identificá-los, segundo porque fazê-lo seria, de qualquer modo, um exercício infrutífero.

O fracasso, portanto, está no esforço em impedir os diversos destinos – inevitáveis – da pulsão. O fracasso parece estar na tentativa de garantir uma resposta diferente desta que nem sabemos se surgirá, tirando dela seu caráter agressivo, embora por vezes testemunhemos um esforço não pela retirada desse investimento, mas pelo direcionamento dele aos próprios adolescentes, por meio de sentimentos como o de arrependimento, de responsabilidade e, principalmente, de culpa.

Em contraposição a isso, Joel Birman afirma que “(...) transgredir é a maneira pela qual a individualidade pode resistir ao imperativo da normalização e da disciplina.” (BIRMAN, 2002, p.47). Diante dessa constatação, qual seria a efetividade de lidarmos com uma prática que geralmente já é transgressiva em si mesma com mais imposição disciplinar e normalizadora? Dizemos que o é geralmente porque, como nos indica Jurandir Freire Costa, o que chamamos de delinquência também pode figurar como outro lado da moeda da pura obediência, quando implica numa reação desordenada e agressiva a um mundo cruel e impiedoso: o indivíduo marginalizado, ou, como diz o autor, “socialmente supérfluo” (COSTA, 1991, p.71), recebe, em termos de ganhos narcísicos, vantagens em função do poder que passa a ter em suas mãos. Quando é, portanto, que esta reação agressiva se constitui em uma resposta transgressiva? É possível tornar uma resposta desordenada em uma produção de

resistência e em uma tentativa de dismantelar o que está posto? Parece-nos, enfim, que este é o ponto de chegada do tal “fracasso” que viemos nomeando²¹.

*

Ao se tentar definir uma atividade externa para os adolescentes, eles brincavam e sugeriam que devíamos levá-los em casas de shows da cidade. Um dos profissionais declarou que não ia a esses lugares, já que não lhe sobrava tempo em sua rotina de trabalho e estudo. Um adolescente que então participava da atividade socioeducativa prevista no cumprimento da medida lhe perguntou: “Então é isso que vocês querem pra gente? Que a gente se acabe de trabalhar e estudar e nunca possa aproveitar o dinheiro que ganha?” E logo afirmou taxativamente que não queria aquilo pra sua vida. Como era de se esperar, tal declaração mobilizou a todos e eles começaram a confrontar o técnico como forma de resistir àquela imposição; a equipe queria responder, garantir ser aquele o melhor caminho, quando talvez nem sequer acreditasse nisso. Houve uma interrupção: foi impedido o escoamento da pulsão transgressiva, foi ignorada a questão, foi renegada a realidade ali colocada. A pulsão agressiva permaneceu. Em alguns, provavelmente como sentimento de culpa pela “bagunça” ou pela desconsideração com o profissional; em outros, como justificção para a delinquência, esta ainda desordenada, já que dali só se tirou a conclusão de que “melhor então seria roubar e traficar”, ainda que isso não destitua de fato o tal sistema de que tanto falam, esse que nos parece ser o próprio sistema normativo.

*

“Como o gesto transgressor questiona o território delineado pelas normas, a resistência que ele emprega leva à ultrapassagem de limites e a uma tentativa de traçar novas fronteiras, ou seja, há combate ante os obstáculos que a individualidade nele implica.” (BIRMAN, 2002, p.47). O que tiramos deste exemplo, ao contrário, foi a impossibilidade de transposição de limites e fronteiras diante da resposta de uma angústia moralizadora. Perguntamos: é possível identificar transgressão na prática infracional ou transmutar delinquência em transgressão? Dá para produzir transgressores e atos transgressivos com medidas socioeducativas? Há, finalmente, algum interesse na produção desta figura e de seus atos?

²¹ É interessante lembrar neste ponto da articulação que Foucault faz acerca do povo e da população e da indicação de que o primeiro é aquele que resiste à regulação e desajusta o sistema (FOUCAULT, 2008b).

MECANISMO PERVERSO E NEUROSE: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA

Falamos, no fim das contas, a partir de um âmbito institucional, e esta é a visada central de todo o problema, ainda que possa representar – e represente – uma tomada mais ampla, social e cultural destes valores e institutos insistentemente discutidos. Se a família é a responsável pela prole e garante seu ninho seguro, se a infância é a esperança do futuro, já que se supõe maleável a ser modelada pela família e pela sociedade em seu período ótimo de desenvolvimento, e assim, que a educação funcione tão bem aos propósitos morais e sociais, nada mais justo que uma política pública que está a serviço da sociedade e dos seus valores, esteja também a serviço destes ideais; nada mais lógico que elas o coloquem à frente de seus objetivos e o persigam com todos os seus instrumentos.

Diante disso, pairam ainda, especialmente, duas dúvidas: a primeira é sobre o que faz funcionar em termos práticos a colocação de tamanhos ideais na dianteira de ações operadas por profissionais sociais, pessoas cujas subjetividades inevitavelmente entrariam em jogo na execução do trabalho; a segunda é sobre o propósito mesmo da política pública, ao fazer desencadear tais ações supostamente necessárias e usar suas ferramentas com fins do atingimento destes ideais. Eles são de fato visados? Há quem acredite neste propósito?

Já apontamos para a dificuldade do entendimento e da operacionalização de um conceito como o de socioeducação; já indicamos como ele carrega valores e preconceitos históricos que acabam sendo levados adiante ao encargo da subjetividade suposta em cada profissional. Se isso ocorre diante de um conceito-base – e explícito em seu caráter de proposta na política, – o que diríamos sobre os ideais, subliminarmente colocados, emergentes tão somente em uma pesquisa insistente: como cada indivíduo promove estes ideais? Como cada um deles prescreve o caminho para atingi-lo? Assim, os objetivos, embora geralmente expostos nos documentos da política, em palavras comumente repetidas e reforçadas, apontam para lugares diversos na interpretação que pode ser feita de suas palavras, embora precisem ser compartilhados por todos os que executam a política. Diante de uma concepção ideal, nunca correspondente à realidade vista ou produzida, diante das frustrações do caminho e dos desentendimentos sobre onde se deva chegar, a pergunta que permanece entre os trabalhadores é: o trabalho que é feito pode, um dia qualquer, atingir aquele ideal?

E a resposta já está subentendida no desânimo que “volta e meia” nos acomete: *sei que não, mas mesmo assim continuamos trabalhando...* Não é de espantar que o mecanismo seja o

do desmentido²²; estamos apenas denegando um fracasso em prol da manutenção do investimento no trabalho e, ulteriormente, da saúde de cada um de nós. Mas será apenas isso? Podemos mesmo fazer vistas grossas diante da aparição do mecanismo tipicamente perverso?

O desmentido, tradução do conceito de *Verleugnung* posto em Freud, indica o mecanismo comum aos perversos; Freud o indica ao discutir o conceito de fetiche e especialmente ao tentar compreender o fetichismo enquanto operação perversa por excelência (cf. FREUD, 1996f & FREUD, 1996p). Numa nota aditada em 1910 a um dos *Ensaio sobre a sexualidade infantil*, Freud destaca o caráter de fixação da libido no objeto-fetiche que estava no caminho para a visão do órgão genital da mãe; assim, fazia sentido que o pé ou que uma peça de roupa íntima feminina ocupasse esse lugar, já que o olhar que segue à visão desses objetos havia sido proibida e recalcada (FREUD, 1996f). Mais tarde o fetiche ocuparia o lugar não simplesmente de uma fixação que antecede o objeto recalcado, mas de algo que impede a visão da não existência do órgão na mãe. Freud advoga que os meninos pressupõem a existência de um pênis também na mãe e que a visão de sua ausência lhes impõe a angústia de castração. O argumento aqui seria o de que o desmentido é um dos mecanismos para lidar com essa angústia, um mecanismo tipicamente perverso. Nele, apesar do saber acerca da inexistência do pênis, erige-se um fetiche que encubra este saber, e este é ali colocado como uma defesa da visão desagradável de uma falta (FREUD, 1996p).

Receber o adjetivo de perverso geralmente se associa com imposições morais acerca do que é considerado certo ou errado. Na história da psicanálise, conhecemos várias formulações da perversão que, embora sempre tivessem seus indicativos teóricos, acabavam – e acabam ainda – sendo colados a preconceitos que se congelam no tempo em que se escreve, o que não fica distante do contexto da formulação dos conceitos higienistas e eugênicos a que Jurandir se refere em sua obra (COSTA, 2007) ou mesmo de qualquer produção teórica que se encontra inevitavelmente num contexto política e socialmente condicionado (FEYERABEND, 2007).

Há três formas principais de representação do problema da perversão: a primeira, introduzida nos primeiros escritos de Freud (cf. FREUD, 1996f) fala de uma polimorfia perversa sexual que seria alterada no percurso do desenvolvimento, com ajuda da educação e com a passagem e admissão da castração; neste viés, a perversão estava intimamente associada com o problema sexual e era definida a partir da assunção e do desvio do objeto e do objetivo sexuais. A segunda perspectiva da perversão foi uma forma estrutural, em que se

²² A fórmula do desmentido foi forjada por Octave Mannoni como sendo a base da razão perversa e diz, no original: *Je sais bien, mais quand même....* (MAGNO, 2003).

destaca o mecanismo do desmentido, este que implica na existência do registro da castração que foi, no entanto, desmentido (FREUD, 1996p); foi essa configuração conceitual que permitiu a extensão do entendimento da perversão sexual para o campo social, forjando o conceito de perversão social e construindo novas formas de entender tal mecanismo no estabelecimento dos laços sociais. A terceira forma é a da transgressão; ao contrário das outras definições, ela trata da incidência e insistência do inconsciente, e fala, afinal, sobre a forma de perversão que, de fato, impõe riscos (cf. LACAN, 1997).

Maria Cristina POLI (2004) usa o mito de *Totem e Tabu* para mostrar a emergência do mecanismo do desmentido na instauração da cultura; ela indica como o surgimento do pai simbólico, o totem, funciona não apenas para garantir os laços sociais entre os irmãos que, por temerem o mesmo destino do pai, resolvem instaurar uma irmandade em que todos teriam que renunciar a suas pulsões narcísicas em prol da convivência com os outros, mas que erigir tal objeto de veneração funciona também como um objeto-fetice, como a constituição de um monumento que encobre a verdade violenta, embora conhecida por todos, que fez instaurar a cultura (POLI, 2004). A fundação mesma da civilização teria esse caráter desmentido da perversão, ainda que o passo seguinte, o da adesão à irmandade, esteja sustentado no recalque daquela experiência, na culpa e na neurose (cf. FREUD, 1996m). Desta forma, a constituição de um ideal que garanta simbolicamente a sobrevivência daquele que perdeu seu lugar enquanto objeto de investimento está, portanto, afim ao mecanismo perverso do desmentido: é uma forma, afinal, de lidar com o desmantelamento de uma fantasia, quando já sabe não ser ela possível de sustentar. Assim, garante a permanência de uma ilusão enquanto ideal que, embora se persiga mesmo assim, já não é possível alcançar.

Em outro caminho, embora tomando como fundo a mesma curiosidade acerca da generalidade de um mecanismo perverso associado à neurose, Calligaris indica um novo conceito: o de montagem perversa. Em sua tese, ele tenta propor uma mudança desde a proposta freudiana de que vivemos sob um sintoma social neurótico para a indicação de que vivemos, ao contrário, sob o sintoma social perverso em que a própria configuração do laço é perversa. Com isso ele dispensa a interpretação de um referencial neurótico que se ancora num suposto saber paterno – daquele mesmo pai aniquilado no complexo de Édipo e que retorna simbolicamente como supereu – e supõe que a referência ideal é, agora, compartilhada e sustentada num semblante desse saber paterno que em seu caráter de semblante surge totalizado e completo dando aos que a ele se referenciam a tranquilidade da certeza que falta aos neuróticos e cuja falta incide neles como sofrimento (CALLIGARIS, 1991).

O que Calligaris explica é que a montagem perversa é a própria saída da neurose do seu sofrimento, embora a aquisição dessa nova certeza implique em se alienar da própria subjetividade e torná-la instrumental, melhor dizendo, assumir a montagem tornando-se instrumento do Outro – deste semblante, dos ideais forçosamente compartilhados (CALLIGARIS, 1991). Nesse sentido, Jurandir Freire Costa afirma que: “pouco importa a renúncia à sua singularidade, se, na orgia burocrática, o sujeito libera-se do fardo do desejo, da falta ou da castração” (COSTA, 1991, p. 73). Esse psicanalista adota o conceito de Calligaris para empreender uma análise da psiquiatria burocrática que, como ele indica, acaba se configurando como um desenho de qualquer burocracia e ainda de um serviço público qualquer no Brasil. Jurandir aponta que o exercício burocrático insere os sujeitos numa espécie de montagem perversa, em que eles não acreditam poder agir ou pensar diferente do que o fazem devido à exigência da “máquina”. A obediência cega a ordens que emanam de Ninguém, segundo o autor, no lugar assumido pelo oprimido funciona como um recurso para dar sentido a uma existência que parece testemunhar o impossível, enquanto do lado do opressor faz com que se sinta parte de uma engrenagem muito maior, dando-lhe o sentimento de poder (COSTA, 1991).

O que, no entanto, marca o desmentido, conforme vínhamos colocando anteriormente, é que tal obediência se faz em prol da justificação de um resultado que sequer se acredita que vai ser atingido. Como se age em obediência a não-sei-que-instância, fica fácil se demitir da responsabilidade pelo fracasso do empreendimento. Diz Jurandir: “(...) o que de modo geral o burocrata “sabia”: não adianta, por mais que se faça, tudo é desprezivelmente insuficiente.” (COSTA, 1991, p. 51). Ambos os autores insistem em apontar, embora utilizem a referência do totalitarismo para indicar o mecanismo aqui exposto, que não se trata aqui de crueldade ou violência tal as que se viram naqueles regimes, mas que haveria algo como o que J.F. Costa chama de “banalidade do mal”, inscrita na disponibilidade da neurose em abrir mão da sua subjetividade em nome da montagem e da exigência do social, tendendo a reificar um “Outro”, mandatário do seu desejo e aliviando assim a carga do seu desejar (COSTA, 1991). O perigo ainda maior disso, e o que melhor aproxima este quesito daqueles regimes, aponta Calligaris, é que também o semblante tem um funcionamento necessariamente totalitário, porque ele precisa se estender: quando outros sujeitos se recusam a tornarem-se instrumentos da montagem, comprometem de forma intolerável a consistência do semblante e, por isso, ele precisa ser imposto a todos, inexoravelmente (CALLIGARIS, 1991).

Aqui parece interessante retomar POLI (2004), já que ela indica, na fetichização dos ideais, uma posição moral. O marcante em sua tese, que a faz tomar alguma distância dos

argumentos apontados acima, é que ela não pretende propor um novo estatuto para o sintoma ou para o laço social, mas indicar, a partir da obra de Freud, e nos arriscamos, a partir de seu último dualismo pulsional – pulsões de vida (Eros) e pulsões de morte – como ambos os investimentos e ambos os mecanismos (da neurose e da perversão) funcionam em conjunto para formatar a instauração da cultura e da vida em sociedade. Assim, ainda em referência ao mito de *Totem e Tabu*, a autora explica que os filhos que mataram o pai e que agora o encarnam (ao comer de sua carne) se deparam com as insígnias paternas pela via do supereu, consciência moral que implica numa culpa coletiva enquanto internalização dos impulsos agressivos (pulsões de morte) e do “ideal do eu”, que unificaria as massas, mantendo suas ligações libidinais (pulsões de vida). Assim é que a retomada do *Totem e Tabu* dá uma guinada em nossas expectativas e concepções quando, além da identificação já familiar da formação dos laços à neurose, indica que a instauração da cultura está articulada ao mecanismo perverso da formulação de um objeto-fetichê, o totem, e que ele cumpre o intuito de esconder a verdade já sabida de violência e morte que instaura a origem da civilização. Enquanto a formação dos laços se dá sob os auspícios das pulsões de vida, em sua qualidade de fazer ligações e criar unidades cada vez maiores, a instauração da cultura teria o caráter das pulsões de morte, fragmentadoras e destruidoras (POLI, 2004). Tal tese encontra ressonância em Freud quando ele afirma que essas pulsões agem conjuntamente no psiquismo desde o princípio e declara que os guardiões da vida foram, originalmente, também lacaios da morte²³ (FREUD, 2010e).

Poli ainda aponta, a partir do imperativo moral de que se deve *amar o próximo como a si mesmo* com que Freud trabalha no seu *Mal-Estar* (cf. FREUD, 2010i), que tal mandamento constrangeria as duas pulsões de uma só vez, já que, em relação a Eros, o desejo sexual só pode ser satisfeito no recorte de um objeto específico e, quanto à agressividade das pulsões de morte, que obrigar a amar o estranho, este que é historicamente o depositário de nossas hostilidades, faz bloquear a expressão às pulsões de morte, e estas, é claro, precisarão encontrar outro escoamento. A referência coletiva compartilhada a um “ideal de eu” é, portanto, a substituição deste por um objeto-fetichê; a referência a uma norma social compartilhada seria, desta forma, sempre uma recusa da morte do pai, pois que “a “normopatia” reguladora dos laços sociais representa o retorno do pai morto de forma positiva na “norma-fetichê”” (POLI, 2004, p.47). É a possibilidade unificadora do elemento perverso

²³ Nesta edição da Cia das Letras, a tradução de “lacaios” consta como “guarda-costas”(FREUD, 2010e, p.206), mas preferimos manter a primeira tradução – das edições Standard – por nos soar melhor em relação ao sentido constante nas pulsões de morte.

da cultura que permite a manutenção do enlace social diante da fragmentação imposta pela neurose e, assim, o argumento moral revelaria, ao mesmo tempo, o objeto que nele se esconde, qual seja “a falta de um suporte último que assegure ao sujeito o sentido de sua existência.” (POLI, 2004, p.51). E assim, talvez possamos dizer, é ela que permite que se prossiga com o investimento libidinal, ainda que seja num trabalho cuja meta sempre nos escapa.

Ao adicionar a esta explicação feita a partir do conceito estrutural de perversão o conceito primeiro de Freud (aquele relativo à polimorfia sexual), Poli indica que a neurose e a perversão estão inscritas no aparelho psíquico como posições subjetivas distintas, o que pode equivaler à distinção tópica de seus lugares na consciência e no inconsciente. Bem de acordo com aquele primeiro momento em que Freud introduzia o perverso-polimorfo, extrai-se que a perversão é primeira em relação à neurose, já que, durante o desenvolvimento e com ajuda da educação, ela vai sendo recalcada e permanece presente no inconsciente (POLI, 2004). É assim que Freud vai indicar que “a neurose é o negativo da perversão” (FREUD, 1996f, p.157) já que o que a última realiza de fato, só se realiza na primeira em fantasia. Isso é de extrema importância em nossa análise, primeiro por indicar a permanência dos dois institutos, ainda que topicamente destacados, e segundo, e mais importante, porque a adoção tão fácil de uma montagem perversa nos parece implicada nesta fantasia, presente nos neuróticos e associada ao seu narcisismo e polimorfia abandonados ao inconsciente, de que os perversos é que sabem gozar, ou em outros termos, que os perversos é que sabem ser felizes.

Desta forma, o entendimento de uma montagem perversa assumida por neuróticos não está distante do incômodo – também tão comum e diretamente ligado às práticas moralistas – ao estranho, àquele que parece figurar em si o que o neurótico precisou transpor topicamente (recalcar) para o inconsciente de forma a não vê-lo. A diferença é que assumir uma montagem em que somos instrumentos de um ente maior, do Estado, da máquina estatal, não só parece mais conveniente e menos incômodo, como, principalmente, devolve-nos a arma – a agressividade que fomos impelidos a abandonar ou a voltar contra nós mesmos na produção da instância superegoica – para que possamos lutar, enfim, contra os supostos males do mundo: ainda que saibamos que este ideal de correção esconda um buraco muito maior o qual nunca poderemos tamponar, mas mesmo assim...

No entanto, a coisa não precisa soar tão perversa (no sentido mais popular da palavra). É preciso, enfim, gastar uma linha ou duas para um esclarecimento sobre a relação entre as categorias e mecanismos aqui expostos e o trabalho que se faz na política pública que está em questão ao longo de todo esse trabalho. É mister, primeiramente, retirar a identificação de

qualquer corpo técnico ou grupo de pessoas com o adjetivo ou com a categoria estrutural da perversão, assim colocada talvez de uma forma um tanto descuidada. Incorrendo no risco de talvez tirar um pouco da potência da análise aqui proposta, preciso defender – e para isso, peço a licença para interpor o meu próprio desmentido – que o mecanismo perverso que se vê acontecer é, na maioria das vezes, colocado diante de uma realidade ela mesma bastante perversa e cruel; assim, desmentir diante de uma tal conjuntura se configura, ulteriormente, como uma tática, seja ela de resistência, de persistência e até mesmo de sobrevivência diante de uma realidade – e sua impossibilidade – imposta a nós tão duramente. E embora esta impossibilidade continue a figurar como a castração denegada, o movimento de resistir a ela ainda pode produzir efeitos analíticos e transformadores.

SOBRE A POSSÍVEL INCIDÊNCIA DA TRANSGRESSÃO

No seminário *A ética da psicanálise, 1959 - 1960*, Lacan afirma, muito oportunamente, que a psicanálise voltou a dar à perversão seu direito de cidadania. Esta afirmação está atrelada ao valor, ali, do gozo da transgressão e indica a possibilidade de emergência dela. Na mesma aula questiona afinal a que risco o ato de transgredir se refere (LACAN, 1991).

Antes que possamos começar a enveredar pelo terreno do conceito de transgressão em psicanálise, precisamos indicar em relação ao que foi colocado acima uma concepção comum na qual se entende que um neurótico não se arrisca, a não ser que seja na segurança de sua fantasia; não pode arriscar, desta forma, a perder o amor dos pais (cf. FREUD, 2010h) e posteriormente de todos os seus objetos (cf. FREUD, 2010g) advindo daí os assassinatos edipianos pautados somente na metáfora e escondidos sob os sonhos e sintomas, tal qual a hostilidade ao estranho, ao diferente de si. É a fantasia, diz Lacan, que torna o gozo apropriado ao desejo e permite, por sua via, que também o prazer participe dele (LACAN, 1998). Aqui também se justifica a indicação já mencionada em nosso trabalho de que é a neurose o negativo da perversão. A transgressão, para o neurótico, é objeto de suas maiores angústias e enquanto se permite fantasiar sobre ela, – às vezes a angústia invade até mesmo o espaço supostamente seguro da fantasia – ele sofre profundamente diante das incidências transgressivas, suas e de outrem.

Num ensaio intitulado *Nas bordas da transgressão*, Joel Birman indica a diferença entre perversão e transgressão. Em oposição ao recurso teórico que adotamos ao definir a

transgressão como uma forma de perversão, já que partimos do pressuposto de que não raro ela seja assim entendida e de que há aí uma afinidade em termos do teor de agressividade do investimento presente em ambas, Birman prefere distinguir os conceitos a fim de enfatizar o valor analítico do ato transgressor. Diz ele que enquanto a transgressão questiona o sistema normativo, a perversão visa a reprodução do sistema de normas instituído, eliminando assim o risco e cedendo ao agente do ato perverso o incremento do seu poder pessoal (BIRMAN, 2002). Já aqui, encontramos semelhança com a indicação de Jurandir quando este fala sobre a demissão da responsabilidade do servidor público que, ao assumir uma obediência cega à burocracia, sucumbe, afinal, ao congelamento das possibilidades e ao imobilismo das ações (COSTA, 1991). Sobre o ganho de poder técnico, Donzelot, Foucault e Bulcão o indicaram ao esclarecer que, diante de um julgamento que é feito não do ato, mas do comportamento, só quem pode responder sobre as possibilidades de trabalho com o jovem e de recuperação dele é o [todo-poderoso] profissional social (cf. DONZELOT, 1986, FOUCAULT, 2001 & BULCÃO, 2006).

A angústia diante da transgressão implica na própria emergência do desamparo, pela exigência de que o sujeito se arrisque a perder a segurança garantida a ele pelo sistema normativo e de que se torne, assim, sujeito à morte no registro mesmo da fantasia. BIRMAN (2002) indica que a divisão do sujeito já apontada por Freud (*Spaltung*) apontaria para um conflito entre um polo transgressor e outro normativo; no primeiro estariam, por exemplo, os registros da pulsão, do desejo e da polimorfia perversa sexual, enquanto no segundo polo haveria os registros tal qual o do eu e da formação de compromisso; assim, a angústia seria uma resposta do eu à iminência da experiência de transgressão, apontada no psiquismo pela via dos registros da censura e do supereu. O autor usa aqui a explicação do mecanismo fóbico da angústia-sinal, uma angústia deslocada e projetada num objeto que faz parte do espectro do objeto fóbico propriamente dito e que impede que se chegue à visão dele (cf. FREUD, 1996n), para explicar que é por sua mediação que o eu se protege – o que indica sua presença é o próprio sentimento de angústia – de ser tomado de assalto pelo polo transgressor (BIRMAN, 2002).

Finalmente, transgredir é a forma a partir da qual uma subjetividade pode resistir ao imperativo da normalização e da disciplina. A via da transgressão quer tão somente a abolição momentânea do sistema normativo; ela não se esforça, em sua ação e incidência, pela instituição de um novo sistema normativo: pelo contrário, ela só faz desabar o que está consolidado e, com isso, produz angústia e, na sua esteira, tanto pode produzir mudanças quanto seu oposto, a paralisia.

A pergunta que resta reformular é: na execução de medidas socioeducativas – e na execução de políticas públicas como um todo – há qualquer possibilidade de vazão para o elemento transgressor? É preciso tomar esta questão em duas vias: a primeira pelo lado do corpo técnico que acaba descambiando para o viés perverso e a segunda, pelo questionamento do quanto de transgressão é perdido em sua potência agressiva e transformadora para ser reformulada enquanto energia violenta pura, investida em si (culpa) ou nos outros (hostilidade) a respeito dos adolescentes. Entendemos que há, em nosso campo, dentre usuários e profissionais, ambas as posturas indicadas acima – a de delinquência enquanto reação desordenada ao mundo aniquilador e a obediência como forma de se ocupar com o imediato sem parar para pensar nas consequências do que faz (COSTA, 1991) – ambas funcionando como defesas – e nos perguntamos: como devolver a elas sua potência transgressiva? Até que ponto estamos dispostos a nos arriscar a encarar a angústia que desperta o elemento transgressor?

Diz Lacan que “é a liberdade de desejar que constitui um fator novo, não por inspirar uma revolução – é sempre por um desejo que se luta e morre –, mas pelo fato de essa revolução querer que sua luta seja em prol da liberdade do desejo” (LACAN, 1998, p. 797). Sobre o desejo e a liberdade de desejar, o autor ainda pergunta se a lei moral não representaria, afinal, o desejo numa situação em que lhe falta o objeto e não o sujeito, como poderíamos supor. Com esta questão, indica o mesmo problema do desmentido indicado por POLI (2004), já que haveria aí um acaso que faz mais do que mascarar o objeto-fetice tanto para a lei quanto para o desejo: é esse o acaso no qual entra em jogo o equívoco da palavra liberdade, de cujo sentido, ao se apoderar o moralista, faz um uso mais impudente que imprudente (LACAN, 1998).

O mecanismo analítico quer, tal qual o elemento transgressor, fazer emergir o que repousa esquecido e ignorado na norma instituída. Quer, da mesma forma, não a instituição de um novo procedimento, já que nem sequer concebe uma instituição em que a falta não incida sempre, exigindo novos atos transgressivos, mas apenas a abolição momentânea e a possibilidade de desmontagem do sistema normativo. Magno diz, a esse respeito:

Este é o olhar do analista. Não que ele vá fazer uma revolução com isso, pois revolução cai no mesmo lugar, é outra instauração, outra força. Não que vá dizer que a ordem está suspensa porque ele pensou isto. Mas é o simples reconhecimento de que é assim. Só no reconhecimento da denegação, na suspeição e suspensão permanentes da situação, é que se pode estar na posição do Analista. Assim, a situação está sempre possível e passível de ser transformada. *Esta seria a posição política do analista.* (MAGNO, 2003, p. 427, grifo nosso).

Se conseguirmos fazer incidir esse elemento transgressor nas práticas das políticas públicas, nosso trabalho está completo. Assim, ele não quer ser outra coisa senão mais um elemento transgressor, por vezes incômodo e disparador de grandes angústias, mas que permite que se desconstrua o que está posto para que se construam novas possibilidades – embora não esperemos que estas tenham qualquer valor de verdade e de resolutividade, já que não intentamos formular mais um objeto-fetiche que nos instrumentalize. Afinal, pelo que vimos, deles já estamos cercados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se nesta dissertação de trazer à luz elementos encontrados no trabalho executado nas políticas públicas, em específico na política pública de assistência social. Queremos tornar explícita a presença de valores por nós compartilhados, historicamente constituídos no mundo em que vivemos. Deste modo, os colocamos em análise seja em termos de um entendimento de como e do que operam na execução do trabalho, seja a fim de expor os princípios que eles põem na dianteira da política para que possamos reconfigurar nossas ações ao nos tornar mais conscientes deles.

Apresentamos o método no primeiro capítulo e nele indicamos que nossa sustentação teórica e metodológica se pauta na psicanálise, assim como apontamos que o nosso objetivo é o de colocar em xeque não apenas aqueles valores, mas a sua história e as práticas que lhe seguem. Tomamos como base a técnica analítica; essa ensina que cabe ao analista escutar o que é associado livremente e intervir no conteúdo trazido, eliminando seu posicionamento pessoal – político, religioso, e outros que o valham. Mais do que isso, ela recomenda ao analista, diante do inevitável surgimento da contratransferência, que faça uma autoanálise, entendendo seu lugar e sua posição subjetiva diante de suas ações e intervenções.

Nosso argumento maior – argumento também de Freud – é o de que esse é também o papel do pesquisador. Impõe-se à pesquisa um movimento permanente de elaboração das questões cuja exigência incide em uma avaliação da posição ocupada pelo pesquisador, ou melhor dizendo, consiste em um manejo das relações transferenciais que se estabelecem com o objeto, com o campo e mesmo com o produto da investigação. Assim, resta dessa pesquisa a necessidade de buscar compreender mais profundamente – e o convite a fazê-lo – o que o psicólogo leva para este trabalho, seja em termos da própria constituição desse profissional, seja em termos de seu envolvimento no terreno das práticas sociais.

Já no capítulo seguinte, ao atravessarmos o entendimento de noções como de pobreza, de trabalho social, do papel da família, da infância e da educação, quisemos pôr sobre a mesa as cartas que, ainda que não tenham sido lançadas, vêm fazendo parte do jogo que é o da execução das políticas públicas no Brasil. A partir da análise das práticas e da história desse campo da Assistência Social, recolhemos os elementos ao alcance do olhar e da escuta do investigador-psicanalista a fim de articulá-los e examiná-los no âmbito desse trabalho.

Além daquelas noções e papéis, atravessam o campo e os escritos uma história da caridade que passa pela filantropia e desagua nas políticas de Estado, além de uma prerrogativa de controle social e a investigação dos investimentos afetivos que compõem essa

história. Esses investimentos que acabam sendo dispostos ou impostos aos personagens que compõem o cenário aqui circunscrito.

Diante disso, precisamos nos colocar a questão de como lidar com a história quando a concebemos enquanto prenhe de significados e de representações afetivas. Inversamente a uma tentativa de deslegitimar essa história, é mister que tentemos nos haver com ela, que nos deparemos com ela, frente-a-frente, a fim de que possamos promover alguma mudança real. Ainda que já existam grandes mudanças na teoria e na prática que embasam a política em questão, indicamos ao longo do trabalho – mais especificamente, ainda no segundo capítulo – um receio de que o movimento denegatório que rejeita um passado a ser condenado e expurgado, famoso por seu caráter *assistencialista*, ao contrário de enterrar os mortos, faça reavivar os fantasmas que continuam a participar desse processo e de suas ações.

Posto isso, foi possível continuar a expor outros tantos elementos que constituem os valores e ideais pelos quais trabalhamos na política pública de assistência social. Destarte, no terceiro capítulo foi preciso implicar os valores lançados sobre a infância, a família e a educação expostos por autores como Ariès e Sennet e cuja referência foi volumosamente encontrada também em Freud, enquanto correlacionados e necessariamente articulados em nosso mundo moderno. Desta forma, entendemos que há uma história cuja abrangência é ainda maior do que essa que colocamos no entorno das práticas de assistência social. Precisávamos entender no contexto em que vivemos que sentimentos são experimentados por um grupo social mais amplo e, afinal, que ideais são compartilhados socialmente, contribuindo na execução da política pública com o caráter que ela carrega consigo.

Ao longo dessas questões, ainda no último capítulo, nos deparamos com o mecanismo do desmentido operado pelos agentes dessa política (trabalhadores, gestores e usuários) e com as questões de promoção de imputabilidade e de responsabilidade pelos atos cometidos pelos adolescentes; em conjunto, tais questões cobraram de nós a consideração acerca da transgressão e de como ela poderia ser aproveitada naquele campo.

Incitamos, em primeira instância, a pensar sobre a possibilidade de um mundo sem o mecanismo do desmentido. Diante de toda a elaboração feita, a suposição que deixamos é a de que desmentir funciona como uma tática de sobrevivência diante de um mundo cruel. Melhor dizendo, é uma forma de manter-se firme no dia-a-dia do trabalho, de manter-se crente acerca da relevância dele e só assim continuar construindo e executando a política; é, por assim dizer, um desmentido mais técnico que perverso, no sentido geral que ganha o termo. Por outro lado, a crueldade do mundo chega aos técnicos pela via dos discursos e afetos depositados neles pelos usuários, e perguntamos da mesma forma se seu desmentido – das

mães que garantem ter feito sua parte e dos adolescentes que respondem violentamente justificando sua vida infracional ao pô-la na conta de um sistema abstrato e desconhecido por eles – não é também a defesa de que dispõem diante de uma realidade abusivamente dura.

Deixamos ainda como indicativo o questionamento sobre a força do apaziguamento que tem este desmentido. A preocupação posta aqui é a de que ele faça passar de um movimento de resistência política ao aplacamento imposto pelo mundo e torne-se ele mesmo a resistência conforme a conceituação da psicanálise, funcionando então como um contrainvestimento à presença de elementos inconscientes e subversivos, deixando estar apenas entraves e repetições impensadas e sintomáticas.

A próxima consideração diz respeito ao problema da imputação de responsabilidade: neste ponto, advogamos mais a respeito da ineficiência da moralização como ferramenta e referência de trabalho que acabe por intensificar uma violência destrutiva e que não produz qualquer desmonte no sistema de normas predominante que de uma condenação das respostas jurídicas ao cometimento de atos infracionais. Conquanto acreditemos ser de extrema valia fazer pensar de forma crítica sobre a judicialização da vida e, neste caso, sobre como ela vem se estendendo e nos alcançando por vias escusas, se podemos assim dizê-lo, nos deparamos, afinal, com uma ameaça real que embora produzida socialmente faz cobrar a não reincidência destes atos por um lado e por outro produz grande angústia dentre aquelas vidas que se sentem, elas mesmas, esfaceladas.

Assim, caberia investigar mais profundamente acerca de uma proposta que se esforce por estruturar uma lei que se crê nunca ter estado presente (pressuposto da incapacidade da família para a educação da prole), e, nesta esteira, o que se pretende e o que se consegue com uma imposição feita por especialistas a respeito dos melhores caminhos a serem traçados e da premência de que se formule sempre um projeto de vida. Mais ainda, é preciso não perder de vista as violações operadas nessas vidas – é daqui que parte a política – e as violências que, ironicamente, algumas intenções em prol do seu bem-estar podem lhes impetrar. Desejamos fazer pensar, portanto, que tipos de práticas – violentas e/ou condescendentes – podem acabar sendo facilmente permitidas nos serviços dessas políticas se se permite acreditar existirem sujeitos que escapam a uma lei moral que não incide sobre eles ao tempo em que prevalece sobre os outros, ou seja, sobre nós.

Apesar das diversas discussões a que poderíamos nos remeter e das inúmeras questões que a feitura deste trabalho desperta, neste momento de arremate queremos apenas indicar essas considerações que concentram com maior intensidade a experiência que dá corpo à pesquisa e, assim, ao investimento feito nela. Ao colocarmos essas questões em aberto,

expomos sua demanda por maiores profundas investigações e reflexões e deixamos indicado o nosso intuito de que possamos nos debruçar sobre elas futuramente.

Assim é que, embora saibamos haver um longo caminho teórico a perseguir sobre esses pontos, deixamos o leitor na expectativa de que o tenhamos instigado a encontrar outros escoamentos teóricos e práticos em suas próprias elaborações, da mesma forma que fica a esperança de que elas incitem novas inquietações ou retomem outras que possam ter emergido ao longo da leitura do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEM, Giorgio. **O Poder Soberano e a Vida Nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família** (1975). Tradução de Dora Flaksman, Segunda Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BEHRING, Elaine Rosseti & BOSCHETTI, Ivanete. Capitalismo, liberalismo, e origens da política social. In: **Política Social: fundamentos e história** (Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 2). São Paulo: Côtex, 2011.

BIRMAN, Joel. A direção da pesquisa psicanalítica In: **Psicanálise, ciência e cultura** (1946). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. Nas Bordas da Transgressão. In: **Transgressões**. Carlos Alberto Plastino (organização). Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990.

_____. **Código de Menores**. Decreto nº 17.943, de 12 outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e protecção a menores. Rio de Janeiro: 1927.

_____. **Código de Menores - Código de Mello Matos** (1979). Lei 6.697, de 10 outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Brasília: 1979.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: 1993.

_____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. Resolução nº 130 de 15 de julho de 2005. Brasília: 2005a.

_____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)**. Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004. Brasília: 2005b.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH – SUAS)**. Resolução nº 269 de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006a.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília: CONANDA, 2006b.

_____. **Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)**. Brasília: 2006c.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 33ª Ed, Brasília: Edições Câmara, 2010.

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011a.

_____. **Orientações técnicas: Centro de referência especializado para População em situação de rua – Centro POP - SUAS e População em Situação de Rua**, volume 3. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011b.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília: 2012.

BULCÃO, Irene. **Investigando as Políticas de Assistência e Proteção à Infância: Psicologia e Ações do Estado**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2006.

CALLIGARIS, Contardo. A sedução totalitária. In: **Clínica do Social: ensaios – organização por ARAGÃO, L.T. et al**. São Paulo: Escuta, 1991.

_____. Pena de morte. In: **Terra de ninguém – 101 crônicas**. São Paulo: Publifolha, 2004.

_____. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2010.

CANDIOTTO, Cesar. **A governamentalidade política no pensamento de Foucault**. Paraná: Unisinos, v.11, p. 33-43, jan/abr 2010.

CANGUILHEM, George. O que é a psicologia? Tradução de Maria Glória Ribeiro da Silva. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 30-31, p.104-123, 1973.

CERTEAU, Michel de. Um lugar comum: a linguagem ordinária. In: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. Psiquiatria burocrática: uma ou duas coisas que sei sobre ela. In: **Clínica do Social: ensaios – organização por ARAGÃO, L.T. et al**. São Paulo: Escuta, 1991.

_____. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: **Conversações (1972-1990)**. Tradução por Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

DIÓGENES, Glória. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: **Política e Afetividade: Narrativas e Trajetórias de Pesquisa**. Manoel Mendonça Filho e Maria Teresa Nobre (organização). São Cristóvão: EDUFBA / EDUFS, 2009.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1986.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2007.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: **Microfísica do Poder**. Organização e tradução por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. A tecnologia política dos indivíduos. In: **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Aula de 15 de Janeiro de 1975. In: **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **História da Loucura: na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2008a.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FREUD, Sigmund. Carta 69 (21 de Setembro de 1897) em Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950 [1892 – 1899]) In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud [ESB]**, vol. I, Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

_____. Projeto para uma psicologia científica (1950 [1895]). In: **Op. cit.**, vol. I, 1996b.

_____. Lembranças encobridoras (1899). In: **Op. cit.**, Vol. III, 1996c.

_____. A interpretação dos sonhos (1900). In: **Op. cit.**, Vol. IV e V, 1996d.

_____. Psicopatologia da vida cotidiana (1901). In: **Op. cit.**, Vol. VI, 1996e.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: **Op. cit.**, Vol. VII, 1996f.

_____. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905[1901]). In: **Op. cit.**, Vol. VII, 1996g.

_____. Os chistes e sua relação com o inconsciente (1905). In: **Op. cit.**, Vol. VIII, 1996h.

_____. O esclarecimento sexual das crianças (1907). In: **Op. cit.**, Vol. IX, 1996i.

_____. Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna (1908). In: **Op. cit.**, Vol. IX, 1996j.

_____. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). In: **Op. cit.**, Vol. X, 1996l.

_____. Totem e tabu (1913[1912-13]). In: **Op. cit.**, Vol. XIII, 1996m.

_____. Inibições, sintomas e ansiedade (1926 [1925]). In: **Op. cit.**, Vol. XX, 1996n.

_____. O futuro de uma ilusão (1927). In: **Op. cit.**, Vol. XXI, 1996o.

_____. O fetichismo (1927). In: **Op. cit.**, Vol XXI, 1996p

_____. Explicações, aplicações e orientações. (1933[1932]). In: **Op. cit.**, Vol. XXII, 1996q.

_____. Análise terminável e interminável (1937) In: **Op. cit.**, Vol. XXIII, 1996r.

FREUD, Sigmund. Artigos sobre técnica (1911 – 1915 [1914]). In: **Obras completas**, vol. 14. Tradução de Paulo César de Souza. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010a.

_____. Introdução ao narcisismo (1914). In: **Op. cit.**, vol. 12, 2010b.

_____. Ensaios de metapsicologia (1915). In: **Op. cit.**, vol. 12, 2010c.

_____. Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica (1916). In: **Op. cit.**, vol. 12, 2010d.

_____. Além do princípio do prazer (1920). In: **Op. cit.**, vol. 14, 2010e.

_____. O inquietante (1919). In: **Op. cit.**, vol. 14, 2010f.

_____. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: **Op. cit.**, vol. 15, 2010g.

_____. O eu e o id (1923). In: **Op. cit.**, vol. 16, 2010h.

_____. O mal-estar na civilização (1930). In: **Op. cit.**, vol. 18, 2010i.

_____. Acerca de uma visão de mundo (1933). In: **Op. cit.**, vol. 18, 2010j.

JONES, Gareth Steadman. **An end to poverty?** A historical debate. New York, Columbia University Press, 2004.

LACAN, Jacques. Kant com Sade (1962). In: **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

_____. **Livro 1 – Os escritos técnicos de freud (1953-1954)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1985.

_____. O gozo da transgressão (30 de março de 1960). In: **Livro 7 – A ética da psicanálise (1959 – 1960)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.

LOUREIRO, I. Sobre algumas disposições metodológicas de inspiração freudiana. In: QEIROZ, E. F; SILVA, A R (Org.). **Pesquisa em psicopatologia fundamental**. São Paulo: Escuta, 2002. p. 143-59.

MAGNO, M.D. **Pshychopatia Sexualis: Seminário 1996**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

_____. O putativo *In: Revirão 2000/2001*, Rio de Janeiro: Novamente, 2003.

_____. Nossas virtudes reais *In: Velut Luna: A Clínica Geral da Nova Psicanálise*. Rio de Janeiro: Novamente Editora, p.283-301, 2008.

MANGUEIRA NETO, Wedmo D. & SOUZA, Carolina R. A. **O duplo em "Angústia" de Graciliano Ramos**. Anais do III Seminário Nacional Literatura e Cultura - SENALIC. Aracaju: GELIC, v. 3. p. 3701-3715, 2011.

OURY, Jean. **O Coletivo**. São Paulo: Hucitec, 2009.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e Políticas Públicas. *In DEL PRIORI, Mary. História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, p.347-375, 2009.

POLI, Maria Cristina. **Perversão da cultura, neurose do laço social**. Rio de Janeiro, Ágora, v. VIII, nº1, p. 39-54, jan/jul 2004.

_____. **Escrevendo a psicanálise em uma prática de pesquisa**. São Paulo, Revista Estilos da Clínica (USP), V.13, n.25, p.154-179, 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Marco Antônio Cabral. Criança e criminalidade no início do século. *In DEL PRIORI, Mary. História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, p.210 - 229, 2009.

SCHEINVAR, Estela. **O feitiço da política pública: escola, sociedade civil, e direitos das crianças e do adolescente**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, Janete N., SUSIN, Luciane & WARPECHOWSKI, Marisa B. A clínica ampliada na assistência social. *In: Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogo com as práticas psicológicas*. Organização por Lílían Cruz e Neuza Guareshi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOUZA, Carolina R.A. & COELHO, Daniel M. **O neutro em psicanálise: da técnica à ética**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 24, p.81 a 94, 2012.

SZASZ, Thomas. **Cruel Compaixão**. Campinas – SP: Papirus, 1994.

TORRES, Abigail Silvestre & COSTA, João de Jesus. **Controle social para a gestão democrática**. Relatório Crítico do I Seminário Nacional de Controle Social. Distrito Federal: Controladoria Geral da União, 2009.

VALLA, Victor Vincent & STOTZ, Eduardo Navarro. **Participação Popular e Saúde**. Petrópolis: Editora Gráfica Serrana Ltda., 1989.